



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
MESTRADO EM ARQUEOLOGIA

***MODERNIDADE, MAS NEM TANTO:
O CASO DA VILA OPERÁRIA DA FÁBRICA CONFIANÇA, RIO
DE JANEIRO, SÉCULOS XIX E XX***

Roberto Pontes Stanchi

Rio de Janeiro
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
MESTRADO EM ARQUEOLOGIA

*MODERNIDADE, MAS NEM TANTO:
O CASO DA VILA OPERÁRIA DA FÁBRICA CONFIANÇA, RIO DE
JANEIRO, SÉCULOS XIX E XX*

Roberto Pontes Stanchi

Dissertação apresentada
ao Mestrado em
Arqueologia do Museu
Nacional da Universidade
Federal do Rio de Janeiro,
para obtenção do título de
Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Tania Andrade Lima

Rio de Janeiro
Julho de 2008

*MODERNIDADE, MAS NEM TANTO:
O CASO DA VILA OPERÁRIA DA FÁBRICA CONFIANÇA, RIO DE
JANEIRO, SÉCULOS XIX E XX*

Roberto Pontes Stanchi

Orientador: Prof.^a Dr.^a Tania Andrade Lima

Dissertação de Mestrado submetida ao Mestrado em Arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Aprovada por

Presidente, Prof.^a Dr.^a Tania Andrade Lima

Prof. Dr. Andrés Zarankin

Prof.^a Dr.^a Beatriz Valladão Thiesen

Rio de Janeiro
Julho de 2008

Stanchi, Roberto Pontes

Modernidade, mas nem tanto: O caso da vila operária da Fábrica Confiança, Rio de Janeiro, séculos XIX e XX. – Rio de Janeiro: Museu Nacional / UFRJ, 2008.

X – 199 f. : il.

Dissertação: Mestrado em Arqueologia, Departamento de Antropologia, Museu Nacional, UFRJ, 2008

Orientador: Tania Andrade Lima

1. vilas operárias. 2. burguesia industrial 3. capitalismo embrionário 4. modernidade/anacronismo

Agradecimentos

Esta parte da dissertação é o momento mais prazeroso deste trabalho pois além de simbolizar o fim de um ciclo (por vezes árduo), é o momento de relembrar as pessoas que fizeram parte dele de alguma forma. Antes, gostaria de frisar que o trabalho de pesquisa e elaboração de uma dissertação exige tempo, concentração e dedicação integral, sobretudo em um curso onde o aluno é estimulado a cursar o maior número possível de disciplinas.

Sendo assim, gostaria de agradecer à CAPES pelo auxílio financeiro, que viabilizou esta pesquisa durante os últimos dois anos.

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Professora Tania Andrade Lima, pela atenção, incentivo e amizade com que acompanhou este trabalho e principalmente minha trajetória durante todo o curso. Sua preocupação constante com minha formação e sua insistência para que eu cursasse praticamente todas as disciplinas fizeram de mim, sem dúvida nenhuma um profissional mais preparado. Muito obrigado, “Professorita”.

À professora Maria Dulce, pelos ensinamentos e pelo carinho com que me recebeu em sua equipe durante as escavações realizadas em Santa Catarina.

À Claudine, pela simpatia e presteza com que sempre atendeu a todos os alunos.

À Rosana Najjar, que me convenceu a realizar o concurso para o mestrado do Museu Nacional. Obrigado pela generosidade, confiança e constante incentivo dado a minha carreira ao longo desses anos.

À Marcia Bezerra, que, no momento em que eu me preparava para o concurso, disponibilizou uma série de livros e artigos complementares aos que estavam no edital, para que eu pudesse ter um bom desempenho.

Aos meus dois grandes amigos e advogados Alex Messeder (Jabazinho) e Luciano Mourão (Normal), companheiros leais desde os tempos de Colégio Militar, que não hesitaram em me ajudar preparando o recurso que possibilitou minha inscrição no concurso para o mestrado. Não fosse a ajuda de vocês este texto levaria pelo menos mais um ano para ser redigido. Zum-Zaravalho!

A Camilla Agostini, amiga para todos os momentos. Agradeço enormemente a preocupação com o desenvolvimento e divulgação do meu trabalho, ligando diversas vezes para minha casa, deixando claro que estaria disposta a ajudar. Não poderia deixar de registrar minha gratidão pelo seu gesto: quando soube da minha impossibilidade financeira de comparecer a um congresso, ofereceu-me verba própria para que eu pudesse apresentar parte desta pesquisa. Embora não tenha aceitado, para mim sua atitude valeu mais que qualquer divulgação acadêmica.

A todos os professores do curso de arqueologia, em especial a Alfredo Minetti.

Aos professores Andrés Zarankin e Maria Ximena Senatore, que durante o período em que ministraram a disciplina de arqueologia história dedicaram parte do tempo à discussão da minha pesquisa, disponibilizando uma bibliografia imprescindível para o andamento do meu trabalho.

Ao professor Roberto Aguinaga, pelos ensinamentos, livros emprestados e o carinho com que sempre me recebeu em sua casa.

A todos os alunos do mestrado de arqueologia, gostaria de agradecer pela agradável convivência durante o curso. Foi muito bom poder fazer parte deste grupo de alunos (Eliana, Regina, Cintia, Silvia, Roberto, Gina e Luiz Octávio), que de fato se transformou em uma turma. Porém, faço um agradecimento especial para minha inseparável parceira Silvia. Desde que ingressamos no curso ficou evidente nossa afinidade, e, com o passar do tempo, a quantidade de trabalhos e perrengues que enfrentamos juntos fez nascer uma grande amizade.

A todos os meus familiares, em especial a minha Tia Ruth que nunca deixou de me atender em seu trabalho, para que eu pudesse imprimir os diversos textos que tive que apresentar.

À Dona Jô, minha sogra, pelo grande apoio principalmente nas últimas semanas, em que um vazamento dentro da minha casa deixou minha vida um caos, às vésperas de concluir a dissertação.

À paciência de Vanessa, minha companheira, que soube compreender, como ninguém, a fase pela qual eu estava passando, principalmente nos últimos meses de elaboração deste trabalho; e que por muitas vezes abdicou de horas de sono e de trabalho para ficar ao meu lado elaborando gráficos, tabelas e formatando este documento. Agradeço-lhe, carinhosamente, por tudo isto.

Por último, porém mais importante, agradeço aos meus pais, pelo estímulo e apoio incondicional dado desde sempre, mas principalmente quando resolvi estudar arqueologia. Difícil encontrar palavras para expressar minha gratidão por tudo o que sempre fizeram e ainda fazem por mim. Obrigado!

Para meu Tio Mumú

SUMÁRIO

Resumo	12
Abstract.....	13
Apresentação.....	14
1. Histórico e quadro teórico da pesquisa	18
1.1. A arqueologia pós-modernista.....	28
2. A cidade do Rio de Janeiro em transição: final do século XIX e início do século XX	38
2.1. O velho: a cidade e a economia agrário-exportadora	38
2.2. O moderno: a industrialização e a expansão urbana.....	47
3. Habitações coletivas e populares.....	57
3.1. As habitações insalubres e as políticas sanitárias	61
3.2. A disciplina: a construção de casas higiênicas e as vilas operárias	64
3.3. A indisciplina: os movimentos operários	74
4. A Fábrica Confiança e suas vilas operárias.....	97
4.1. O bairro de Vila Isabel	97
4.2. A Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial	108
4.3. As vilas operárias da Fábrica Confiança.....	120
4.4. Análise da distribuição do espaço das casas das vilas operárias..	138
5. Modernidade, mas nem tanto: considerações finais	178
Referências Bibliográficas	190

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 1 – Rio de Janeiro, início do século XIX	39
Figura 2 – Rio de Janeiro, início do século XIX	40
Figura 3 - Carregadores de café séc. XIX.....	44
Figura 4 - Largo do Machado. Foto de 1906.....	48
Figura 5 - Praça da República. Foto de 1894	50
Figura 6 - Rua Direita no final do séc. XIX.....	53
Figura 7 - Cortiços do Rio de Janeiro	57
Figura 8 - Foto de uma estalagem.	58
Figura 9 - Estalagem na Rua Senador Pompeu Loureiro.....	59
Figura 10 - Casa de Cômodos na Rua da Conceição.	60
Figura 11 - Le Grand Hornu	68
Figura 12 - Bois-du-Luc.....	69
Figura 13 – Palácio societário de Fourier	70
Figura 14 – Palácio societário de Fourier	70
Figura 15 – Familistério de Godin	71
Figura 16 – Familistério de Godin	72
Figura 17 - Familistério de Godin.....	72
Figura 18 - Jornal o Debate, 26 de julho de 1917.....	91
Figura 19 – Desfile popular desce a ladeira do Carmo, em São Paulo.....	95
Figura 20 – Desfile popular desce a ladeira do Carmo, em São Paulo.....	95
Figura 21 – Projeto Original do Bairro de Vila Isabel.....	99
Figura 22 - Barão de Drummond com seu bonde e seus bichos.....	100
Figura 23 – Vista da antiga Praça 7 de abril com o Boulevard 28 de setembro ao fundo.....	101
Figura 24 - Vista panorâmica do Boulevard 28. Século XIX.....	102
Figura 25 - Av. Boulevard 28.....	104
Figura 26 - Charge Revista Ilustrada (1893/1895).....	106
Figura 27 – Vista da Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial – 1898	108
Figura 28 – Fábrica Confiança	109
Figura 29 – Fábrica Confiança	110
Figura 30 – Sala dos teares da Fábrica Confiança.....	111
Figura 31 – Vista lateral da Fábrica Confiança.	111
Figura 32 – Interior da Fábrica Confiança.....	112
Figura 33 – Fila de funcionários à porta da Fábrica após seu fechamento em 1964.....	113
Figura 34 – Fila de funcionários à porta da Fábrica após seu fechamento em 1964.....	113
Figura 35 – Bairro de Vila Isabel na cidade do Rio de Janeiro.....	115
Figura 36 – Vista de Vila Isabel. Ao centro a Fábrica Confiança.....	116
Figura 37 – Fábrica Confiança e a marcação das Vilas operárias.	117
Figura 38 – Noel Rosa	118
Figura 39 – Projeto Sauer de edificações de moradas para empregados subalternos, operários, classes pobres e libertos pela Lei Áurea N. 3353 de 1888.....	120
Figura 40 – Foto da vila 1	122
Figura 41 - Planta de situação da vila 1	122
Figura 42 – Foto da vila 2.....	124
Figura 43 - Planta de situação da vila 2.....	124
Figura 44 – Foto da vila 3.....	126
Figura 45 - Planta de situação da vila 3.....	126
Figura 46 – Foto da vila 4.....	127
Figura 47 - Planta de situação da vila 4.....	128
Figura 48 – Foto da vila 5.....	130
Figura 49 – Foto da vila 5.....	130

Figura 50 - Planta de situação da vila 5 (casas internas a esquerda e sobrados a direita)	131
Figura 51 – Foto da vila 6.....	132
Figura 52 - Planta de situação da vila 6.....	132
Figura 53 – Foto da vila 7.....	134
Figura 54 - Planta de situação da vila 7	134
Figura 55 – Foto da vila 8.....	136
Figura 56 - Planta de situação da vila 8.....	136
Figura 57 – Foto da vila 9.....	137
Figura 58 - Planta de situação da vila 9.....	138
Figura 59 – Exemplo da aplicação do método de análise Gamma	141
Figura 60 - Exemplo da aplicação do modelo de Blanton	143
Figura 61 - Exemplo da aplicação do modelo.....	144
Figura 62 – Planta baixa de uma habitação da vila 2	147
Figura 63 – Planta baixa de uma habitação da vila 3	150
Figura 64 – Planta baixa de uma habitação da vila 4	153
Figura 65 – Planta baixa de uma habitação da vila 5a	156
Figura 66 – Planta baixa de uma habitação da vila 5b	159
Figura 67 – Planta baixa de uma habitação da vila 6	162
Figura 68 – Planta baixa de uma habitação da vila 7	165
Figura 69 – Planta baixa de uma habitação da vila 8	168
Figura 70 – Planta baixa de uma habitação da vila 9	171
Figura 71: Desenho esquemático da casa colonial	179
Figura 72: Desenho esquemático da casa Colonial.....	179
Figura 73: Casa urbana colonial	180

Resumo

O processo de industrialização vivido na cidade do Rio de Janeiro ao final do século XIX, fruto da introdução de um capitalismo ainda embrionário no país, conviveu simultaneamente com a modernidade e o anacronismo. O desenvolvimento de uma nova classe empresarial, que se dedicou à obtenção de lucros a partir de uma ideologia baseada no progresso individualista, foi determinante não só para a implantação dos novos meios de produção, mas também para novas formas de controle sobre a força de trabalho. Entre elas, a sua ordenação e organização em vilas operárias, com moradias concebidas de modo a reproduzir internamente, também na célula familiar do operário, a ordem e o controle que regiam o sistema fabril e que, em última instância, asseguravam sua produtividade.

Entretanto, não obstante o projeto das vilas operárias - difundido na Europa e Estados Unidos como um avanço para as classes trabalhadoras - ter sido implantado no Brasil como mais um passo em direção à modernidade, entendemos que no caso em estudo existe uma contradição. A análise das plantas das vilas operárias da Fábrica Confiança permite constatar a permanência de formas tradicionais do Brasil colônia na concepção dessas moradias, justo no momento em que a então capital do país se abria para a modernidade. Ou seja, é possível identificar elementos que demonstram a perduração de uma mentalidade senhorial e anacrônica nas classes burguesas em ascensão, no que diz respeito à concepção do espaço doméstico reservado às classes operárias.

Palavras-chave: vilas operárias, burguesia industrial, capitalismo embrionário, modernidade/anacronismo

Abstract

The industrialization process that took place in the city of Rio de Janeiro at the end of the 19th century, a consequence of an incipient capitalism in the country, brought together (and anachronistically) modernity and tradition. The development of a new industrial class that would accumulate wealth and profit through an ideology based on individualist progress was fundamental not only for the implementation of new means of production, but also of new forms of control of the workforce. Among these, the ordering and organization of this workforce in working class villages, called vilas operárias, with the housing conceived in a way that would reproduce internally – as well as in the family cell of the worker –, the order and control that oriented the manufacturing industry and which ultimately assured its productivity.

Nevertheless, despite the fact that the project of the working class villages (propagated in Europe and the United States as an advancement for the working classes) was implemented in Brazil as a significant step towards modernity, we see a contradiction in our case study. The analysis of the plans of the working class villages of the Confiança Factory allows us to notice the permanence of traditional Brazilian colonial forms in the conceptions of these houses at the very moment that the capital of the country then was opening up for modernity. In other words, it is possible to identify elements that demonstrate the permanence of a manorial and anachronistic mentality of the ascending bourgeois classes in respect to the conception of the domestic space reserved to the working classes.

Keywords: working class villages, industrial bourgeoisie, incipient capitalism, modernity/anachronism

Apresentação

Antes de apresentar este trabalho, gostaria de voltar um pouco no tempo, mais especificamente ao ano de 1999, quando, ainda no segundo ano da faculdade de arqueologia, embarquei para Recife junto com os companheiros de estágio no Museu Nacional. Para participar da minha primeira reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Foi em um simpósio intitulado Arqueologia do Capitalismo, que tomei conhecimento de trabalhos que utilizavam conceitos de Foucault no seu marco teórico. Desde então, comecei a cultivar um interesse cada vez maior por questões relativas ao espaço e como o mesmo passou a ser entendido e trabalhado a partir da nova ordem econômica mundial.

Desta forma, no momento em que surgiu a oportunidade de me candidatar a uma vaga no mestrado de arqueologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, resolvi desenvolver uma pesquisa que estivesse diretamente ligada à questão do uso do espaço e ao surgimento do capitalismo. O objeto da pesquisa, as vilas operárias da Fábrica Confiança, surgiu em função da proximidade e da relação pessoal que tenho com essas edificações. A Fábrica Confiança, atualmente o Extra Boulevard, tornou-se o hipermercado mais próximo de minha residência. Portanto, todas as vezes em que me dirigia a ele, eu me questionava a respeito do funcionamento da fábrica e das suas vilas operárias, situadas em frente ao atual estacionamento.

Uma vez aprovado no concurso para ingresso no programa de mestrado do Museu Nacional, fui convencido da necessidade de uma formação mais ampla, à luz do modelo *four fields* da antropologia norte-americana. Com isso,

dediquei-me quase que exclusivamente nos três primeiros semestres ao aperfeiçoamento de minha formação, cursando uma média de 5 disciplinas por semestre. Como fruto dessa estratégia, que sabidamente priorizou a minha formação, e da qual não me arrependo, dediquei-me ao desenvolvimento de minhas pesquisas para a dissertação somente durante o último semestre.

Sendo assim, nesse período procurei levantar o máximo possível de fontes primárias para minha pesquisa na Biblioteca Nacional, no Arquivo Geral da Cidade, no Arquivo Geral da CEDAE, no Instituto Histórico do Patrimônio Artístico Nacional - IPHAN, no Departamento Geral do Patrimônio Cultural – DGPC, no Instituto Pereira Passos, dentre outros. Infelizmente, em todos os lugares pesquisados, não foi possível encontrar um elemento fundamental para minha pesquisa: a planta da Fábrica Confiança. Nem mesmo dentro do órgão responsável pelo tombamento municipal havia uma única planta da fábrica. Sendo assim, deixo clara, desde já, a ausência desse dado fundamental para o meu trabalho, e espero que futuramente eu consiga obtê-lo. Da mesma forma estou consciente de que muitos aspectos não puderam ser devidamente explorados, em função das inerentes limitações do tempo concedido à elaboração de uma dissertação de mestrado. O caminho, entretanto, está dado e poderá ser oportunamente retomado para outras reflexões.

Após esta breve explanação, inicio a apresentação desta dissertação. No capítulo 1, apresento trabalhos de diversos autores que investigaram, sob diferentes aspectos, a questão das vilas operárias de fábrica. Em seguida, faço uma explanação sobre o quadro teórico da pesquisa, conceituando minha posição frente ao objeto empírico deste trabalho e desenvolvendo os principais conceitos que foram utilizados ao longo da dissertação. Para isto, discuto

questões referentes à visão da arqueologia pós-processual e dos conceitos de modernidade.

No capítulo 2, discorro sobre o período de transição social, política e econômica vivido na cidade do Rio de Janeiro, entre as duas últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX. Compreendo como período de transição o período da instauração das relações capitalistas de produção. Desta forma, procurei destacar aspectos como a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a decadência da cafeicultura, o desenvolvimento dos setores secundários e terciários da economia, o aumento da população urbana, a definição de novas categorias sociais e a substituição da elite até então dominante. Discorri sobre o intenso crescimento urbano e o surgimento das fábricas, além da modernização dos serviços públicos: sistemas de transporte coletivo (estradas de ferro e bonde), esgotos, abastecimento de água, etc.

No capítulo 3, abordo a questão da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro e as transformações ocorridas em função das políticas sanitaristas. Em especial, a disseminação do modelo de casas higiênicas e de vilas operárias como forma de controlar o operariado e os movimentos operários de contestação às novas formas de dominação.

No capítulo 4, apresento a história do nascimento do bairro de Vila Isabel, o surgimento da Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial e de suas vilas operárias. Em um segundo momento, fiz a aplicação de um modelo de análise espacial para a compreensão da tipologia das vilas construídas para seus funcionários.

No capítulo 5, desenvolvo as considerações finais deste trabalho, interpretando essa tipologia à luz da ideologia patronal então dominante nessas

primeiras décadas de penetração do ideário capitalista na cidade do Rio de Janeiro e examino suas contradições, utilizando como contraponto a explanação teórica desenvolvida por Randall McGuire, em 1991, para fenômeno semelhante ocorrido no Condado de Broome, Nova Iorque.

1. Histórico e quadro teórico da pesquisa

O tema desta dissertação tem sido analisado por diversos autores, sob diferentes pontos de vista. Em função disso, este capítulo traça um panorama das principais abordagens com relação ao estudo do modelo “fábrica com vilas operárias”, da reprodução deste processo, bem como destacamos a dificuldade de entendê-lo a partir de parâmetros exclusivamente econômicos, fator que tem prevalecido em algumas vertentes teóricas que deram suporte às análises sobre vilas operárias nos últimos anos. Em um segundo momento, discutimos o quadro teórico de nossa pesquisa, enfatizando as diferentes perspectivas de nossa abordagem.

As referências aos aspectos mais evidentes das vilas operárias, como sua localização junto à fábrica e as características do operariado que ela absorve, têm figurado ao longo dos últimos anos em obras de historiadores, economistas, antropólogos, arquitetos e pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Em boa parte desses trabalhos, a centralidade da discussão reside no processo de desenvolvimento desencadeado ao final do século XIX e início do século XX. Assim sendo, as menções feitas ao fato de os operários morarem em casas de propriedade das fábricas onde trabalhavam, ajudavam a compor um quadro que objetivava analisar o processo de industrialização como um todo, e não a questão das vilas propriamente ditas. Exemplos deste tipo de perspectiva, já considerados clássicos, são os trabalhos de Stein (1961, 1979), Cardoso (1964), Brandão Lopes (1964, 1967) e Oliveira (1972), cuja leitura é obrigatória a todos que se interessam pelo processo de industrialização brasileiro.

Segundo Oliveira (1972), essa vertente de análise procura explicar a vigência das vilas operárias a partir da ótica do capital, ou seja, mediante a indicação dos motivos que presidiram a lógica da ação de alguns atores sociais determinados: o Estado, o empresário industrial que acumulava a função de dono da fábrica e proprietário das casas que alugava aos operários, e o empreendedor imobiliário que atuava nas vizinhanças das fábricas construindo casas de aluguel, edificadas em vilas, onde também moravam operários.

Nessa vertente, encontra-se também o trabalho de Blay (1980), autora que entende as vilas operárias como um recurso necessário ao “contexto da emergente industrialização nacional”, realçando o caráter “instrumental” desse tipo de moradia.

“Como solução proposta pela classe empresarial ela sempre visou, em todos os momentos, garantir um suprimento de força de trabalho, controlar níveis salariais e dominar movimentos políticos. Em consequência, a habitação foi um meio, na relação patrões-empregados, que permitiu uma atuação em dois níveis: serviu para pressionar o comportamento social do emergente operariado urbano e influiu no processo de acumulação de capital a ser investido na indústria e na reprodução ampliada do capital, permitindo que certos empresários construíssem verdadeiros impérios.” (Blay, op. cit.: 144).

De fato, essa forma de moradia constituía-se em mecanismo através do qual a ordem social burguesa redefiniria a apropriação do espaço, projetando nele a forma como ela estava estruturada. Blay (op. cit.) chama atenção para o fato de a edificação de vilas operárias constituírem-se na prática concreta da circunscrição espacial dos trabalhadores, porém deixa de explicitar, em sua análise, que se trata de uma das estratégias de “esquadrinhamento” e redefinição do espaço urbano, muitas vezes mascaradas pelo discurso sanitaria da época, onde os novos princípios da hierarquia social estão presentes.

“...vamos chamar de vilas operárias aqueles conjuntos de casas contíguas, construídas ou compradas já prontas pelas fábricas e que se destinavam ao uso de seus empregados mediante aluguel e comodato. Deixemos de lado outros tipos de vilas... para nos determos naquelas que nos parecem ser o embrião das demais e que delimitaram a porção do espaço da cidade destinada à camada trabalhadora urbana” (Blay op. cit. : 145)

Além dessa alusão à redefinição do espaço urbano, a autora aponta outros dados que possibilitam pensar alguns aspectos do que Foucault (1983) chama de lógica da ordem social burguesa, como modeladora de uma concepção de sociedade que se implanta mediante a imposição de relações ao nível do trabalho, da família e do aparato ideológico que recobre esferas como as do lazer e da religião.

“Os padrões de honra exaltados, as regras da moral burguesa e as normas de vida transmitidas pela burguesia ao operariado constituíam parcela da ideologia a ser difundida aos subordinados, não a ser vivida pelos patrões. A ideologia burguesa apropria-se de um aspecto cotidiano da vida operária emergente (a moradia em dormitórios) para lhes transmitir valores e condutas considerados adequados ao comportamento do operário produtor da mercadoria. O operariado em formação, convivendo com o trabalho escravo, numa nação apoiada na produção agrário-exportadora, não encontra ainda seus parâmetros de comportamento. Ao oferecer quartos para dormir, os empresários ofereciam também modos de viver, regras, atitudes e valores a serem cumpridos. Na elaboração de uma ideologia de valorização do trabalho urbano livre e industrial, o processo de habitar é utilizado pela burguesia como veículo de transmissão dos novos valores.” (Blay op.cit. : 148).

A funcionalidade das vilas operárias para o capital é a idéia que percorre o trabalho dessa autora, revelando as características e os parâmetros que balizam um quadro geral do processo de industrialização e os objetivos dos empresários industriais, sem se deter nas relações sociais concretas vividas pelo habitante da vila operária. Nessa vertente de análise podemos enquadrar as pesquisas realizadas por Valladares e Figueredo (1981). Em Oliveira (1972)

encontramos referência ao trabalho de Goldenstein, Zaperllan e Alves (1979) que estaria também de acordo com essa vertente.

“As vilas operárias apareciam como privilégio, num período de escassez de construção civil. Ao mesmo tempo a moradia era um fator de atração para os escassos trabalhadores qualificados, necessitados pela indústria. Uma relação complementar e contraditória. A concessão de moradia permitia o controle da vida particular dos empregados e possibilitava a exploração da mão-de-obra pela manutenção de baixos salários ou pelo não engajamento do operário em lutas políticas. A partir da década de 50 a urbanização, dentre outros fatores, levou o operariado a se fixar na periferia, ao mesmo tempo em que foi mudando sua concepção quanto à estabilidade do trabalho. Isto é, a casa é o que passa a ser objeto de segurança e de proteção para os momentos de desemprego: é a certeza de um teto enquanto se busca um novo trabalho.” (Goldstein em Oliveira op.cit.: 17).

Já Rolnik (1983) e Vaz (2002) chamam atenção para a intrínseca relação existente entre a construção das vilas operárias e a implementação de uma política de saneamento. As vilas operárias surgiam então como uma intervenção do Estado que, além de construir, as incentivava como forma de combater a apropriação desordenada do espaço urbano, constituindo-se numa contra-imagem dos cortiços. Este tipo de abordagem, ao caracterizar menos o processo de industrialização que a ordem social que o fundamenta, possibilita chegar às práticas sociais concretas que indicam a presença ativa da população-alvo dessa política saneadora.

“A ação da polícia sanitária é a possibilidade de esquadrinhamento da população e ao mesmo tempo a imposição da vacinação, estratégia de cura formulada pela medicina alopática – que não era a única prática terapêutica do período. Sua ação acabou por gerar até movimentos de protesto de vulto. O caso da revolta contra a vacina no Rio de Janeiro em 1904... não tem um conteúdo específico casual: na luta contra o despotismo sanitário está à discussão do limite da intervenção do Estado sobre o corpo e a consciência dos indivíduos, tema positivista que encontrou eco popular numa situação onde grande número de “pardieiros” estava sendo derrubado para dar lugar à discussão em torno de uma ação urbanística despótica na vida dos cidadãos.” (Rolnik 1983 p. 120).

Em sua análise, essa autora tem como principal argumento a questão do agenciamento espacial da vila de fábrica, que se reproduz junto a cada família que integra o contingente dessas vilas operárias. Ao caracterizar essa utilização específica do espaço, aponta essa autora, de uma maneira geral, para o fato de essas vilas representarem também um investimento lucrativo do empresariado industrial. Entretanto, é somente no trabalho de Bonduki (1983) que este aspecto ganhará maior relevância. O autor não só destaca esta questão, como a considera a mais pertinente de todas as apresentadas por outros pesquisadores, para justificar a implantação de vilas operárias nos centros urbanos. Bonduki (op. cit.) ressalta o fato de as vilas operárias terem sido um investimento bem sucedido para o capital industrial.

“Na verdade, se verificarmos que muitas das indústrias que possuíam vilas operárias na cidade de São Paulo cobravam aluguéis a preços concorrentes ou com pequenas reduções, com exceção de alguns específicos, percebemos que as indústrias atuavam na construção de vilas da mesma forma que os investidores, pois, não podendo expandir sua atividade produtiva pela não-elasticidade do setor, viam na aplicação de capital em casas um bom negócio, complementado pela possibilidade de manter sob controle seus operários”. (Bonduki op. cit. : 45)

O trabalho de Teixeira e Ribeiro (1980) procura resgatar o processo de incorporação da questão da habitação pelo movimento operário, buscando principalmente na imprensa operária as bases de sua pesquisa. Com isso, revelam as reinterpretações da participação do trabalhador na teia de relações sociais existente entre fábrica e moradia.

“Denúncia em São Paulo: Neste momento nós trabalhadores da indústria de panificação de São Paulo, nos encontramos em luta com um movimento de greve parcial, que visa anular de uma vez para sempre esse regime ignominioso de pensão e dormitório fornecido pelos patrões... O objetivo que visamos nessa luta, é mais uma conquista moral, que propriamente econômica. Queremos independência completa, para que todos os operários desta indústria,

possam dormir e fazer as suas refeições onde muito bem convier, como seres humanos que somos e como produtores de um trabalho útil e fecundo à sociedade. - Manifesto do Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeitos e Similares de S. Paulo” (Teixeira e Ribeiro op. cit. : 13).

Por sua vez, Leite Lopes (1978, 1979a, 1979b, 1987) inaugura uma vertente teórica no debate sobre vilas operárias, propondo discutir as questões relativas a esse tema a partir do ponto de vista da força de trabalho, sobre a qual as vilas operárias foram impostas como lugar de morar, ou seja, como casa:

“Estamos a caminho então de outras formas de generalização diferentes daquelas transformando estudos de caso em teorias gerais como no caso da dedução de características específicas de uma classe operária nacional a partir de estudos localizados. Pela comparação com situações similares mesmo em países e épocas diferentes podemos controlar a relevância da construção de características específicas dentro de um padrão determinado. Podemos assim construir por semelhança ou por contraste formas específicas de dominação do capital sobre o proletariado industrial de grande utilidade para a classe trabalhadora. Por outro lado, não estamos apenas propondo abstratamente uma forma mais frutífera de generalização, mas mudando o próprio conteúdo da matéria a ser generalizada: trata-se aqui de formas específicas de dominação do capital sobre o proletariado e portanto das características deste proletariado levando-se em conta essa forma de dominação...Levar em conta essa forma específica de dominação não implica em analisá-la do ponto de vista do capital, mas ao contrário, implica em estudá-la do ponto de vista da força de trabalho, que pela sua vivência própria dá elementos para o desvendamento das dimensões diversas e das conseqüências dessa dominação sobre o trabalhador. O estudo da lógica dessa dominação do ponto de vista do capital também é importante para o seu desvendamento mas não substitui o estudo pelo ponto de vista do trabalhador” (Leite Lopes 1978:6).

O autor define a situação social produzida pela moradia nas vilas operárias das fábricas como de “completa dependência do capital” por parte do trabalhador, em função do caráter de dominação que se exerce, seja no nível do trabalho interno da fábrica, seja na esfera da reposição e reprodução dessa força de trabalho, dominação presente na moradia nas vilas. A subordinação

ao capital concretizada através das relações com o patrão atinge a casa do operário. A casa é o espaço da família e é sobre ela que a dominação se exerce em última instância, redefinindo e controlando as relações sociais que lhe são próprias (Deetz 1977, Kent 1990, Samson 1990, Pearson 1994).

Para Leite Lopes (op. cit.), as vilas operárias traduzem a imobilização da força de trabalho pela moradia, cuja especificidade reside não só “no duplo controle que se concentra nas mãos do mesmo agente social”, duplicidade que articula as esferas do trabalho e moradia numa teia de relações sociais que envolve o operário e sua família, mas na projeção dessa situação de subordinação para outras esferas do cotidiano desses trabalhadores. Segundo o autor:

“a especificidade da situação estudada (uma situação-tipo de trabalho que abrange o modelo de fábrica com vila operária) é que a dependência econômica se reforça por uma dominação direta, fora da produção, pelo controle direto da moradia, pelo controle político e ideológico sobre os trabalhadores, e por um controle reforçado do mercado de trabalho para o qual a própria vila é funcional” (Leite Lopes op. cit. : 20).

O marco teórico utilizado em nosso trabalho requer, inicialmente, a caracterização do pensamento filosófico-científico da pós-modernidade. Esta corrente de pensamento não se conforma às regras, dogmas ou doutrinas únicas, não havendo, portanto, um padrão único a ser seguido. Nossa abordagem procura, a partir de apropriações teóricas que se coadunam com esta corrente do pensamento filosófico-científico, criar um modelo interpretativo que possa compreender apenas uma pequena parte das diversas questões que envolveram a construção das vilas operárias da Fábrica Confiança no Rio de Janeiro do século XIX.

No livro intitulado *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*, Michael Peters (2000) procura diferenciar conceitualmente pós-modernismo de pós-estruturalismo e, para isso, retoma a discussão entre modernismo e pós-modernismo. O autor argumenta que há dois sentidos para o modernismo, que pode ser abordado como movimento artístico, situado no final do século XIX e início do século XX, ou como movimento histórico-filosófico, sentido no qual seria uma espécie de sinônimo para “modernidade”. Nesse segundo sentido, pode-se afirmar que, do ponto de vista filosófico, ele começou com o pensamento de Francis Bacon, na Inglaterra, e o de René Descartes na França (Peters 2000: 12).

Assim, como termo derivado, o pós-modernismo também apresentaria dois sentidos: um, como movimento artístico, e outro, como movimento histórico-filosófico. O autor recorre então ao Oxford English Dictionary, buscando o sentido e a etimologia da palavra, encontrando um sentido originário como movimento artístico do campo da arquitetura (com datações de uso do termo entre 1959 e 1980), só sendo estendido ao campo das ciências humanas a partir de meados dos anos 1970, com mais ênfase na década de 1980. Adotando o mesmo procedimento, e recorrendo a um Dicionário da Língua Portuguesa, encontramos a seguinte definição:

Pós-modernismo: denominação genérica dos movimentos artísticos surgidos no último quartel do século XX, caracterizados pela ruptura com o rigor da filosofia e das práticas do Modernismo, sem abandonar totalmente seus princípios, mas fazendo referências a elementos e técnicas de estilos do passado, tomados com liberdade formal, ecletismo e imaginação. (Novo Dicionário Eletrônico de Língua Portuguesa 2004).

Fica clara, portanto, a origem do termo no campo da arte, como movimento artístico. Somente depois de consolidado nesse campo é que

deriva para as ciências humanas, fazendo então um trajeto inverso ao do termo modernismo.

Já o Pós-Estruturalismo é caracterizado principalmente pela tentativa de ultrapassar os pressupostos estruturalistas de Claude Lévi-Strauss (antropologia), Louis Althusser (marxismo), Jacques Lacan (psicanálise), Ferdinand Saussure (lingüística) e Roland Barthes e Roman Jakobson (semiologia), questionando a idéia de estrutura, do significado transcendental e da centralidade do sujeito. De certo modo, o Pós-Estruturalismo tem sido associado como um compartimento da Pós-Modernidade, já que comunga com esta os princípios de desconstrução e reconstrução da modernidade.

Entretanto, faz-se necessário explicar que a ruptura com o pensamento moderno ocorreu devido à inquietação acadêmica contra a crença institucionalizada e dogmática nas ciências, e com o conseqüente nascimento da crítica à chamada epistemologia da prova.

Foram, sobretudo, Thomas Kuhn, com *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Paul Feyerabend, com os seus *Contra o Método e Adeus à Razão*, e Jean-François Lyotard, com *A Condição Pós-Moderna*, que não somente demonstraram que as certezas científicas da era moderna estavam embasadas sobre evidências preliminares equivocadas, mas que a própria idéia de modernidade iluminista deveria ser superada.

Essas análises teóricas acabaram deflagrando o processo de implosão da modernidade e abrindo o movimento de construção de novas leituras, olhares e reflexões sobre a sociedade, sobre o novo homem. A pós-modernidade inaugurou uma época de liberdade intelectual, relatividade epistemológica e rejeição ao método.

Segundo Boaventura Santos (2000), a face mais acentuada da pós-modernidade parece ser hoje a natureza culturalista que investiga o sujeito e o seu imaginário, e as possibilidades desta relação diante da hierarquia da realidade, do conhecimento e da verdade. Para o autor, “o mundo objetivo, da prova empírica e dos veredictos da ciência, dá lugar a uma perspectiva que enfatiza de maneira transcendental os aspectos da construção subjetiva da realidade, embora a questione e a critique (Boaventura Santos op. cit.: 34)”.

A nova perspectiva passa a empreender a crítica das teorias do conhecimento de raiz positivista, que abordavam o mundo a partir de uma visão materialista, além de fazer uma reavaliação das verdades estabelecidas pelo estruturalismo e pela fenomenologia. Desta forma, o sujeito pós-moderno passa a ser examinado e compreendido em sua complexidade, em sua contingência e em sua singularidade.

O filósofo francês Christian Descamps (1991) afirma que esta corrente diversa e multiforme de intelectuais “abre espaço para as diferenças”, “duvida da própria ideologia da ciência” e “sem posição de superioridade, ela examina o princípio da universalidade das razões, as buscas de fundamento único ou final... este movimento praticou bastante os desvios, as desmontagens, os desperdícios, as decifrações” (Descamps op. cit.:14). Nessa vertente, passa-se a exaltar as multiplicidades não-globalizantes e a derrubar as máscaras da modernidade, mostrando que não existe verdade única, mas que nas palavras do autor, “tudo faz parte de uma polissemia de verdades”. Desta forma, Derrida (1971,1989 *apud* Zarankin 2002:22) destaca que não existem significados “verdadeiros”; ao contrário, o que existe são relações entre significantes, que deixam o significado ausente. Exemplifica que, ao se procurar num dicionário o

significado de qualquer palavra, encontram-se mais palavras (significantes) que remetem a outras palavras, e assim sucessivamente, sem nunca se chegar a um significado último.

1.1. A arqueologia pós-modernista

As posturas pós-modernas em arqueologia surgiram dentro deste amplo quadro de reação aos postulados cientificistas. Este novo posicionamento deu à disciplina uma grande diversidade nas suas abordagens. Tendo na figura do arqueólogo inglês Ian Hodder (1982, 1985, et alli 1995) seu principal representante, a chamada arqueologia pós-processual (assim denominada em função da crítica dirigida as correntes cientificistas e processuais - Nova Arqueologia, e também por analogia ao termo pós-moderno) surge inserida dentro das concepções mencionadas abrigando diversas tendências teóricas, muitas delas advindas da sociologia, da semiótica, do estruturalismo, da teoria crítica, do feminismo, do marxismo, dentre outras (Patterson 1989).

Embora muito diversificada em termos filosóficos e conceituais, segundo Willey e Sabloff (1993), as abordagens da escola pós-processualista apresentam como elemento comum seu antagonismo à idéia de que os elementos humanos do passado possam ser plenamente compreendidos apenas com o uso de procedimentos “científicos e objetivos”.

Para os seguidores desta corrente teórica, na qual se inscreve esta pesquisa, não existe uma forma objetiva e real de alcançar o passado; ao contrário, o passado é socialmente construído pelo arqueólogo, que fornece apenas uma visão subjetiva deste passado. Para Hodder, a cultura material

não é mero reflexo da adaptação ecológica ou da organização sociopolítica; ela também constitui um elemento ativo nas relações entre grupos, elemento que pode ser usado tanto para disfarçar relações sociais como para refleti-las (Hodder *apud* Trigger 2004:338). Zarankin (2002:25) afirma que:

“As arqueologias pós-processuais compõem-se fundamentalmente de filosofias anti-essencialistas, ou nominalistas, e autores vinculados com o pensamento pós-modernista (como Foucault, Deleuze, Lyotard, Baudrillard, Ricoer, Derrida, Barthes dentre outros). Como não existe um passado real-essencial, aceita-se que a “verdade” não se radica no passado; pelo contrário, é uma construção cultural de um determinado momento”.

Segundo Hodder (1985), não existe uma uniformidade de concepções e nenhuma metodologia específica que possa definir precisamente o âmbito da arqueologia pós-processual. Entretanto, uma base consensual aceita pelos seus seguidores é a de que toda produção de conhecimento é estrategicamente empregada em práticas sociais e que ela vem sempre acompanhada de componentes de dúvidas e de autocrítica.

Para os pós-processualistas, o conhecimento arqueológico é subjetivo e não possibilita a descoberta de leis ou generalizações, como também não aceita verdades absolutas. Eles discordam dos processualistas que propõem que o ambiente ou forças sociais externas aos grupos humanos sejam fatores predominantes de mudança ou de escolha cultural, em termos de teorias funcionalistas e ecológico-culturalistas. A mudança é também ação motivada e escolhida dentro de uma coletividade. Além de padrões comportamentais existem também motivações pessoais na construção de um mundo cultural.

A arqueologia pós-processual chama atenção para o fato de que os registros arqueológicos assemelham-se a textos que podem ser lidos e interpretados de diversas maneiras por diferentes pesquisadores. Já para os

processualistas, os registros arqueológicos não existem independentes das maneiras pelas quais suas interpretações são concebidas.

Neste sentido, a arqueologia pós-processual demonstra a subjetividade do arqueólogo presente nas diferentes produções discursivas, destacando que as identidades sociais e culturais dos pesquisadores, enquanto autores, têm um significado crítico. Assim, essas identidades determinam diferentes visões que formam a base dos discursos dos arqueólogos. “Ao adotarmos uma postura ativa no processo de construção do discurso arqueológico, colocamos nossa pesquisa num lugar de compromisso social, procurando debater aspectos que contribuam para criticar as desigualdades da sociedade onde vivemos” (Zarankin 2002: 27).

Compartilhando o sentido pós-moderno de análise científica e utilizando como referencial teórico autores com diferentes abordagens e estratégias metodológicas distintas, buscamos ampliar o escopo da análise, visando uma melhor compreensão do fenômeno da construção de vilas operárias de fábricas.

Compreendemos que a habitação também pode ser encarada como objeto privilegiado no estudo da modernidade¹. A temática da moradia, em especial da vila operária de fábrica, remete invariavelmente a temas como modernidade, “modernização”, discurso sanitarista, como também ao controle e fixação da mão-de-obra.

¹ Uma construção resultante de um esforço de desenvolvimento, visível nas formas de vida e modalidades de organização social, cujas origens Giddens coloca na Europa do século XVII e cuja “exportação” lhe confere, na atualidade, uma dimensão universal. O conceito de modernidade não só se relaciona com o espaço – Europa - e o período de tempo referenciado, mas também com um conjunto de características que, de forma generalizada, afetaram a realidade social. No domínio econômico, os principais traços radicam no desenvolvimento de novas modalidades de produção que necessariamente implicam inusitados métodos e técnicas orientadas pelo princípio da eficácia. Esta surge e instala-se como consequência do próprio desenvolvimento científico, isto é , enquanto efeito de uma crença absoluta na Ciência.

A partir dessa perspectiva teórica, buscamos entender os mecanismos por meio dos quais uma realidade social específica é construída (Chartier apud Senatore 2002), explorando a relação entre a criação de determinadas condições materiais e a estruturação de relações sociais. Deste modo, uma das diversas formas de se entender esse projeto social é dando particular atenção às diferentes estratégias que determinaram posições e relações dos diferentes atores sociais envolvidos com a construção dessas vilas, e que conferiram, a cada um, uma forma de percepção de si mesmo.

Entretanto, devemos olhar além dos discursos destes atores sociais, e procurar na medida do possível avaliar as práticas, que são também princípios estruturadores da sociedade (Funari 2005). Os sistemas sociais são organizadores de ações sociais, ao mesmo tempo em que são estruturados como resultado delas (Giddens 1984). No caso desta pesquisa, o processo de estruturação social das vilas operárias foi entendido seguindo alguns níveis de análise. O primeiro se restringiu à relação dos discursos que moldaram a construção das vilas operárias. O segundo buscou entender as representações deste discurso, ou seja, a análise das estruturas arquitetônicas que materializaram este discurso; e o terceiro e mais difícil foi tentar buscar as práticas sociais, ou seja, o comportamento dos atores sociais mediante esses discursos.

O discurso pode ser definido como uma forma de comunicação delineada por estruturas particulares de conhecimento, que, por sua vez, são por ele reproduzidas (Bourdieu 1979 apud Senatore 2002).

Os discursos estão formados por signos, ou seja, por elementos significantes que transmitem conteúdos ou representações. Portanto, os discursos não devem ser tratados como conjunto de signos, mas como práticas que formam ou constroem sistematicamente os objetos de que falam (Foucault 1984: 81).

Em todas as formas de discurso há uma multiplicidade de significados disponíveis. Desta forma, interessa-nos saber como as formas dominantes de significado foram produzidas, divulgadas e mantidas. Assim, orientamos nossa pesquisa no sentido de compreender a maneira pela qual um meio foi utilizado para criar sujeitos como agentes sociais e de como a materialização deste discurso desempenhou um papel importante dentro das práticas sociais.

Portanto, com base no advento das vilas operárias, apresentamos um exercício de análise sobre as conseqüências da modernidade no que diz respeito à moradia das classes trabalhadoras do Rio de Janeiro. Entendemos que a noção de classe social é um conceito fluído dentro das diversas tramas que envolvem o mundo social. O conceito de classe social que mais freqüentemente aparece nas discussões sobre a moradia do operariado é o conceito marxista, baseado no antagonismo de duas classes sociais em permanente conflito; a classe proprietária e a classe operária. Essa definição de classe social se baseia num grupo social que é dono da maior parte do capital (ou meios de produção); e na classe operária que, é dona apenas da sua mão-de-obra. Os dois grupos vivem em conflito contínuo porque a classe proprietária quer lucrar o máximo possível em cima da classe operária.

O problema dessa definição marxista do conceito de classe é que ela enfoca principalmente os fatores econômicos da sociedade e perde assim outras dimensões relevantes que também existem na sociedade de classe. Já o conceito de classe desenvolvido por Bourdieu mostra outros aspectos. O autor complexifica o tema e se afasta da perspectiva de Marx quando considera que os objetos do mundo social podem ser percebidos e enunciados de diferentes maneiras; isto implica que eles contêm algo indeterminado e,

para o autor, este jogo de incertezas gera a pluralidade de visões de mundo. Bourdieu insiste que esta multiplicidade de visões de mundo gera um clima de incertezas difícil de se integrar numa teoria objetivista como a de Marx.

“...a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social: do lado objetivo, ela está socialmente determinada; do lado subjetivo, está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciações susceptíveis de serem utilizados são produtos de lutas simbólicas anteriores e exprimem de forma diferenciada o estado das relações simbólicas” (Bourdieu 1992: 32).

Nesse contexto, haveria no mundo social uma primazia do sistema simbólico organizado sobre a lógica da diferença, constituindo assim uma *distinção significativa* (Bourdieu 1992), organizada em sistemas e procedimentos que lhes são próprios. Desta forma, Bourdieu defende a existência de diferenças culturais entre as classes sociais, o que revela mais obstáculos que apenas os econômicos, e que a propriedade real apenas é uma parte do conceito de classe. As diferentes classes criam diferentes culturas, o que acaba dificultando a ascensão dentro do sistema de classes. Bourdieu chama isto de *capital simbólico*, porque as estruturas de poder são construídas por símbolos. O valor da pessoa é sinalizado pela formação, título e outros símbolos que lhe conferem uma posição na sociedade.

Estando as diferentes representações de mundo em confronto, seria fundamentalmente no campo simbólico que se daria a verdadeira luta de classes. O que deve ser destacado é que estamos lidando, no presente caso, com um conjunto de símbolos (arquitetônicos) utilizados pelas pessoas nas suas interpretações e opções cotidianas. Esses símbolos, ou melhor, essas ações simbólicas expressam sempre a posição social segundo uma lógica que é a da classe e a do indivíduo que a ela pertence.

A valoração do *status* ocorre em função da posição numa estrutura social, definida enquanto sistema de posições e oposições. Para o autor, este mecanismo é adequado a toda e qualquer posição na estrutura e se manifesta nas mais diferentes dimensões da vida cotidiana, envolvendo desde a linguagem até o vestuário. Em outras palavras, na sociedade capitalista por exemplo, o diretor de uma empresa nem sempre é o dono. A pessoa adquire poder baseada num capital que não é de sua propriedade. Outros símbolos importantes, como o bairro onde a pessoa mora, a casa em que ela reside, o carro que dirige e os seus interesses nas horas de lazer são aspectos importantes que o conceito marxista não leva em consideração.

Para Bourdieu (1994), o mundo social é um espaço multidimensional. Entretanto, a visão de espaço do autor é distinta da noção linear utilizada pela física tradicional. O espaço não é um pano de fundo para os objetos, nem se define por uma distância linear entre os mesmos. O que existe é um espaço de relações, não há uma substancialidade espacial. Os agentes e grupos de agentes são definidos pelas suas posições relativas nesse espaço. A correlação de forças entre os diferentes agentes e grupos define-se a partir do volume global e da composição das diferentes espécies de capital. A partir da noção de espaço social, agentes e capitais variados, Bourdieu propõe a definição de *campo social*, entendido como:

“um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital - quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas posses” (Bourdieu 1994:135)

À noção de campo social acrescenta-se o conceito de *habitus* - “*sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes*” (Bourdieu 1994). Eles permitem que compreendamos os grupos sociais não como entidades congeladas no tempo e no espaço, mas como forças sociais que se constituem a partir das posições que ocupam nos diferentes campos onde atuam. As identidades, nesse caso, se constituem de acordo com a posição numa determinada região do espaço social. Essa posição fundamenta a sensação de *pertencimento* a um determinado grupo ou mesmo classe, de acordo com a especificidade da posição e dos campos onde se está situado.

Considerando os conceitos de classe social em Marx e Bourdieu, diferentes e ao mesmo tempo complementares no entendimento de um mesmo objeto, nos apropriamos das idéias desenvolvidas pelos dois autores e procuramos trabalhar a partir de uma abordagem interpretativa entre o mundo material (arquitetura das vilas operárias) e o discurso inserido nessa lógica de construir e de habitar.

Existe uma relação direta entre as condições materiais e a estruturação das relações sociais. Como indica Foucault (1979, 1983), a arte de distribuir pessoas no espaço é um instrumento disciplinar do sistema de poder. Dessa forma, fica evidente que a cultura material, ou melhor, as casas e as fábricas envolvidas no cotidiano dos trabalhadores, desempenharam um papel ativo no processo de estruturação do mundo social desse operariado em formação no Rio de Janeiro, ao final do século XIX. Toda a arquitetura que os envolvia, seja durante sua jornada de trabalho ou nas suas horas de descanso, controlava,

transformava e moldava as relações sociais possíveis para esses atores (Johnson 1996).

“Os prédios são objetos sociais, e como tais estão carregados de valores e sentidos próprios de cada sociedade. No entanto, não são um simples reflexo passivo desta, pelo contrário, são participantes ativos na formação das pessoas. Dito de outra forma, a arquitetura denota uma ideologia, e possui a particularidade de transformá-la em real – material -, para desta forma transmitir seus valores e significados por meio de um discurso material. Assim, se considerarmos que os prédios são formas de comunicação não- verbal, então eles podem ser lidos.” (Zarankin 2002:39)

No caso do Rio de Janeiro, a trajetória da modernização dos espaços urbanos foi um processo social complexo, contraditório e excludente. Segundo Vaz (2002:27), as primeiras vilas operárias começaram a surgir no Rio de Janeiro no período da transição do escravismo para o capitalismo. Por este período de transição compreendemos e compartilhamos da mesma definição da autora: “período da instauração das relações de produção capitalistas, que se fazem acompanhar de mudanças de ordem política, econômica e social”.

É também nesta época (segunda metade do século XIX e início do século XX) que se manifestam graves crises de moradia e as revoltas do operariado contra o patronato. Além disso, o crescimento demográfico foi intenso neste período e, em 1920, foi superada a marca de um milhão de habitantes no Rio de Janeiro. O vertiginoso crescimento populacional não foi acompanhado por um aumento correspondente do número de moradias; pelo contrário, as novas atividades ocuparam os antigos espaços destinados às habitações. A falta delas se tornou cada vez mais grave, atingindo basicamente as classes trabalhadoras, que constituíam a maior parcela da população.

No bojo desse intenso processo de transformação (Braudel 1985), é preciso destacar as modificações operadas nos seus elementos essenciais:

terra e moradia. A terra deixa de ser encarada como um patrimônio familiar, e passa a ser vista como uma mercadoria; a moradia, por sua vez, deixa de ser construída tendo em vista seu valor de uso, e passa a ser produzida visando seu valor de troca. O novo modelo econômico utilizou-se exatamente desta nova relação, como forma de sedução do operariado.

2. A cidade do Rio de Janeiro em transição: final do século XIX e início do século XX

O início do processo de industrialização do Rio de Janeiro coincidiu com o declínio da produção cafeeira na província e a abolição da escravatura. O afluxo migratório dirigido para a cidade do Rio nesse período, caracterizado pela mão-de-obra proveniente das áreas fluminenses que entravam em decadência e pelo significativo contingente de estrangeiros residentes no Rio de Janeiro, permitiu uma oferta de força de trabalho para esse setor emergente da economia urbana. Esse adensamento populacional, somado à conseqüente expansão da demanda no mercado de moradias, refletiu-se diretamente nas condições de vida da cidade, determinando um aviltamento em sua qualidade no que se refere às classes trabalhadoras.

2.1. O velho: a cidade e a economia agrário-exportadora

No final do século XVIII, a economia colonial brasileira continuava orientada para a lavoura de exportação, com o comércio voltado para o mercado exterior. A política mercantilista da metrópole fazia com que toda a produção agrícola e mineira, bem como toda a importação, estivessem sob o controle de um pequeno grupo de comerciantes portugueses.

Segundo Stein (1979: 20), as poucas manufaturas que haviam surgido na colônia, apenas para suprir suas necessidades básicas, foram suprimidas por uma série de decretos ao final do século XVIII. A manufatura têxtil, particularmente, foi restringida pelo alvará de 1785 à produção de tecidos de

algodão, “apropriados para o uso dos negros e para enfardar ou ensacar mercadorias em geral”. O autor argumenta que as razões dessa limitação eram a necessidade de mão-de-obra para a agricultura de exportação, e o fato de a riqueza da colônia estar baseada em produtos agrícolas, e não na obra de artesãos ou artífices, sendo inadmissíveis os desvios de esforços ou de investimentos paralelos a este objetivo.

A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, trouxe mudanças radicais para a economia da colônia. O governo real recém-chegado precisava de novas fontes de rendimento para sustentar-se e a expansão do comércio traria os recursos necessários. Abrir as portas do Brasil para o mundo foi o primeiro passo, além da suspensão da proibição das manufaturas, e isso trouxe para a antiga colônia e, particularmente para a capital, comerciantes e estabelecimentos comerciais portugueses e ingleses, entre outros.



Figura 1 – Rio de Janeiro, início do século XIX

Fonte: Leandro Joaquim. Vista da Igreja e da Praia da Glória, fins do século XVIII, óleo sobre tela. Museu Histórico nacional, Rio de Janeiro



Figura 2 – Rio de Janeiro, início do século XIX
Fonte: Leandro Joaquim. Vista da Lagoa do Boqueirão e do Aqueduto de Santa Teresa, fins do século XVIII, óleo sobre tela. Museu Histórico nacional, Rio de Janeiro

Na verdade, a chegada da Corte traria profundas modificações para a economia brasileira, inaugurando uma nova fase de sua evolução, ainda que se conservasse a sua estrutura anterior básica, de país colonial que produzia para exportar e que se organizara tendo em vista as necessidades externas.

O deslocamento do eixo econômico do nordeste do país para o sudeste coincidiria com a decadência das lavouras tradicionais e o aparecimento da cultura do café. O êxito da produção cafeeira fixou o modelo econômico ao qual o Brasil se ajustaria durante praticamente um século.

Apesar de o Brasil tornar-se independente pouco tempo depois, em 1822, a agricultura de exportação continuou a determinar o modelo econômico do país durante toda a Primeira República, apenas alterando seu produto principal, que passou a ser o café, em detrimento do algodão e do açúcar, que foram os principais produtos coloniais.

As lavouras tradicionais do nordeste e a cana-de-açúcar tiveram sua decadência ligada à conjuntura econômica internacional. Surgiram no século XIX novos países produtores que provocaram forte concorrência no mercado mundial, destituindo países tradicionalmente produtores de sua posição privilegiada no cenário mundial, dentre eles o Brasil. Somada a essa conjuntura, a proibição do tráfico internacional de escravos, em 1850, e o esgotamento dos solos nordestinos foram também decisivos para a perda da competitividade econômica do Brasil.

Encontrando as condições naturais necessárias ao seu cultivo, como solos apropriados e clima favorável, o café se tornaria no século XIX a principal cultura de exportação, estabelecendo um novo ciclo econômico que predominaria no país durante muito tempo. Esse modelo determinou o tipo de trabalhador que veio para o Brasil, a natureza do comércio brasileiro, o papel do governo e, como resultado desses fatores, o ritmo da sua industrialização. A produção do café foi em grande parte responsável também pela difusão de grandes propriedades rurais no centro-sul, pois seu cultivo exigia reserva de solo virgem.

Stein (1979) afirma que a agricultura de *plantation*, baseada na mão-de-obra escrava, teve um impacto profundo e duradouro no desenvolvimento industrial brasileiro, desencorajando a vinda de imigrantes europeus livres para o Brasil até a abolição da escravidão, em 1888, que finalmente criou um novo ambiente para o trabalho livre. Este tipo de agricultura inibiu o desenvolvimento de uma camada de cidadãos livres, já que os escravos ocupavam a base da pirâmide social. Até o final do século XIX,

“a agricultura de plantation, baseada na mão-de-obra escrava, foi profundamente desestimulante para o desenvolvimento industrial brasileiro, dificultando a vinda de imigrantes e a criação de um mercado de trabalho livre. Além disso, gerava divisas para a importação de produtos manufaturados baratos, prejudicando a produção artesanal e as manufaturas prematuras que procuravam se instalar. À medida que se desenvolviam sistemas de transportes para os produtos agrícolas, a produção artesanal do interior, fiação e tecelagem manuais por exemplo, praticamente desapareceu”. (op. cit.: 22).

Desta forma, a economia de *plantation*, estimulada pela alta de preços dos produtos agrícolas, absorveu os recursos produtivos nacionais e gerou divisas para a importação de produtos manufaturados baratos. Ao longo de todo regime imperial, que durou até 1889, prevaleceram os interesses dos grandes proprietários de terra: primeiro, os do nordeste açucareiro, e depois os dos cafezais do sudeste do país. Essa íntima ligação entre o Império e seus fazendeiros e comerciantes resultou no subsídio governamental à construção de estradas de ferro projetadas para ligar as *plantations* do interior aos portos marítimos. A expansão do comércio com a Europa, particularmente com a Inglaterra, favorecida por acordos preferenciais, prejudicou muito a indústria artesanal e manufatureira do Brasil.

Do ponto de vista da infra-estrutura às tarifas alfandegárias, o governo visava sempre apoiar a produção agroexportadora. Um único momento de diversificação foi a tarifa protecionista de 1844, chamada tarifa Alves Branco, que passou a estipular taxas de 30% para a maioria dos produtos manufaturados importados, inclusive os tecidos de algodão. A tarifa, na verdade, foi uma retaliação às taxas de importação impostas pela Inglaterra ao açúcar brasileiro, mas funcionou como proteção à incipiente indústria nacional, e possibilitou o debate das novas teorias econômicas. “Pouco depois houve uma suspensão das taxas alfandegárias que incidiam sobre máquinas e

matérias-primas, o que estimulou a fundação de fábricas de fiação e tecelagem de algodão”.(op. cit.: 23)

Principal produto de exportação, o café do vale do Paraíba tinha seu escoamento feito através do porto do Rio de Janeiro, concentrando nessa cidade todo movimento comercial e o controle financeiro da produção cafeeira. Lobo (1978) afirma que a cidade foi, durante o século XIX, não só o principal porto de exportação de produtos primários destinados ao mercado mundial, mas, também, o centro de redistribuição de uma economia rural, o principal mercado de consumo dessa mesma economia e de produtos importados e, finalmente, centro das decisões políticas e do movimento financeiro do país.

No Rio de Janeiro, ainda na última década do século XVIII, ocorreram as primeiras tentativas de subir a serra, em busca do planalto, onde posteriormente o café se fixaria de forma surpreendente. Quando finalmente transpuseram a escarpa da Serra do Mar, as plantações de início seguiram para o noroeste, onde foram abertas numerosas fazendas em São João Marcos, Piraí e Resende, e para o norte em Entre Rios (atual, Três Rios). Depois, o café caminhou pelo eixo do Paraíba. Por volta de 1840, uma nova penetração se fez em direção à Nova Friburgo, Cantagalo, Itaocara e São Fidelis. Os cafezais seguiram da costa, a partir do Rio de Janeiro, para o interior (Prado Junior 1997: 75).

No Vale do Paraíba, o café encontrou finalmente seu habitat. Em 1830, já era a principal atividade de Vassouras, Barra Mansa, Valença, Paraíba do Sul e Piraí. O café era drenado por caminhos carroçáveis ou trilhas para tropas de mulas, para uma série de pequenos portos onde se localizavam as casas comissárias de café.

No início da década de 1820, a Província do Rio de Janeiro já contribuía com 62,2% da receita do império, num total de 6.850 contos; em segundo lugar, a Bahia, com 1.644; Pernambuco, com 1,436; Maranhão, 767; e São Paulo, 278 contos. Daí em diante o café ganhou mais espaço nesse mercado, e nos subseqüentes 50 anos foram exportados 85.143 milhões de sacas, que produziam 189.118 libras esterlinas, 1.533.998 contos de réis, valor médio por saca em libra – 2.36, e em réis 18.046, correspondendo a 39% da receita. Em 1867, o café atingiu 9.308.654 arrobas; em 1869, 8.926.247 e em 1870, 6.723.550.15 No início da década de 1880 ainda havia prosperidade na cafeicultura fluminense, mas sua rentabilidade já era declinante. Em 1870, produziu 1.646.037 sacas; em 1880, 4.133.466; em 1883, 3.908.080; e em 1889, 1.309.271. O Rio de Janeiro chegou a deter 77% da economia brasileira (Prado Junior 1997 : 91).



Figura 3 - Carregadores de café séc. XIX.

Na visão de Vieira (2000), a cafeicultura continuou no Estado do Rio como conseqüência das políticas de valorização, e a diversificação agrícola veio como uma tentativa de salvar as finanças estaduais, mostrando então a

situação deixada pelo café. Essa preocupação começou na década de 1890, quando foram criados centros agrícolas, estações agrônômicas, núcleos coloniais, e distribuídos adubos químicos, sem lucro para o Estado, além do incentivo à pecuária extensiva.

Por outro lado, frente às limitações impostas pelas suas características fisiográficas, o Rio de Janeiro teve que diversificar as formas de produzir renda, e encontrou um caminho na produção industrial, comercial, financeira e no desenvolvimento de bens e serviços. O capital gerado com a cafeicultura, que usou essencialmente capital natural de forma indiscriminada, se diversificou, estimulando outros mecanismos de ação.

O desenvolvimento da cafeicultura fluminense foi economicamente eficiente. A produção cafeeira do Estado do Rio de Janeiro, que fora de 1,0 milhão de sacas em 1835, passou a 1,5 milhões em 1840, crescendo para 1,8 milhões em 1870, e atingindo seu auge em 1882, com 2,6 milhões. A cafeicultura fluminense atingiu seu nível máximo de produção em 1882. A partir daí, assistiu-se a sua derrocada, cujas causas estavam nas técnicas tradicionais de produção agrícola, na devastação do solo virgem de maneira predatória, além da praga da formiga saúva e das pragas de gafanhotos, de passarinhos, de ferrugem e das chuvas torrenciais. “A devastação dos morros (...), provocou a erosão e as mudanças climáticas de um extremo a outro do Vale do Paraíba” (Stein 1961: 260).

O esgotamento do solo, ocasionado por um sistema de exploração extensivo e descuidado, levou à estagnação da cultura do café na região do Vale do Paraíba. Entretanto, outra região rapidamente substituiu e tomou a primazia da produção cafeeira: o oeste paulista. A existência de solos

extremamente férteis, a chamada terra roxa, favorecidos também por um relevo uniforme e de declive suave, o que protegia o solo da erosão, possibilitou a expansão cafeeira naquela direção.

A província do Rio de Janeiro foi duramente atingida com o declínio da produção de café no Vale do Paraíba e sua economia sofreu modificações que afetaram diretamente as funções da cidade. O processo de desagregação dessa economia, que adquirira uma nova configuração a partir de 1850, levou a uma concentração de capitais que, anteriormente investidos na mão-de-obra escrava, foram atraídos para outros setores da economia, determinando sua diversificação.

A criação de companhias e sociedades, o estabelecimento de estradas-de-ferro e de navegação a vapor, a instalação de manufaturas e o desenvolvimento de diversas modalidades do comércio, resultaram na expansão das forças produtivas do país e sua incorporação ao modo de produção capitalista mundial (Prado Junior 1970).

Dessa forma, a economia urbana da capital passou a sofrer modificações com o redirecionamento de capitais e mão-de-obra, antes empregados no setor agrário. A expansão do sistema de transportes urbanos levou a uma conseqüente ampliação do mercado consumidor. A burguesia tradicional, que empregava seu capital na exploração de produtos agrícolas e na importação de manufaturados, cedia lugar a uma nova burguesia comercial, que tinha seus interesses voltados para os setores dos transportes, serviços em geral e à nascente indústria (Stein 1979).

A conjunção dos seguintes fatores: abolição do tráfico e posteriormente abolição da escravidão, o crescimento do comércio de exportação e

importação, o emprego do assalariamento, a multiplicação do sistema bancário e o estabelecimento de uma nova infra-estrutura de serviços urbanos criaram as condições necessárias para o investimento industrial, ocorrendo já no século XIX o primeiro surto manufatureiro na cidade do Rio de Janeiro, e sua gradual passagem para a indústria fabril.

2.2. O moderno: a industrialização e a expansão urbana

O final do século XIX e o início do século XX constituem um período de transição na história do Brasil, e particularmente na história da cidade do Rio de Janeiro, marcado por transformações de ordem econômica, social, política e cultural, que repercutiram no espaço urbano, arquitetônico e habitacional da cidade do Rio de Janeiro (Santos 1979: 45).

Desde a sua fundação, a cidade teve sua ocupação e crescimento limitados por fatores geográficos. A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, no início do século XIX (1808), acarretou uma série de modificações substanciais. Começou então a busca por espaços alternativos em meio aos alagadiços, busca essa que teve seu maior obstáculo nas grandes distâncias entre as áreas secas disponíveis para ocupação.

Ocupada anteriormente apenas entre os morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antonio e da Conceição, a cidade foi ganhando espaço com o dessecamento de brejos, mangues e regiões alagadas. Segundo Rocha (1986 : 29), “D.João VI realiza a primeira tentativa concreta de expansão da cidade com a criação da Cidade Nova, localizada entre os morros do atual Catumbi e

o canal do Mangue”. Efetivamente, a ocupação de outras áreas só foi possível com a expansão e modernização dos sistemas de transportes.

“A partir de 1840, com o aparecimento do ônibus, inicia-se uma nova etapa do crescimento da cidade. O ônibus era um veículo de quatro rodas, dois andares, movido a tração animal (duas ou quatro parrelhas), transportando em média vinte pessoas. Por oferecer serviços regulares e de comprovada eficácia, o ônibus veio estimular a ocupação de áreas antes consideradas distantes, tais como Andaraí Pequeno (Tijuca), Caju e Pedregulho. O ônibus torna viável o projeto da Cidade Nova, principalmente da região vizinha ao Campo de Santana.” (op.cit. : 31)

“Em 1868 entrou em funcionamento a primeira linha de carris da cidade; dois anos depois, a Estrada de Ferro D. Pedro II aumenta o número de trens urbanos. Trata-se este, do primeiro momento no qual esses dois tipos de transporte urbano passam a atuar em sincronismo. A Botanical Garden Railroad Company, posteriormente Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, foi a primeira companhia a receber concessão para o serviço de bondes de burro. Esta empresa, americana, inaugurou sua primeira linha, ligando a Rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado, em 9 de outubro de 1868. Dois anos depois, a linha foi estendida até o Jardim Botânico, passando a servir também o bairro de Botafogo” (op. cit. : 34)



Figura 4 - Largo do Machado. Foto de 1906.
Fonte: Arquivo Nacional

Com o sucesso dessa companhia, outras sugeriram para atender às demais áreas da cidade. Em 1870, surge a Rio de Janeiro Street Railway Company (futura Companhia São Cristóvão), que servia aos bairros de São Cristóvão, Andaraí Pequeno (Tijuca), Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Caju, Catumbi e Rio Comprido.

O Rio de Janeiro, agora centro das atividades mercantis, passou a ser a capital estratégica da ex-colônia. Com o estabelecimento da burocracia metropolitana e de novos comerciantes estrangeiros, a cidade passou a exercer uma função centralizadora, não só no que se refere à economia, mas também às decisões políticas.

Segundo Fausto (1976 : 54), a localização industrial no Rio de Janeiro, com a instalação de algumas fábricas a partir de meados do século XIX e a expansão do setor secundário, graças à transição da manufatura para a indústria fabril, ocorridas a partir de 1889, deve-se aos seguintes fatores: a proximidade do mercado consumidor, da fonte de matérias-primas e dos mercados de capital, fatores decisivos para a concentração fabril e o desenvolvimento industrial no Rio de Janeiro, cidade portuária e maior centro financeiro do país.

As áreas degradadas do café foram também responsáveis pela disponibilidade de mão-de-obra a baixo preço para oferta no mercado de trabalho. Essa situação criou ao mesmo tempo condições de oferta de força de trabalho e expandiu o mercado consumidor, abrangendo não só a cidade, como toda a área servida pelos novos meios de transporte público.



Figura 5 - Praça da República. Foto de 1894
Fonte: Arquivo nacional

Além desses fatores, a substituição da força hidráulica pela energia a vapor, cujo combustível era o carvão, contribuiu para a concentração manufatureira e fabril na área do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX. O processo de industrialização, necessitando de uma série de serviços especializados, tendia a se estabelecer na área que apresentasse uma concentração dessas atividades, determinando, em última análise, também uma concentração fabril.

O aumento da demanda e a expansão do mercado interno passaram a exigir uma nova divisão do trabalho, com um número maior de pessoas trabalhando em diversas operações. A indústria fabril, implicando uma disponibilidade maior de capital, a substituição do trabalho manual pela máquina, e a concentração de uma numerosa mão-de-obra especializada em tarefas isoladas, separava definitivamente capital e força de trabalho.

Não sendo compatível com uma economia agrário-exportadora do tipo escravista, a atividade fabril teria sua expansão somente a partir dos últimos anos de 1880 no Rio de Janeiro. A passagem da atividade artesanal e

manufatureira para a industrial propriamente dita, fez-se gradativamente nos diversos setores de produção, às vésperas do encerramento de um período de economia agrário-exportadora. Todo esse processo se desenvolvia no Rio de Janeiro, quando, no período de implantação da República, a política industrialista encontrou condições favoráveis para o seu desenvolvimento, pela intervenção governamental, composta a partir da longa controvérsia sobre a proteção tarifária defendida pela classe dos industriais (Luz 1975).

Essa classe conseguiu, na nova composição de forças da jovem República, uma brecha para exercer seu poder de barganha, através do intervencionismo na economia por um governo até então diretamente ligado às oligarquias agrárias. O período de euforia econômica, iniciado em 1890 e conhecido como a época do “encilhamento”, foi um período de expansão para a indústria, notadamente a têxtil.

“A queda da taxa de câmbio, as emissões de papel moeda e as facilidades de crédito, possibilitaram uma alta capitalização industrial e a fundação de inúmeros estabelecimentos fabris. A expansão do número de bancos e o volume de capital existente e as facilidades concedidas para o estabelecimento de sociedades por ações, aliavam-se às condições anteriores para facilitar o estabelecimento das indústrias e a importação de seus equipamentos”. (Stein op. cit.: 95.)

A expansão industrial ocorrida nos primeiros anos da República foi decorrente, em última análise, das transformações ocorridas em nível político, econômico e social. No Rio de Janeiro, essa expansão inseria-se em um quadro mais amplo de urbanização, onde, aliada à expansão dos meios de transportes coletivos e ao vertiginoso crescimento demográfico, determinou uma ampliação considerável do espaço urbano, dando origem a um grande número de bairros que se localizaram fora da área central de ocupação mais antiga.

A necessidade de uma numerosa mão-de-obra, com o estabelecimento sucessivo de fábricas, atraiu o trabalhador das áreas rurais circunvizinhas, que se constituiria na maior parte do operariado empregado nas indústrias da capital federal (Fausto 1976, 2001). Esse aumento populacional, aliado ao desenvolvimento do processo de industrialização, determinaria já no século XX uma nova organização do espaço urbano que se adequasse às novas necessidades de divisão do trabalho e de concentração e acumulação de capital.

As novas diretrizes de urbanização surgidas no decorrer do século XIX, intimamente ligadas às transformações verificadas na estrutura sócio-econômica da cidade, se reforçaram e se estenderam a outras áreas nas primeiras décadas do século XX, confirmando uma diferenciação qualitativa na distribuição espacial das novas classes sociais. A característica comercial, e principalmente, a especialização em serviços nas funções desempenhadas pela cidade, marcaria as formas de expansão urbana ocorridas no século XIX. Já em meados do século, a cidade do Rio de Janeiro apresentava uma transformação acentuada em sua estrutura espacial.

Assim, a cidade, agora lugar ideal para a circulação dos paradigmas da ordem moderna baseados na ciência, progresso e civilização, tornou-se um espaço de intervenções urbanísticas e também de controle sobre a população e suas práticas. Essas intervenções estavam associadas aos interesses das elites políticas e econômicas do país, visando à consolidação do regime republicano e adequação aos processos de acumulação capitalista. As práticas sanitárias surgiram então, no Brasil, como um dos pontos de inserção do poder do Estado no processo de modernização da sociedade brasileira.



Figura 6 - Rua Direita no final do séc. XIX.
Fonte: Arquivo Nacional

Se, inicialmente, o estabelecimento das classes mais abastadas a partir do centro da cidade ligava-se à riqueza originada pelo café, mais tarde, quando o estabelecimento das primeiras vias e obras de aterro abriu outras perspectivas de moradia, incorporando novos sítios ao centro urbano, essas mesmas classes, aos poucos foram se deslocando em direção a novas áreas, periféricas ao centro.

Iniciou-se a construção de uma cidade moderna, acompanhada da produção de um discurso baseado no ideal do novo, do progresso e de ruptura com o passado, elaborado na maioria das vezes por médicos, engenheiros sanitaristas e intelectuais. Entretanto, o período de maior significação para a expansão urbana do Rio de Janeiro coincidiu com o início do processo de concentração e reprodução de capitais, tanto nacionais como estrangeiros. É importante ressaltar que nesse momento de ocupação de novos espaços, o discurso sanitarista esteve diretamente associado com o papel indutor

representado pelos meios de transportes: bondes e trens, os primeiros facilitando a expansão da cidade no sentido da Zona Sul e Tijuca, e o segundo, inversamente, levando a ocupação à zona norte e posteriormente aos subúrbios.

Pode-se verificar que o progresso dos meios de transportes, ao mesmo tempo em que reforçava certo tipo de ocupação do espaço determinada pela atividade econômica, dirigia a evolução dessa ocupação, criando condições para o estabelecimento e reprodução de certas unidades do capital.

As áreas periféricas localizadas mais próximas ao centro apresentavam um adensamento populacional que se estenderia até os primeiros anos do século atual. Aí também se estabeleceriam as primeiras atividades manufatureiras, concentrando uma numerosa população de baixa renda. O centro era a área de concentração da população ativa, uma vez que aí se localizavam as principais atividades da cidade, o comércio, os serviços, como também mais tarde a maioria das indústrias.

Ao final do século XIX, a cidade já deixava de ter uma função eminentemente comercial, em virtude do movimento de seu porto e das atividades dele decorrentes, e desenvolvia um processo de industrialização que lançava as bases da ocupação e configuração da cidade no século XX.

Todo este processo de expansão urbana culminaria, no período que vai de 1902 a 1906, quando a administração municipal tomou a seu cargo a tarefa de orientar a ocupação urbana conforme as exigências do capital. As novas funções acumuladas pela capital federal com o desenvolvimento industrial e com o reaparecimento, no cenário político, da oligarquia cafeeira, agora ligada aos setores financeiros, exigiam uma reforma do espaço urbano.

Formas antigas de ocupação do espaço foram assim substituídas por uma nova morfologia, e os espaços urbanos passaram a ter outro valor, determinados pela instância econômica. A industrialização fez surgir uma grande variedade de novos serviços, ao mesmo tempo em que impulsionava os já existentes. As atividades do setor de serviços, que têm sua execução diretamente ligada aos usuários, levaram a cidade a se tornar cada vez mais o centro onde todas essas atividades eram realizadas.

A indústria têxtil teve papel diferenciado, pois ela se localizava próximo à área central. Essa situação gerou um problema habitacional na cidade, na medida em que levou ao adensamento populacional e ao aumento das epidemias que periodicamente assolavam a cidade.

“Em nove de novembro de 1882, foi promulgado um decreto que isentava de impostos aduaneiros e concedia outros benefícios às indústrias que construíssem casas populares higiênicas, com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevadas do solo e com boa aeração para seus proprietários, o que foi efetivamente realizado por várias delas na década seguinte, desejosas de manter à sua volta uma força de trabalho cativa e disciplinada”. (Abreu 1987 : 57).

Em meio à crise de moradias e às transformações estruturais, as novas atividades que surgiam ocupavam espaços antes destinados à habitação, reduzindo a oferta já insuficiente, aumentando assim o déficit de moradias e tornando críticas as já precárias condições de higiene da população. Tudo isto fez com que houvesse a necessidade de moradias baratas para acompanhar o crescimento do contingente de trabalhadores que precisavam se estabelecer junto aos centros comerciais e industriais, garantindo sua sobrevivência.

O aparecimento das vilas operárias não resolveu o problema habitacional. Porém, pode-se afirmar que no final do século XIX, as bases estratégicas para a ocupação habitacional da cidade já haviam sido lançadas.

A ida da população mais pobre para locais servidos pelos trens urbanos e próximos às indústrias levou à conseqüente ocupação dos subúrbios por esta população de baixa renda.

3. Habitações coletivas e populares

[...] como se todo o seu ideal fosse conservar inalterável para sempre o verdadeiro tipo de estalagem fluminense, a legítima, a legendária; aquela em que há um samba e um rolo por noite; aquela em que se matam homens sem a polícia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com irmãs na mesma lama; paraíso de vermes; brejo de lodo quente e fumegante, donde brota a vida brutalmente, como de uma podridão. (Azevedo 1999: 171)

[...] eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas. (Azevedo 1999: 44)

As habitações coletivas do final do século XIX e início do século XX assumiram diversos nomes, correspondendo a diferentes formas arquitetônicas (estalagens, casas de cômodos e posteriormente avenidas). O termo cortiço² porém, foi o mais generalizado, visto por isso mesmo como um símbolo da época.

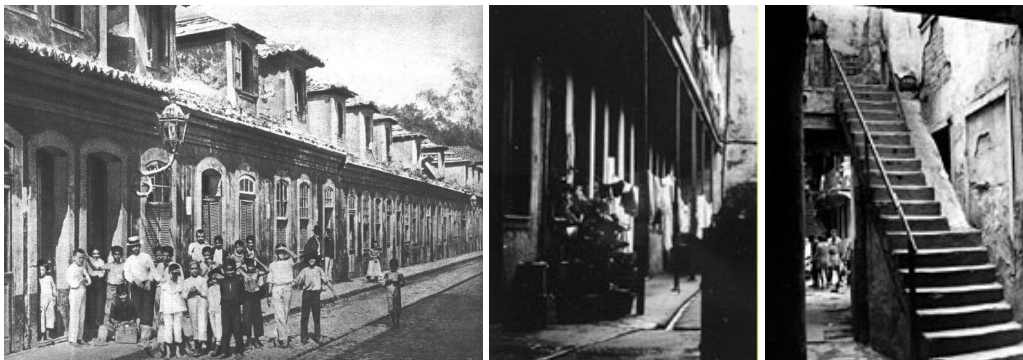


Figura 7 - Cortiços do Rio de Janeiro
Fonte: Acervo Correio da Manhã: Arquivo Nacional

² Cortiço: “caixa cilíndrica, de cortiça, na qual as abelhas fabricavam o mel e a cera”- Dicionário Etimológico Nova Fronteira. O uso do termo cortiço para habitações coletivas provém, provavelmente, da associação que se fazia entre as estalagens e as colméias, formadas por minúsculos casulos que abrigavam as abelhas operárias que passavam o dia trabalhando em meio a intenso zumbido. Outra hipótese, mais remota, citada por Vaz (2002) sobre a origem do termo se apóia na associação a uma pequena corte, isto é, a um pátio, como no caso alemão, que denomina “Hof”(corte e/ou pátio) o conjunto de pequenas casas ao redor de um pátio, e também do caso português (em Lisboa), que denomina de “pátio” o que chamamos de cortiço.

Neste ponto é preciso assinalar que, apesar das diferenças, os termos cortiços e estalagens, tanto no linguajar como na literatura, se confundem. O termo cortiço tem forte conteúdo ideológico até os dias de hoje. Para se compreender a semelhança e diferença entre estalagem e cortiço, é preciso caracterizar estalagem enquanto objeto arquitetônico. Trata-se basicamente de uma sucessão de quartos ou casinhas de porta e janela, alinhadas de um ou ambos os lados do pátio/corredor. Construção de um ou dois pavimentos, com instalações sanitárias (quando existentes) nos fundos ou nos cantos.



Figura 8 - Foto de uma estalagem.
Fonte: Vaz (2002)

O espaço semi-público do pátio/corredor era o elemento central das habitações coletivas, marcadas pela presença, de dia, das lavadeiras com suas tinas e várias crianças e animais domésticos, e de noite, de carrinhos e carroças e de várias formas de lazer (Vaz 2002:29).

A exigüidade dessas unidades habitacionais, muitas vezes reduzidas a um cubículo, obrigava o deslocamento das atividades do cotidiano do interior para o exterior, espalhando-se pelo pátio ou corredor. O excesso de moradores, agravado pela sublocação e pela subdivisão dos espaços para

reduzir o custo do aluguel, a concorrência aos banheiros, pias e latrinas, sempre em número insuficiente, e a presença constante de pessoas e de atividades no corredor acentuavam a péssima qualidade dessa vida coletiva.

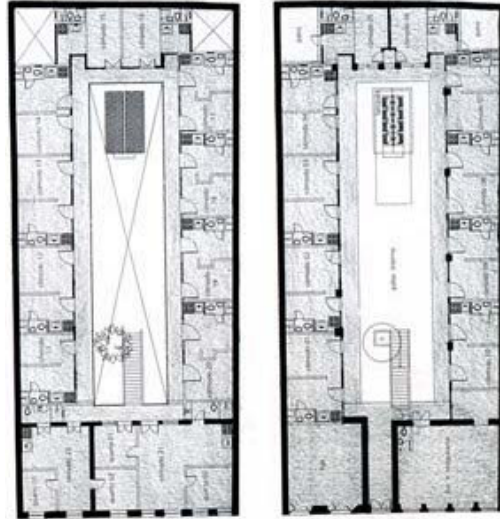


Figura 9 - Estalagem na Rua Senador Pompeu Loureiro.
Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (2003: 39)

Essa estrutura física ganhou outra designação, cortiços, à medida que foi sofrendo sucessivas modificações que a tornaram cada vez mais deformada. Já a casa de cômodos ou casa de alugar cômodos, era apenas uma casa internamente dividida no maior número possível de compartimentos. Não se tratava de construção de quartos no quintal, mas de criação de quartos no interior da casa. Lotes e casas eram encortiçados, isto é, transformados respectivamente em estalagens e casas de cômodos.

Objetos arquitetônicos de formas diferentes, eram iguais em essência, não apenas por serem indistintamente chamados de cortiços, ou por possuírem os mesmos elementos de uso coletivo (W.C., banheiro, tanque, pátio ou corredor), mas principalmente por resultarem de um mesmo sistema de produção de moradias.

Nesse sistema, os proprietários cediam seus imóveis a terceiros, que investiam pequenas economias na construção de “casinhas” ou na subdivisão das edificações existentes. Os proprietários pertenciam muitas vezes à nobreza e os arrendatários eram pequenos comerciantes. Os aluguéis eram freqüentemente exorbitantes e os rendimentos, fabulosos.

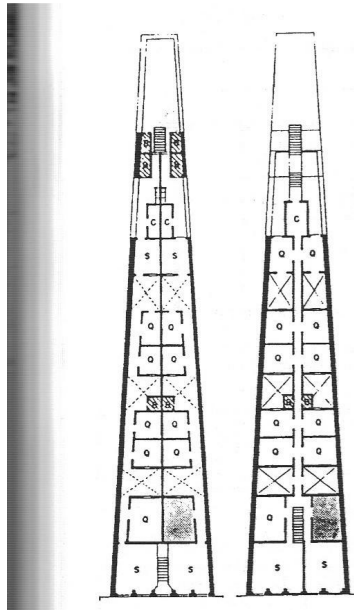


Figura 10 - Casa de Cômodos na Rua da Conceição.
Fonte: Bonduki 2004.

Finalmente, a avenida, outro tipo de habitação coletiva, era uma estalagem aperfeiçoada, isto é, uma estalagem com melhoramentos nos sistemas de distribuição de água e esgoto e no arranjo dos compartimentos. Para alguns autores, as origens deste tipo arquitetônico devem ser buscadas no processo de colonização. Para Teixeira (apud Vaz 2002), a semelhança entre as formas e os processos de produção das estalagens cariocas e das “ilhas” do Porto³, o grande número de trabalhadores da construção civil entre os imigrantes portugueses, e de portugueses entre os proprietários e

³ A denominação “ilhas” permite supor uma relação com as origens mais antigas da habitação coletiva: as *insulae* romanas

arrendatários de habitações coletivas no Rio de Janeiro demonstram, para o autor, que houve uma transposição do modelo de habitação de Portugal para o Brasil.

Também é possível estabelecer uma analogia entre as estalagens e outra forma de alojamento de trabalhadores trazida pelos colonizadores: a senzala. Esta também apresentava uma sucessão de cômodos, em fila, de construção de qualidade inferior às demais, com espaços reduzidos, iluminação e ventilação deficientes. A semelhança entre algumas senzalas e diversas habitações coletivas nos faz acreditar que aparentemente a única diferença seria a localização das chaves na fechadura: na parte de dentro nas estalagens, e na parte de fora, nas senzalas. De fato, em ambos os casos, a finalidade era apenas oferecer condições mínimas para a força de trabalho se recuperar para uma nova jornada.

3.1. As habitações insalubres e as políticas sanitaristas

A relação entre habitação coletiva e insalubridade da cidade foi rapidamente detectada. A este tipo de habitação estava associada a propagação de doenças e a convulsão social. Assim, as habitações coletivas passaram a ser responsabilizadas pela insalubridade e, por esse motivo, foram condenadas ao desaparecimento, sendo substituídas tanto quanto possível por habitações higiênicas.

Várias foram as denúncias de médicos higienistas, os relatórios de engenheiros sanitaristas, pareceres de comissões de notáveis e editoriais de imprensa apontando para as péssimas condições físicas das moradias, a má

distribuição dos espaços internos, falta de iluminação, ventilação, insuficiência sanitária para a degradação da saúde da população moradora e para a depravação moral que as acompanhava.

Dentre os elementos mais criticados, independente da forma, do tipo e das dimensões, estavam as alcovas, os corredores e os pátios. Para o discurso higienista, estes elementos constituíram os três graves defeitos da arquitetura de habitação coletiva.

As alcovas deixaram de ser consideradas os recintos mais resguardados, os mais protegidos da casa, onde a castidade das donzelas poderia ficar a salvo do olhar do visitante intruso e passaram a ser consideradas verdadeiras estufas, cubículos quentes, escuros e abafados. Os corredores deixaram de ser vistos como solução de privacidade e passaram a ser identificados como espaços estreitos, escuros e compridos demais. As áreas ou pátios, vazios que permitiam um mínimo de iluminação, passaram a ser considerados como úmidos e infectos, sempre de proporções acanhadas e insuficientes.

Desta forma, destacaram-se dois agentes sociais no combate às habitações coletivas: o Estado, atuando através da normatização e do controle da construção e das normas higiênicas, bem como da intervenção direta no fechamento de cortiços; e o emergente setor da construção civil.

Aos poucos, a construção de casas passou a ser pautada por novas determinações, dispensando as antigas posturas que regiam o aspecto externo, e a livre atuação dos mestres-de-obras. O Estado impôs a obrigatoriedade da licença para construção e as normas referentes aos aspectos sanitários, a partir de 1856. Proibiu a construção de estalagens no

centro e adjacências, a partir de 1873. A partir da postura municipal de 15 de setembro de 1892, a legislação sobre construções passou a impor elementos para o interior das casas, além de detalhes construtivos. Mais ainda, fechou algumas habitações coletivas insalubres, na década de 1880: demoliu o “Cabeça de Porco” (a mais famosa das habitações coletivas cariocas) em 1893, e proibiu a construção de novas estalagens, cortiços e casas de cômodos em toda a cidade, bem como qualquer conserto ou reconstrução nas existentes.

As posturas municipais fizeram com que as casas passassem a necessitar de uma série de novas mercadorias: vidros, tubulações, ferragens, louças etc. Desta forma, a moradia passou a ter preços cada vez mais altos.

Através da higiene, as posturas sobre construções entravam agora no interior das moradias, criando novos espaços domésticos. Através de prescrições jurídicas sobre as construções, procurou-se instruir maneiras de separar, distribuir, organizar e usar os espaços; com a obrigatoriedade de projeto assinado por engenheiro, arquiteto ou construtor, eliminou-se assim, a figura do mestre de obras. Instituiu-se uma forma de separar o pensar e o fazer na construção das moradias. O pensar passou a ser pautado pela ciência médica e pela engenharia, visando um novo espaço higiênico e disciplinar, adequado à nova família idealizada, nuclear e burguesa. A casa assumiu uma nova configuração, renegando-se forma de morar colonial e tradicional.

Na nova sociedade burguesa, as barreiras físicas, através da arquitetura, passam a lembrar que, apesar da igualdade teórica, cada um tem seu lugar no espaço: lugares diferentes para classes sociais distintas; separam-se dentro da casa pais dos filhos; meninos das meninas; cada qual

com seu espaço determinado, individualizado, disciplinado e exclusivo (Ariès 1978, Rybczynski 1996).

3.2. A disciplina: a construção de casas higiênicas e as vilas operárias

Segundo Grieco (2005), para garantir as condições de higiene, a nova moradia que deveria substituir as habitações coletivas insalubres deveria, necessariamente, incorporar inovações técnicas e sanitárias. Para assegurar as condições de ordem, moralidade e disciplina, a moradia deveria ser ampla, iluminada, arejada e com número moderado de ocupantes. Deveria conter um maior número de elementos privativos e um menor número de elementos de uso coletivo, além de permitir facilidade de controle sobre seus moradores.

Entretanto, para que isto fosse possível, o custo, conforme já mencionamos, seria altíssimo e incompatível com os salários das classes trabalhadoras. Para construí-la e torná-la acessível aos destinatários, eram necessárias facilidades e isenções através de concessões feitas pelo governo, como forma de incentivo.

Dentre os empresários que lutaram pela obtenção de concessões para a construção dessas habitações, estava o engenheiro Luiz Raphael Vieira Souto⁴. Em 1885, ele propôs ao governo imperial a construção de grupos de casas para operários “dotados de todos os cômodos e aperfeiçoamentos

⁴ O engenheiro e economista Luiz Raphael Vieira Souto (1849-1922), escreveu a obra “O melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro” em 1875. Participou, em 1866, como membro do Conselho Superior de Saúde Pública, opinando sobre “os meios de melhorar as condições das habitações destinadas às classes pobres. Projetou, ainda, as ruas de Ipanema. (Carvalho 1995: 144).

experimentados em países estrangeiros, de modo a poder-se extinguir em breve prazo os atuais cortiços” (apud Vaz 2002: 40). O projeto de Vieira Souto, que nunca chegou a ser realizado, comportava 60 familistérios⁵ cada um alojando pelo menos 100 trabalhadores em “casas para famílias de operários e habitações para solteiros”.

Além de Vieira Souto, destacamos também o engenheiro e empresário Antonio Januzzi que escreveu vários artigos nos principais jornais da cidade, relatórios com cálculos e álbuns de tipos de edificações. Segundo o próprio Januzzi:

“Como in corpore sano mens sana, assim nos alojamentos sãos, nascerão, crescerão e se formarão, para a vida e para as audácias e os triumphos do trabalho, homens sãos. E porque, como os antigos disseram e a historia demonstrou, as almas fortes e puras se encontram geralmente nos corpos sãos e vigorosos, conseqüentemente das habitações hygienicas derivarão, além da saúde e a robustez da constituição physica, também a moralidade pública da alma das multidões”. (Januzzi apud Grieco 2005: 42).

Assim como Januzzi e Vieira Souto, outros engenheiros da época foram influenciados por modelos europeus que se reportavam às proposições socialistas de moradia. Apesar da ênfase nas condições técnicas e de higiene dos projetos, radicalmente opostas às das habitações coletivas existentes, a sua concepção enquanto organização de espaço e conceito pouco diferia delas, pois mantinha o alinhamento de cubículos ou quartos para celibatários.

No entanto, como assinala Albernaz (1985), a separação entre trabalhadores solteiros e famílias, em particular a preocupação com a

⁵ O termo “familistério” encontra-se nos projetos e realizações de Jean Basptiste Godin, que se apoiaram nas proposições dos “falanstérios” de Charles Fourier de 1822. Ver a respeito Choay (2003: 67). Em 1843, H. de Beaurepaire-Rohan, no seu plano de remodelação do Rio de Janeiro, incluiu o projeto de um edifício semelhante com 160 quartos.

privacidade da unidade familiar presente nestas propostas, indica uma transição da moradia coletiva para a moradia isolada.

Entretanto, cabe ressaltar que das proposições baseadas nos modelos europeus foi totalmente descartada a hipótese dos chamados hotéis, vastos edifícios de seis a sete pavimentos. Alegava-se que estas residências possuíam alguns inconvenientes, como "... de favorecer a promiscuidade, os maus costumes, de dificultar a vigilância policial, de facilitar o desenvolvimento ou a propagação de moléstias (...) e de ferir a independência dos locatários..." (Seabra apud Vaz 2002 :21).

As hipóteses de construções de grandes casas de alojamentos foram abandonadas. Entretanto, muitas das disposições técnicas contidas nas propostas feitas pelos empresários foram absorvidas pelas posturas municipais, que internalizaram os modelos estrangeiros que visavam o controle moral, higiênico e físico das classes trabalhadoras.

As constantes críticas sobre a falta de habitação para o povo e o descaso com a população podem ser melhor ilustradas com o seguinte trecho de um artigo do Jornal do Brasil, de 1906:

Na cidade vai uma faina febril de embellezamento; mas nos subúrbios, nos arredores, o proletariado fica em um condenável olvido, habitando mansardas que ruem ao menor esforço. E a medida que a cidade se aformoseia, mais precária se vai tornando a existência do pobre, forçado pela escassez de habitações e carestia da vida a alojar em casas que se esboroam (apud Del Brenna, 1985 org. : 467).

Outro modelo de habitação coletiva para trabalhadores foi apropriado e aprimorado pelas fábricas de tecidos que se implantavam na cidade do Rio de Janeiro: a vila operária de fábrica. É preciso destacar que por vilas operárias entendem-se, as vilas construídas para a classe proletária no geral,

independente de quem as construiu e de onde se localizam, podendo ou não ser integrantes de uma fábrica. Entretanto, a estreita relação dessas habitações com os empreendimentos fabris acabou virando sinônimo de um tipo específico de moradia.

Na construção destes conjuntos pelos industriais, esteve presente principalmente a intenção de controlar o operariado, induzindo um modo de morar e viver que preservasse a ordem entre os empregados e que aumentasse a produtividade do estabelecimento. De início, a oferta de moradias para trabalhadores nos antigos arrabaldes era insuficiente. Entretanto, havia a necessidade de fixar a força de trabalho na fábrica devido à escassez de operários qualificados. A estes dois fatores, acrescenta-se a utilização da mão-de-obra indiscriminada de mulheres e crianças pelas fábricas. Desta forma, tornava-se necessária a criação de unidades residenciais privativas para toda a família, junto a essas unidades produtivas.

De acordo com levantamento realizado por Varon (1988), as seguintes fábricas possuíam vilas operárias no Rio de Janeiro: Fábrica de Fiação, Tecelagem e Tinturaria Aliança, fundada em 1880; Cia de Fiação e Tecidos Carioca – 1886; Cia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial – 1887; Cia de Fiação e Tecidos Corcovado – 1889; Cia América Fabril (Fábrica Cruzeiro) – 1893; Companhia Tijuca – 1904; Cia de tecidos da Sinhá de Sapopemba - 1906; Fábrica de Tecidos Botafogo Cia. América Fabril – 1907 e Fábrica Mavilis - 1911.

Algumas fábricas possuíam uma grande vila operária; outras, vários pequenos grupamentos de casas em avenida no seu entorno. No bairro de Vila Isabel, três grandes indústrias têxteis construíram várias vilas operárias,

contando ou não com as facilidades previstas na legislação imperial e depois federal.

Segundo Harouel (1990), esse modelo de padronização e residência para operários surgiu a partir de vários estudos e experimentações na Europa, desde o século XVII. Assim, toda a implantação de novos sistemas urbanos, a partir do século XVIII, foi atribuída ao progresso científico e tecnológico, em consequência do crescimento demográfico nas cidades. Na tentativa de evitar que os operários tivessem que transpor um caminho muito longo para chegar até o trabalho, muitos industriais começaram a criar o que Harouel chamou de aglomerações para seus operários, que chegaram a se constituir, em alguns casos, em notáveis conjuntos arquitetônicos, como Le Grand Hornu, na Província Hainaut, ou Bois-du-Luc La Louvière, ambos na Bélgica.



Figura 11 - Le Grand Hornu

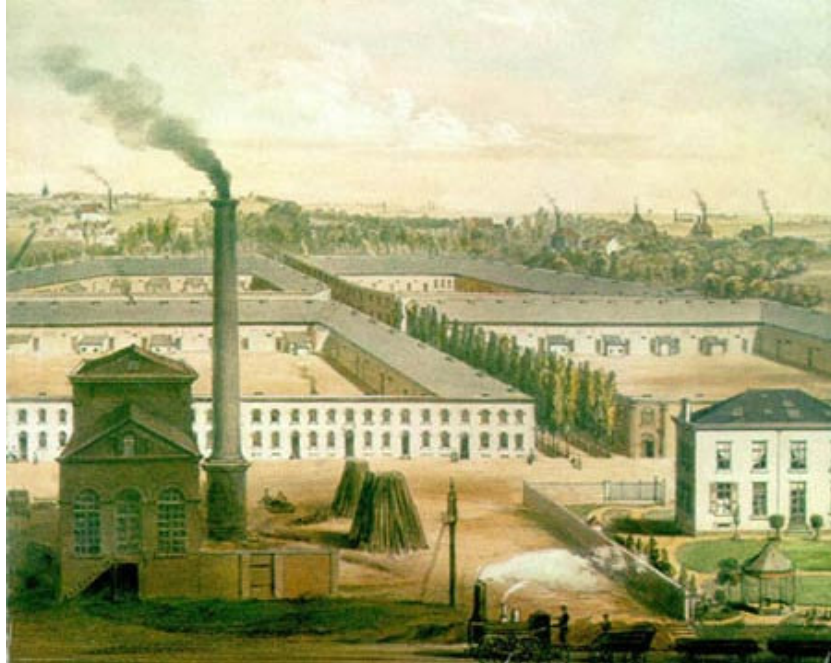


Figura 12 - Bois-du-Luc

Esses projetos, assim como outros surgidos neste período, foram influenciados pelo conceito de “habitat unitário”, criado por Charles Fourier (1772-1837), e exposto em suas obras, entre 1808 e 1836. Pensador da moradia popular, Fourier idealizou o “falanstério” ou “palácio societário”, passível de abrigar cerca de 3500 pessoas (Guerrand 2003: 366). O “falanstério” seria uma edificação com um pátio central e outros menores, com passarelas e galerias cobertas “que comunicavam todos os demais, substituindo as ruas” (Benévolo 1979: 28). Segundo Fourier:

“não se poderiam mais construir casas pequenas; ficariam muito caras, por causa dos alojamentos obrigatórios. Só os ricos poderiam dar-se esse prazer; mas o homem que especula sobre o aluguel seria obrigado a construir casas muito grandes e, no entanto, muito cômodas e salubres, por causa da dupla distância exigida”. (apud Choay 2003: 70).



Figura 13 – Palácio societário de Fourier
 Fonte: Grieco (2005)



Figura 14 – Palácio societário de Fourier
 Fonte: Grieco (2005)

Em oposição, Proudhon e Richardson acreditavam na qualidade de vida através da privacidade, ou seja, as habitações deveriam ser individuais, com o objetivo de proporcionar maior liberdade ao indivíduo. O único discípulo de Fourier a conseguir colocar em prática o conceito do “falanstério” foi o industrial Jean-Baptiste André Godin, projetando em Guise, na França, os traçados do Familistério de Guise, “... tipo de familistério composto de três blocos quadrados unidos pelos ângulos, cada um com um corredor de vidro”. (Harouel 1990) e lançando as suas fundações em 1859 (Guerrand apud Grieco 2005: 370).

O familistério de Godin compreendia três blocos com pátios com cobertura de vidro, em substituição às ruas internas. Aos operários eram oferecidos serviços de limpeza geral, serviço médico, lavanderia, ateliê culinário, armazém com produtos mais baratos e creches. (Guerrand 2003: 371).



Figura 15 – Familistério de Godin
Fonte: Grieco (2005)



Figura 16 – Familistério de Godin
Fonte: Grieco (2005)



Figura 17 - Familistério de Godin
Fonte: Grieco (2005)

A principal diferença entre o falanstério de Fourier e o familistério de Godin era o sistema de alojamento dos operários. No familistério de Godin, cada família possuía sua unidade residencial, enquanto no falanstério de Fourier, os adultos eram alojados separados das crianças.

Godin pretendia com seus familistérios “*evar o nível moral e intelectual da população*” (Godin apud Choay 2003: 106) a partir da criação de escolas para crianças e melhores condições de vida para seus trabalhadores. Nesse período, a mortalidade diminuía consideravelmente na Europa e a elite passou a se preocupar com o corpo, a educação e a reprodução destes indivíduos. No Brasil, para Bonduki (2004), esta preocupação assumiu a forma do paternalismo patronal.

Contudo, não foi este o modelo de “palácio societário” que prevaleceu entre as obras edificadas pelos industriais brasileiros. Estes adaptaram o antigo modelo individual de casinhas (senzala) ao discurso moralizante dos teóricos sanitistas e do paternalismo social (Guerrand 2003: 375), mantendo em alguns casos, o acompanhamento de creches e serviços médicos. Este cunho paternalista dos industriais brasileiros é um reflexo do que Gilberto Freyre denominou como sendo uma continuação da forma social monárquica na república. Segundo Freyre:

“...O fato é que a República de 89, desde os seus primórdios dias esforçou-se para sociologicamente continuar o regime monárquico de ordem, dando-lhe quanto possível – é certo – nova substância; mas conservando-lhes a forma – isto é, a forma social; a configuração até certo ponto paternalista (...). (Freyre 1974: 298).

Entre as décadas de 1880 e 1890, os próprios operários teriam sido mais receptivos às relações paternalistas existentes (Fausto 1983). Quadro que mudou completamente nas décadas seguintes, quando as associações de classe e partidos operários começaram a reivindicar seus direitos como trabalhadores.

3.3. A indisciplina: os movimentos operários

O anacrossindicalismo ou sindicalismo anarquista foi a força ideológica mais influente no movimento operário brasileiro. Seus participantes constituíram a espinha dorsal da liderança militante e foram responsáveis pela maioria dos jornais operários e a organização dos sindicatos (Lobo 1992).

O anarquismo no Brasil teve diversas variações. Entretanto, todas elas tinham uma mensagem comum: liberdade e igualdade, com destruição do Estado e das formas capitalistas de produção. Assim como outras formas de socialismo, o anarquismo considerava a propriedade privada como a fonte principal dos problemas da sociedade. Segundo Maram (1979:34), este movimento argumentava que:

“...os recursos naturais da terra pertencem a todos os homens, e que sua apropriação para fins pessoais é uma forma de roubo. O capitalismo produziu a exploração e o empobrecimento de muitos para o enriquecimento de poucos. O forte reduziu o fraco à servidão. E numa luta incessante e destrutiva pela riqueza, as nações entravam em guerra. O capitalismo foi projetado para servir aos interesses de uma classe parasitária e não aos interesses da sociedade” (Maram 1979: 34).

Para os anarquistas, para pôr fim a esse sistema de exploração, os meios de produção e distribuição deveriam ser passados ao controle dos trabalhadores. A socialização da propriedade não era suficiente, pois segundo os ideais anarquistas, enquanto existir Estado existirá exploração. Um dos seus lemas resumia estas idéias: “nem pátria, nem patrão.” Ponderavam que destruir a propriedade privada sem destruir o governo burocrático acarretaria apenas a criação de uma classe privilegiada interessada em sua própria preservação, e

que todas as formas de governo usam da força para seqüestrar as liberdades humanas em favor das necessidades dos governantes.

Argumentavam que a polícia era um mal do Estado, pois toda forma de governo emprega a repressão policial para impor ao povo sua vontade, e que as leis são decretadas pelos poderosos para legitimar seu poder.

Na página 3 do jornal *O Protesto* do Rio de Janeiro, em sua edição de 18 de março de 1900, os anarquistas escreviam: “nas sociedades capitalistas, quando os pobres protestam contra as injustiças dos ricos, por meios não condizentes com as leis deles, ricos, a máquina de repressão entra em funcionamento...”. Os pobres são forçados “a pagar as despesas da polícia e do exército que servem de instrumentos de dominação dos ricos sobre os trabalhadores”.

Os movimentos anarquistas argumentavam que os meios de propaganda e educação são controlados e apoiados pelo Estado para perpetuar seus objetivos. A religião também foi alvo de crítica deste movimento. Para os anarquistas, ela era uma ferramenta importante para o estado burguês, pois pacificaria o trabalhador, levando-o a aceitar a miséria sem qualquer tipo de protesto, induzindo-o a abrir mão de sua liberdade e a aceitar a dominação. Este movimento considerava o sistema educacional como um mecanismo para ensinar aos jovens obediência às instituições estabelecidas pelo Estado. Desta forma, os homens seriam educados a adorar seu país, e estariam sempre prontos para “sacrificar suas vidas no interesse dos exploradores”.

Discorrendo sobre os ideais anarquistas, De Decca (1989) afirma que para os anarquistas, eliminando o Estado e a propriedade privada, o homem

estaria livre da dominação. Na sociedade anarquista, as leis e a coerção são desnecessárias, pois os homens livres serão capazes de cooperar para o bem da humanidade. No lugar de parlamentos e leis surgirão acordos livres feitos em assembléias de trabalhadores.

O mundo anarquista eliminaria os problemas sociais inerentes ao capitalismo. O periódico *Liberdade*, em agosto de 1909, publicava:

“a carência humana desapareceria numa sociedade onde o trabalho é organizado em função das necessidades da população, e não em função dos lucros e conveniências dos acumuladores de riquezas. E, sendo o crime basicamente determinado pelo desejo ou necessidade de roubar a propriedade de outrem, será praticamente banido com o fim da propriedade privada.”

O anarquismo também defendia o fim da exploração das mulheres. Ainda na edição de março de 1900, *O Protesto* publicou: “animais domésticos indispensáveis comprados pelo casamento na sociedade burguesa. Através do casamento, o homem adquire um servo e a mulher consegue segurança, mas não o amor”.

A moral burguesa requer a fidelidade da mulher, mas não a do seu marido. Já no anarquismo, homens e mulheres são teoricamente iguais. Os indivíduos têm o direito de “*amar a quem desejarem*” (*O Protesto*, 1900). Para a burguesia isto era imoral, mas para o movimento anarquista imoralidade é “...quando a mulher simula um amor que não existe por motivo de lucro, ou quando forçada a um casamento infeliz, sem amor, com um homem que ela não suporta...” (*A Terra Livre*, 2 de abril de 1907).

O movimento anarquista não demonstrava com muitos detalhes como seria a forma ou o projeto desta nova sociedade. Argumentavam que esquemas precisos não podem ser previstos, pois as sociedades do passado e

do presente não são exemplos de um mundo de liberdade, sem autoritarismo e exploração. Afirmavam que a sociedade anarquista ou acrática devia evoluir livre e espontaneamente, segundo as condições de momento e não segundo um plano, e que as tendências de cooperação natural do homem somente seriam libertadas após a revolução. Decca (1987) afirma que a teoria anarquista rejeita qualquer possibilidade de uma ditadura do proletariado, não importam quais sejam seus objetivos e quão curta seja sua duração, pois consideram que tais estruturas tendem a se perpetuar, produzindo sociedades autoritárias.

Por outro lado, Maram (1979) argumenta que é justamente neste ponto que reside a contradição fundamental da teoria anarquista. Para a autora, se o homem foi treinado para ser dirigido pela coerção e está condicionado pela competição individualista, como poderá transformar-se repentinamente, com o advento da revolução, em um ser comunitário, capaz de guiar seu próprio destino pela livre escolha? O anarquismo não foi o primeiro nem o último dos movimentos utópicos que se frustrou na indicação da maneira pela qual a sociedade pode ser construída por pessoas que carregam os sofrimentos e malefícios da sociedade atual.

As teorias e táticas do anacrossindicalismo entraram no Brasil através dos livros dos teóricos sindicalistas residentes na França, onde sua popularidade despontou por volta de 1890, e em outros centros de atividade sindicalista, como Itália, Espanha e Portugal. Diversos autores afirmam que, embora fruto de uma experiência brasileira, o anarquismo no Brasil teve sua evolução teórica e prática semelhantes às do movimento anárquico na Europa. Os ideais e táticas da vertente brasileira do anarquismo derivavam quase que

inteiramente da literatura e das lutas do socialismo europeu, vindas principalmente com as primeiras levas de imigrantes dos países citados.

Os primeiros jornais anarquistas sobreviviam mediante as contribuições dos trabalhadores. O voluntarismo era a principal ferramenta a ser incentivada como forma de obtenção de recursos. O mesmo ocorreu com o sindicalismo. Para financiar as primeiras greves, os sindicalistas contavam com as doações dos trabalhadores e só posteriormente passaram a cobrar taxas obrigatórias e fundos de greve. Outra estratégia adotada foi a arrecadação mediante festas e rifas.

Pinheiro & Hall, em livro intitulado: *A classe operária no Brasil* (1979), afirmaram que a evolução fundamental do anarquismo brasileiro surgiu após a controvérsia sobre autoridade e organização. A essência do anarquismo foi opor-se dogmaticamente a qualquer estrutura. Os autores afirmam que: “o anarcossindicalismo representa uma fissura nesse dogma, pois preceitua que o primeiro interesse do trabalhador é o pão, e não a teoria revolucionária”. Portanto, o sindicato é o meio mais eficaz para a propagação dos ideais revolucionários, pois seu objetivo é a melhoria dos salários e das condições de trabalho. Em sua primeira edição em dezembro de 1905, *A Terra Livre* ressaltou que “ao lutar por melhores condições, o trabalhador absorve mais facilmente a propaganda anarquista, conseguindo uma compreensão cada vez maior sobre a origem de seus problemas. E fica moral e materialmente preparado para conhecer a conclusão lógica do movimento sindicalista: a expropriação revolucionária da terra e de todos os meios de produção”.

Maram (1979) afirma que a polêmica entre revolucionários sindicalistas e puristas era constante na Europa e no Brasil. Entretanto, os

anarcossindicalistas dominavam o movimento anarquista no Brasil e suas reivindicações estavam em sintonia com as necessidades e interesses dos trabalhadores. A autora afirma ainda que o sindicalismo revolucionário diferia das primeiras formas do acrático (que reagia à industrialização evocando o sonho do regresso do homem a uma existência agrária ideal). O anarcossindicalismo foi uma tentativa de adaptação do anarquismo às realidades da civilização moderna. Não se opunha à industrialização, mas sim aos que a controlavam. Argumentavam que a mecanização produz o desemprego e a exploração dos trabalhadores apenas quando controlada por capitalistas. Já nas mãos dos operários, a indústria e a tecnologia produziram uma distribuição mais eficiente e igualitária das mercadorias e serviços.

A ação direta era a forma encontrada pelo sindicalismo revolucionário para alcançar seus objetivos. Toda forma de ação direta, como greves, boicotes, sabotagem, falta coletiva ao trabalho e o mau trabalho, também conhecido como “operação tartaruga”, era considerada um meio através do qual os trabalhadores poderiam aprender a agir solidariamente na sua luta pela melhoria das condições de trabalho, contra seu inimigo comum: os capitalistas.

Autores como Hall, Decca, Paolli e Maram concordam em afirmar que a violência era uma ferramenta aceitável de ação direta para os sindicalistas. A pregação da violência era, segundo estes, o que distinguia o anarcossindicalismo das outras formas de sindicalismo no Brasil. A sabotagem era considerada uma arma especialmente eficaz para o proletariado. Quando não conseguiam entrar em greve, os trabalhadores poderiam agredir seus exploradores empregando a fórmula: “para um mau pagamento, um mau trabalho”. A destruição de equipamentos era um duro golpe sofrido pelos

capitalistas, principalmente nos últimos anos do século XIX e início do século XX, em função da dificuldade de obtenção e do seu alto custo.

Dentre todos os sindicalistas brasileiros, foram os anarcossindicalistas os mais inclinados a combater e incentivar conflitos entre trabalhadores e força policial nas questões operárias. Os trabalhadores, liderados pelos sindicalistas revolucionários, muitas vezes respondiam com a luta direta às investidas da polícia em suas manifestações.

Para os anarcossindicalistas, o sindicato ideal é aquele que se envolve apenas com atividades que visam melhorar as condições dos trabalhadores através do confronto direto com o capital. Alguns sindicatos reformistas eram favoráveis a uma burocracia profissional remunerada. Já os anarcossindicalistas, ao contrário, acreditavam que servir ao sindicato era um dever e por isso ninguém deveria ser pago. Sustentavam que os funcionários pagos de um sindicato tendem a se transformar numa classe permanente de exploradores, cujo único objetivo é servir a si própria.

O anarcossindicalismo chegou a causar impacto nas fábricas em diversos momentos. Entretanto, para Pinheiro & Hall (1979), seu declínio talvez tenha ocorrido em função do surgimento do Marxismo e, para os autores, seu bem sucedido modelo revolucionário. Depois da Revolução Russa, os sindicalistas marxistas já podiam receber amparo psicológico e material de uma nação revolucionária. Já os anarquistas não tiveram esta sorte.

Os autores chamam atenção para o fato de que a popularidade do anarquismo no Brasil pode não ser fruto apenas do fato de termos recebido imigrantes provenientes de países cujo anarquismo tinha grande influência. Para esses autores, essa explicação carece de uma maior reflexão, pois,

segundo eles, havia outras formas de sindicalismo bastante influentes nos países de origem e que não conseguiram igualar entre os imigrantes brasileiros a força que tinham em sua terra natal. Defendem ainda que o anarcossindicalismo sintonizava mais diretamente os interesses do proletário brasileiro, tentando desenvolver nos trabalhadores imigrantes e brasileiros um sentimento de solidariedade internacional.

Os socialistas insistiam que os imigrantes adotassem a cidadania brasileira para poderem votar. Já os anarquistas não exigiam tal atitude, pois o nacionalismo e a participação no processo eleitoral eram considerados uma maldição pelos libertários. Os anarcossindicalistas provaram-se competentes para organizar sindicatos, mas foram incapazes de efetuar uma liderança nacional eficaz nos momentos críticos pelos quais passou o movimento operário que eles haviam construído.

Entretanto, a cidade do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, já tinha passado por uma profunda transformação no que se refere às relações de trabalho. Segundo Carvalho (1987: 16), entre 1872 e 1890, a população da capital dobrou. Era composta basicamente de comerciantes, artesãos, burocratas, militares e profissionais liberais, mas também registrava um grande número de ex-escravos que habitavam a cidade, vindo das regiões agrícolas decadentes do interior fluminense, mineiro e baiano. O Rio de Janeiro ostentava ainda um grande número de negros que atuavam como escravos domésticos. Somados a estes, existia uma série de migrantes que vinham de diversos estados e os imigrantes estrangeiros, que continuamente desembarcavam no porto do Rio, compondo o novo quadro de proletarização e assalariamento (Carvalho 1980, 1987).

Este forte afluxo populacional fez com que a cidade registrasse, em 1890, 28,7 % de sua população vinda do exterior e 26% provenientes de outras regiões do Brasil, o que totalizava um montante de aproximadamente 45% da população nascida fora da cidade (op. cit. : 17). Na última década do século XIX, o Rio de Janeiro aumentava consideravelmente a sua população sem que houvesse um acréscimo correspondente no plano do saneamento e da infraestrutura urbana. A cidade apresentava a mesma estrutura viária do Império, com ruas estreitas e sinuosas que remontavam ao período colonial, uma época em que a população da cidade era aproximadamente vinte vezes menor daquela apresentada no final do século XIX. A estrutura portuária também se mostrava inadequada ao aumento do fluxo de comércio e as condições de moradia na região central, a mais densamente povoada da cidade, eram as piores possíveis, apresentando cortiços e estalagens sem infra-estrutura sanitária que amontoavam aqueles que chegavam todos os dias em grande número à capital (Lamarão 1991:137).

A cidade registrava aumento do número de crimes, alcoolismo e de habitantes sem moradia. Com o fim da escravidão terminara o castigo, mas também a subsistência fornecida pelo senhor. Segundo Chalhoub (2001: 68), tal fato, somado ao despreparo para atuar no mercado de trabalho urbano e o completo desinteresse das elites republicanas em integrar os recém-libertos à sociedade, fazia com que os negros buscassem extrair sua sobrevivência de pequenos biscates ou ações violentas, o que somava para a sensação de desordem urbana em uma cidade acostumada com as formas de controle de uma ordem escravista.

A dissolução das antigas formas de proteção social e o crescimento desordenado da cidade faziam do Rio de Janeiro um espaço de consagração do individualismo burguês, um individualismo que foi estimulado tanto pela necessidade de distinção da nova elite, como pela necessidade de sobrevivência de seus deserdados. É com base nesta diversificada composição que podemos entender a formação da classe trabalhadora assalariada urbana, em curso no final do século XIX e início do século XX (Engels 1975, Thompson 1988). Tais trabalhadores compartilharam não apenas os ambientes de trabalho urbanos, como também modelos e espaços de organização, bem como estratégias de luta e resistência às formas de exploração a que estavam submetidos.

As primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro foram também caracterizadas, no plano social, por terem sido palco de uma onda de agitação da nova classe operária que acabara de se formar em todo o mundo, resultado do desenvolvimento do capitalismo industrial (Hobsbawm 1987, 1995, 2002); e pela proliferação de idéias e ideologias que preconizavam a organização dos trabalhadores em torno da construção do que seria uma sociedade baseada no princípio da igualdade.

Entretanto, Linhares (1977: 33), em *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*, situa a greve dos tipógrafos, de 1858, como “a primeira greve do Rio de Janeiro, talvez do Brasil”. Para o autor, essa greve seria a precursora dos movimentos operário ocorridos no país no século seguinte. Ela ocorreu depois de meses de reivindicação aos donos dos três principais diários da Corte (*Correio Mercantil, Diário do Rio de Janeiro e Jornal do Commercio*)

por um reajuste de salários. Como não foram atendidos, os tipógrafos resolveram recorrer à paralisação do trabalho, a partir de 9 de janeiro de 1858.

Os grevistas fundaram o *Jornal dos Typographos* (apoiados pela Imperial Associação Typographica Fluminense), de circulação diária, que apresentou os argumentos e reivindicações dos trabalhadores. Em função das publicações nas páginas do jornal, podemos identificar um grupo profissional relativamente pequeno (o maior dos diários, o *Jornal do Commercio*, empregava cerca de 37 tipógrafos), constituído por artistas e artesãos especializados, empobrecidos em função dos péssimos salários pagos pelos proprietários das folhas que se negavam a pagar-lhes um salário digno. Para Linhares (1977), essa greve chama a atenção pelo papel inovador e ativo da associação dos tipógrafos, cujo objetivo principal era o auxílio mútuo, mas que assumiu função de representação dos interesses de seus filiados, intercedendo junto às autoridades e financiando a compra do maquinário para a impressão do jornal dos grevistas.

No *Jornal dos Typographos (1858: 1)* podemos encontrar manifestações de uma identidade de classe em construção, pois há afirmações claras de especificidade ao se definirem como "artistas", que se "coligaram" por constituírem uma "classe mal retribuída nos seus serviços". Porém também se afirma que "operários de diversas classes" encontravam-se em situação semelhante à dos tipógrafos e se reconheciam em seus atos⁶. Em alguns artigos referentes ao movimento, afirmava-se a necessidade de por fim às "opressões de toda a casta" e de combater a "exploração do homem pelo

⁶ *Jornal dos Typographos*, Rio de Janeiro, 14/01/1858, p.1.

mesmo homem", indicando um alvo no "egoísmo estúpido dos empreendedores da indústria, capitalistas..."⁷

Quanto à Imperial Associação Typographica, esta fora fundada em 1853, com objetivos de auxílio mútuo ou seja, auxílio em caso de enfermidades, auxílio às viúvas e auxílio funeral. Definia, porém, o § 2 do artigo 3º de seus Estatutos que um dos fins da Associação seria "*contribuir para o desenvolvimento e progresso da arte tipográfica, quando estiver ao seu alcance...*", o que abria espaço para a defesa dos interesses dos artistas associados⁸. Segundo Batalha (2000), tal associação era uma entre dezenas das existentes na época, muitas das quais com um caráter profissional - reunindo trabalhadores do mesmo ofício ou empresa - o que as aproximava dos interesses coletivos dos seus associados no que tange às questões do mundo do trabalho.⁹

Nestes casos, além do socorro mútuo, algumas associações incluíam em seus objetivos a defesa do ofício e a instrução (por meio de aulas e/ou bibliotecas) dos associados. Também acontecia de certas associações, ainda na década de 1870, buscarem reunir trabalhadores de diversos ofícios em uma mesma organização.

O movimento dos tipógrafos de 1858, em função das suas características de representação de um setor de trabalhadores livres e assalariados que se associam e lutam coletivamente sob o argumento de

⁷ *O povo soberano*, Rio de Janeiro, 3/05/1858, p. 3 (indica-se que o artigo fora transcrito do *Jornal dos Typographos*)

⁸ *Estatutos da Imperial Associação Typographica Fluminense*. Rio de Janeiro, 1966. Biblioteca Nacional, V-253,2,8,no. 44.

⁹ Alguns exemplos entre muitos, são a Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval, fundada em 1858; a Associação Cooperadora dos Empregados da Tipografia Nacional, fundada em 1872 e a Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1880. Estatutos e processos de legalização destas entidades podem ser encontrados na Biblioteca Nacional.

defender sua dignidade, mas enfrentando o que conscientemente consideram ser seus inimigos de classe, os patrões, demonstra o processo de formação da classe trabalhadora ainda no século XIX no Rio de Janeiro.

A greve dos tipógrafos é apenas um exemplo dentre outros levantes ocorridos ainda durante o velho sistema político, que colaboraram para a formação e fortalecimento da classe trabalhadora no século seguinte. Entretanto, sabemos que fixar-se apenas na questão do trabalho livre e assalariado para a compreensão deste amplo processo de formação da classe trabalhadora seria limitar nossa análise.

Episódios ocorridos, como a “greve” dos escravos de uma fábrica de velas e sabão na Gamboa, em 6 de setembro de 1854, citada por Gomes (1988), ajudam a compreender o momento de transição das relações de trabalho. Segundo os jornais, movidos por um descontentamento ante a ameaça de os escravos envolvidos serem vendidos, o protesto - chamado de “tentativa de insurreição” pelos jornais da Côrte - resultou em cerca de 30 prisões, havendo indicações de um número ainda maior de participantes. As causas também envolviam uma questão tipicamente escrava - a venda como castigo - no movimento da Ponta da Areia.

Porém, mesmo não se tratando de paralisações com demandas tipicamente salariais, como a dos tipógrafos, eram movimentos de trabalhadores escravos concentrados em estabelecimentos fabris que encontravam na suspensão do trabalho uma forma de protesto válida, e que no século seguinte seria tida como uma das principais ferramentas de insurreição dos trabalhadores industriais. Desta forma, seria impossível dissociar episódios

de greves/levantamentos de escravos trabalhando em estabelecimentos fabris, do processo de formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro.

Se nas fábricas a "integração funcional" não significa necessariamente "integração social", como nos adverte Oliveira (1972), é difícil não imaginar um nível mais geral de complementaridade entre as trajetórias de escravos, ex-escravos e livres no processo de formação da classe, numa cidade em que espaços de trabalho foram, por muitas décadas, compartilhados entre escravos e livres. Outro indicador desta evidência é o fato de que não apenas modalidades de protesto (como a paralisação do trabalho) foram compartilhadas, mas também formas de organizações mútuas.

Isto já vinha de longa data, pois, desde o período colonial, as Irmandades foram uma forma de associação muitas vezes apropriadas por negros, escravos e libertos, com conotações de organização coletiva e luta identitária. Segundo Machado (1995), eram também, na origem, os núcleos básicos de organização das corporações de artesãos portugueses e assim se mantiveram no Brasil até a primeira metade do século XIX.

Todavia, o movimento dos tipógrafos torna-se bastante emblemático, no sentido de que ele pode ser considerado o embrião, no caso brasileiro, e mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, da utilização de uma poderosíssima ferramenta de divulgação dos ideais dos trabalhadores e combate contra a opressão do capital industrial no século seguinte: a imprensa.

A imprensa tornou-se o principal instrumento de mobilização e aglutinação dos trabalhadores. Mediante publicações que variavam quanto ao conteúdo e periodicidade, iniciou-se um processo pelo qual se esboçavam desejos, insatisfações e angústias das mais variadas categorias de

trabalhadores do Brasil e do mundo. Atividades e discursos de trabalhadores de diversos países serviam de exemplo e esperança para a luta diária do operariado nacional.

Neste sentido, a palavra impressa exerceu um papel fundamental no processo de organização do movimento operário, sobretudo no que se refere à difusão e à proliferação das idéias e resoluções do movimento, principalmente se levarmos em consideração que a imprensa era o principal meio de comunicação de massas deste período. A imprensa operária constituía um importante instrumento da luta simbólica para os trabalhadores, visto que para Decca (1987: 105) através dela “se produzia também todo um campo de representações do trabalho que se contrapunha às imagens veiculadas pelos setores dominantes da sociedade”. É necessário relativizar a penetração destas publicações nas classes trabalhadoras, já que os jornais operários atingiam somente uma parcela do operariado, sendo muito difícil quantificar os leitores e trabalhadores que tinham acesso ao que era publicado em suas páginas. Entretanto, é importante também considerar que vários trabalhadores liam o mesmo jornal e que alguns deveriam conversar sobre seu conteúdo, o que ampliaria sua abrangência.

Nessas publicações, era recorrente o fato de que os trabalhadores engajados e militantes do movimento se ressentiam dos operários ainda acreditarem em políticos, deixando claro que a melhor alternativa para os trabalhadores era não delegar a outras pessoas a tarefa que eles mesmos deveriam realizar, organizando-se e fazendo cumprir as leis destinadas aos trabalhadores, assegurando assim os interesses dos proletários. Estes tipos de discurso demonstram a impossibilidade de se pensar a classe trabalhadora de

forma homogênea, enclausurada apenas dentro de instituições como os sindicatos ou o movimento operário. Hobsbawm (1987:254) salienta que:

“a grande maioria dos trabalhadores podia não ter sido constituída nem de militantes, nem de trabalhadores organizados, mas o mundo e a cultura das classes trabalhadoras são incompreensíveis sem o movimento operário, que por longos períodos foi o seu núcleo”.

Assim, mesmo que não se afirme ser este um discurso homogêneo para toda a classe trabalhadora, entende-se que para a sua melhor compreensão é inevitável que se aborde o discurso dos trabalhadores organizados do movimento operário, até porque, em maior ou menor grau, este discurso perpassa dentro das fábricas e torna-se de conhecimento dos trabalhadores, mesmo daqueles que não possuem ligação com o sindicato.

Desta forma, como assinala Bourdieu (1992), entende-se que a classe propriamente dita só se constrói no desenrolar de um processo de mobilização política de um determinado grupo situado em posições próximas no espaço social, conforme o movimento citado dos tipógrafos e escravos, de modo que isso lhes confira afinidades de interesses e idéias, visto que:

“(...) a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuições de diferentes tipos de capital, [...] comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo (...) essas posições ocupadas no espaço social, que só têm sentido a partir do momento em que estão relacionadas a outras em uma perspectiva de exterioridade mútua...” (op.cit.:26).

Sendo assim, implicam semelhanças e proximidades entre os operários militantes e os trabalhadores não engajados, “...sendo que as características intrínsecas a determinada posição no espaço social retraduzem-se em diferenças simbólicas que constituem uma verdadeira linguagem própria e

distintiva” (op. cit.:27). Bourdieu, quando escreveu sobre a formação ‘real’ da classe, afirma que:

“a classe real, se é que ela alguma vez existiu ‘realmente’, é apenas a classe realizada, isto é, mobilizada, resultado da luta de classificações como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social ou, melhor, uma maneira de construí-la, na percepção e na realidade, e de construir as classes segundo as quais ele pode ser recortado”.

No entanto, apesar de haver semelhanças e proximidades no espaço social e, em conseqüência, nas disposições e no universo simbólico entre os operários militantes e os trabalhadores não engajados, pode-se supor que existe um distanciamento entre ambos no que Bourdieu se refere como a apropriação do “capital cultural”.

A contínua organização dos trabalhadores ficou ainda mais forte após a instauração da República (1889), pois esta conservou, além das más condições sociais, a ausência de direitos políticos para os trabalhadores. E ainda, em caso de manifestações de descontentamento, permaneciam as práticas repressivas que caracterizaram a monarquia. A Constituição Republicana manteve o estatuto social que legitimava a repressão aos despossuídos. Outro exemplo é o Código Penal de 1890, que determinava a prisão e desterro dos que fossem considerados como vadios ou vagabundos (Pinheiro & Hall 1979). Desta forma, fica claro que com a instauração da República surge um Estado explicitamente anti-proletário. Como destaca Batalha (2000: 173): “a expectativa positiva com o novo regime foi seguida de uma igualmente grande desilusão, na medida em que se mostrou incapaz de atender aos anseios da classe operária”.



— Veja, seu Braz. O povo está já cansado de esperar pelas medidas do governo e vai fazendo por si mesmo o que lhe diz respeito...

Figura 18 - Jornal o Debate, 26 de julho de 1917
Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

Cresciam também, de forma lenta e esparsa, os movimentos que atrelavam a busca da cidadania à conquista de direitos políticos. (Batalha 2000). Em 1890, no Rio de Janeiro, foi fundado o primeiro Partido Operário do país, que contava com a participação de 120 operários, sendo presidido pelo tipógrafo Luiz França e Silva. Ele também esteve à frente da organização do Primeiro Congresso Socialista e da criação do periódico *Echo Popular* que deveria difundir os objetivos e ideais do Partido Operário. (Pinheiro & Hall 1979).

O partido foi responsável, no mesmo ano, pela organização do Primeiro Congresso Socialista, que, segundo Pinheiro & Hall, não atingiu resultados consideráveis. Porém, as tentativas de organização dos trabalhadores prosseguiram.

A idéia de constituir um partido socialista nasceu no meio dos imigrantes: oito dias depois das eleições de 1890, foi decidida a criação de um Partido Operário que teve uma existência nominal até 1892. Nesse ano, uma conferência de diversos grupos socialistas, considerada como o primeiro congresso socialista no Brasil, realizou-se no Rio de Janeiro. (...). Em 1894, uma outra conferência socialista adotou as resoluções do Congresso da II Internacional especialmente sobre o Primeiro de Maio, celebrado pela primeira vez pelo centro Socialista de São Paulo, criado nesse mesmo ano em Santos. (Pinheiro & Hall 1979:26).

O Partido Operário convocou para 1º de maio 1892 o Primeiro Congresso Operário, que se reuniu de 1º de agosto a 6 de setembro do mesmo ano. Deste Congresso participaram cerca de 400 trabalhadores e intelectuais. Dentre as deliberações do Congresso figuravam: a criação de um jornal, *O Socialista*, a luta contra o poder hierárquico e hereditário, eleições diretas para todos os postos eletivos, sufrágio universal e anulação de mandatos anteriores, direito a todos os cidadãos para elegerem e serem eleitos, proibição do trabalho para crianças menores de doze anos, utilização da greve pacífica como forma de reivindicação, determinação do salário mínimo, entre outras. O relatório deste Congresso Operário brasileiro foi enviado para o III Congresso da II Internacional realizado em 1893 na cidade de Zurique, que teve uma de suas seções presidida por Engels. (Pinheiro & Hall 1979).

A burguesia, de posse de todo aparato estatal, julgando inconveniente a agremiação dos imigrantes e a conseqüente organização dos trabalhadores, tratou de criar a lei de expulsão de estrangeiros, que durou até os anos 1920 (Pinheiro 1999).

Tal prática da classe dominante acabou por criar novos precedentes para a ação repressiva, tal como a implementação da legislação de repressão ao anarquismo e depois ao bolchevismo. Ampliaram-se as ingerências para controlar as insurreições e levantes dos trabalhadores espoliados. Por diversas

vezes, o governo fez uso da prisão sem julgamento, repressão, deportações. O *estado de sítio* passou a ser a principal arma contra a organização dos trabalhadores. Muitas pessoas foram deportadas, por motivos ínfimos, sobre a acusação de estrangeiros indesejáveis, desclassificados, mendigos, vadios,¹⁰ capoeira, prostitutas, anarquistas e comunistas.

Sob a acusação de perturbarem a ordem social, os proletários eram deportados (desterrados) nos “navios fantasmas”, pagos com verba pública, como o Navio Caxambu, Navio Campos e Navio Itaipava, entre outros, para regiões pouco habitadas do norte do Brasil, principalmente o Amazonas, Acre, Ilha das Cobras e “Núcleo Colonial Cleveland”. (Pinheiro 1999). O objetivo de tais incursões eram o fato de que as próprias condições inóspitas assegurassem a morte dos indesejáveis. Segundo o autor, os navios de prisioneiros foram prática corrente, “intensamente utilizada até os anos 1930”.

No governo Floriano Peixoto decretou-se o desterro de várias pessoas de notoriedade nacional para Cucui e Tabatinga. Depois da revolta de 14 de novembro de 1904, fizeram-se deportações larga manu para a Amazônia, não se sabendo até hoje o paradeiro das centenas, senão milhares, de indivíduos largados ao abandono, sem alimentação nem assistência médica, nas margens dos rios do território do Acre, considerado então região mortífera por excelência. (Ministro da Agricultura Miguel Calmon du Pin e Almeida apud Pinheiro op. cit. : 88).

Entretanto, as resistências do proletariado ao modelo disciplinar imaginado pelas classes dominantes ocorriam diariamente. Pensadas a partir de uma perspectiva que recusa a lógica do partido, as lutas individuais,

¹⁰ O código Penal de 1890 considerava reincidente o vadio ou vagabundo que não encontrasse ocupação dentro de quinze dias a partir da pena, e determinava, sem referir-se a “desterro”, que o infrator seria “recolhido” por um a três anos, a colônias penais, que se fundaram em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes (Pinheiro 1999).

silenciosas e diárias, traduzem uma atividade radical de contestação. Este tipo de resistência, muitas vezes tão eficiente quanto os movimentos organizados, são dificilmente detectados, uma vez que seus registros são praticamente imperceptíveis.

As características do espaço de produção de uma fábrica criam necessidades de socialização, a partir da formação de grupos informais, unidos por uma identidade de interesses e que vai frontalmente contra a tentativa de automatização da produção. A criatividade impôs inúmeras formas de resistência, surdas, difusas, organizadas ou não, mas permanentes e efetivas, principalmente no interior do espaço de produção. Desta forma, o questionamento prático da lógica da organização capitalista assume expressões diferenciadas. Até mesmo o simples ato de urinar fora do sanitário, uma metáfora para o ato de urinar em cima da fábrica, ou em última instância, em cima do próprio patrão, era positivamente valorizado pelos anarco-sindicalistas e tido como manifestação da ação direta. Sobre estas formas de ação direta, publicou o periódico *A Terra Livre*: (...) trazem em si caráter revolucionário no sentido de transformação da sociedade” (*A Terra Livre* apud Rago 1985).



Figura 19 – Desfile popular desce a ladeira do Carmo, em São Paulo.
Fonte: A Cigarra apud Pinheiro & Hall 1979



Figura 20 – Desfile popular desce a ladeira do Carmo, em São Paulo.
Fonte: A Cigarra apud Pinheiro & Hall 1979

Rago (1985) afirma que as lutas ocultas do proletariado, silenciadas pela tradição acadêmica, colocam em xeque o próprio fundamento da realidade capitalista de produção. Exigem a mobilização de todo um aparato de vigilância para constranger o trabalhador a submeter-se às normas disciplinares e um amplo arsenal de saberes que permitam que os industriais prescindam cada

vez mais não só da habilidade profissional do operário, mas de sua própria presença física. Sobre estas manifestações de “ação direta” o jornal operário *A Plebe* afirmava:

“A ação direta é a principal característica dos sindicalistas operários revolucionários, em contraposição à ação indireta, que constitui a norma principal das organizações operárias de orientação marxista ou socialista (...) Nas lutas pela ação direta o trabalhador, como principal interessado nas questões, é chamado a agir diretamente contra seus exploradores, enquanto pela ação indireta, preconizada pelos marxistas, burgueses, e socialistas, o trabalhador é levado a entregar não mãos dos felizardos políticos, ditos proletários, todos os seus interesses sociais (...)”.

O crescimento da organização operária e de suas lutas mostrou a necessidade, já no nosso século, de uma articulação mais ampla dos trabalhadores brasileiros. No ano de 1909 ocorreu uma greve geral que paralisou os têxteis, envolvendo milhares de trabalhadores (cerca de 40.000), trazendo a conquista pela jornada das 9.30 h de trabalho. Demonstrava-se dessa forma, na prática, a importância da articulação e coordenação dos diversos sindicatos e grupos profissionais para conseguirem impor derrotas ao capitalismo. O Primeiro de Maio desse ano reuniu milhares de trabalhadores, confirmando o vigor e a natureza ascendente dos movimentos sociais no início do século XX.

4. A Fábrica Confiança e suas vilas operárias

4.1. O bairro de Vila Isabel

Originalmente, Vila Isabel foi uma região habitada por índios tamoios que, ocupada pelos jesuítas no século XVI, recebeu a denominação de Fazenda dos Macacos. Entretanto, quando a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil, em 1759, pelo Marquês de Pombal, a Fazenda dos Macacos foi confiscada e passou a ser propriedade da Coroa Portuguesa, tendo sido arrendada aos portugueses Manuel de Araújo, Leonor Fonseca e João Gomes. Com a não-renovação desses contratos, tornou-se posteriormente abandonada, virando aos poucos um local para passeios e caçadas. Segundo Aragão (1997: 11): “D. Pedro I, amante da natureza, freqüentemente fazia seus passeios a cavalo e caçava naquelas terras onde, dizia ele, recuperava suas energias”.

Em 1822, com a independência, a Fazenda dos Macacos foi incorporada ao patrimônio do Império Brasileiro. Em 1826, D. Pedro I ficou viúvo, casando-se pouco tempo depois com sua segunda esposa, D. Amélia de Leuchtemberg, também conhecida como a Duquesa de Bragança, que recebeu a propriedade como presente de núpcias do imperador. Com o retorno da Duquesa de Bragança para a Europa em companhia do seu marido, em 1830, e posterior morte de D. Pedro I em 1834, a fazenda ficou abandonada durante muito tempo.

Gaspar (2003), afirma que o primeiro levantamento conhecido foi realizado em 1859, pelo conselheiro Joaquim Pereira de Farias, que,

preocupado com a ocupação desordenada da Fazenda dos Macacos, determinou que o agrimensor Jacob Maurity inventariasse as terras e as benfeitorias da propriedade, ainda pertencente à Duquesa, que só viria a falecer em 1873 em Portugal. O levantamento realizado pelo agrimensor atestava que a fazenda tinha 2.420 m de comprimento, não sendo possível estabelecer a largura, por falta de pontos de referência adequados, embora o Rio Joana, de um lado, e a Serra do Engenho Novo, de outro, fossem considerados como tais. O segundo levantamento de que se tem notícia, cartográfico, foi feito em 1870, revelando que a Rua dos Macacos, embrião da atual Boulevard 28 de Setembro (hoje, avenida principal do bairro), era o principal acesso à fazenda e ponto de partida para vários caminhos secundários, que mais tarde acabaram se tornando ruas importantes (Aragão 1997 *apud* Gaspar 2003).

O empresário João Batista Vianna Drummond, posteriormente agraciado com o título de Barão de Drummond, adquiriu as terras correspondentes à Fazenda dos Macacos. Entretanto, há discordância com relação à data em que a propriedade passou às suas mãos. Para Gaspar (2003), o Barão de Drummond comprou a Fazenda dos Macacos da Duquesa de Bragança, em 3 de janeiro de 1872. Poucos meses depois, em 25 de setembro, vendeu sua sexta parte a Zeferino de Oliveira e Silva (Aragão 1997: 12-18). Juntos, os dois fundaram, em novembro do ano seguinte, a Companhia Arquetônica, e deram início a um grande empreendimento de urbanização da Fazenda dos Macacos, com o objetivo de criar um novo bairro, planejado, na cidade do Rio de Janeiro (Renault 1982; Aragão 1997). “Em 2 de fevereiro de 1874, a Companhia Arquetônica vendeu 27 lotes de terrenos [...]. Neste ano começaram as

edificações e apareceram as primeiras casas de comércio no bairro [...] de Vila Isabel” (Santos 1934 apud Rocha 1986: 32).



Figura 21 – Projeto Original do Bairro de Vila Isabel
Fonte: Abreu, M., Evolução urbana do Rio de Janeiro, 1987

Entretanto, Fonseca (2002) sustenta que foi em 1871 que João Batista Viana Drummond, vislumbrando as possibilidades da região, conseguiu o privilégio para o estabelecimento de linhas de bondes ligando o centro da cidade à fazenda, época em que a Estrada de Ferro Pedro II já havia inaugurado as Estações de São Francisco Xavier e Engenho Novo, o que tornava mais atraentes as perspectivas da região. Em 1873, a Companhia Ferro Carril já era uma realização, como a imprensa noticiava:

Dos mais ativos concessionários, nesta quadra é João Batista Vianna Drumond, proprietário de vasta chácara, fundador do bairro de Vila Isabel. A Ferro Carril de Vila Isabel, de sua propriedade, inicia agora as viagens da Praça da Constituição (Praça Tiradentes) ao portão da Fazenda dos Macacos, passando pelo Largo do Matadouro (Praça da Bandeira). Dela partem ramais para o Andarahy e Engenho Novo. Os trilhos avançam para várias direções ligando bairros ao centro. (Renault 1982 apud Gaspar 2003: 55).



Figura 22 - Barão de Drummond com seu bonde e seus bichos.
Fonte original: O Mosquito, ano 4, 144, 15/6/ 1872. Pág.4

Enquanto a salubridade da cidade era criticada e as epidemias continuavam a constituir um de seus tormentos, surgia o novo bairro, projetado pelo então Dr. Bittencourt da Silva para a Companhia Arquitetônica em moldes franceses. O projeto do novo bairro mostrou-se bastante ambicioso, de forma que apenas parte das ruas projetadas originalmente foram concluídas nesse período. Em seu eixo central foi construída uma larga avenida arborizada de 2,5 km de extensão, antes chamada de Caminho dos Macacos, e rebatizada com a designação de *Boulevard*.



Figura 23 – Vista da antiga Praça 7 de abril com o Boulevard 28 de setembro ao fundo
Fonte: Seara, Berenice, Guia de roteiros do Rio antigo, 2004

O saneamento e a higiene, aliados ao progresso, eram o discurso constante, e Vila Isabel, com suas chácaras floridas e árvores frutíferas, era um bairro moderno e aprazível, saudado como encantador e elegante. Entre moradores de suas chácaras, o bairro contava, por exemplo, com o visconde de Ouro Preto, último primeiro-ministro do Segundo Império, que vivia na rua 8 de Dezembro. O nome do bairro foi uma homenagem à princesa Isabel, pela assinatura, em 1871, da Lei do Ventre Livre, a cuja data aludia também o nome de sua rua principal, Boulevard 28 de Setembro. Pela mesma razão, a praça onde a rua termina foi chamada de 7 de Março, em homenagem à instalação do gabinete do Visconde do Rio Branco, um personagem decisivo na apresentação dessa lei (Aragão 1997 *apud* Gaspar 2003).



Figura 24 - Vista panorâmica do Boulevard 28. Século XIX.
Fonte: Arquivo Nacional em Abreu (1987).

O bairro possuía também uma ligação com os abolicionistas, desde o título de barão, que o Império conferiu a João Batista Viana Drumond, seu proprietário, por libertar seus escravos e escravas, aos nomes de várias de suas ruas: senador Nabuco, pai de Joaquim Nabuco; Torres Homem, conselheiro e professor de Medicina; Teodoro da Silva, Ministro da Marinha do gabinete do Visconde do Rio Branco; Souza Franco; Conselheiro Paranaguá; dentre outros (Gerson 2000).

Cada vez mais ruas eram abertas no bairro e as construções iam se sucedendo. O terreno que correspondia à antiga Chácara Maxwell também começou a ser dividido, dando origem ao loteamento Aldeia Campista. Em 1875, o imperador inaugurou no bairro o Asilo dos Meninos Desvalidos, no Boulevard 28 de Setembro, na área pertencente a Jorge Rudge (Gerson 2000: 358), que foi adquirida pelo Império para essa finalidade. Pouco depois, o asilo foi transformado no Instituto Profissional João Alfredo, primeira instituição para crianças pobres. Nela estudaram, dentre outros alunos, o maestro Francisco Braga e o pintor Batista da Costa (Gerson op. cit.: 360).

A escolha do bairro para abrigar o Asilo de Meninos Desvalidos não aconteceu por acaso. Com forte atuação no campo educacional, alguns dos

médicos formados pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro apresentavam em suas teses soluções para a construção de escolas fora do núcleo urbano, considerado por esses como sendo insalubre, portanto, inadequado para o bom funcionamento das escolas.

Através dessa alegação – insalubridade – a medicina higienista no século XIX, sob o manto civilizador, prescreveu mudanças das mais variadas ordens: na infra-estrutura urbana, transporte, economia, política, comunicação, segurança e cultura. O acentuado crescimento do bairro e o discurso geral sobre melhoramentos e modernização na cidade propiciaram a instalação de luz elétrica em Vila Isabel, levando a Gazeta da Tarde a publicar, no dia 12 de abril de 1884:

“Fala-se de melhoramentos para a cidade [...]. E outros já são realidade [...]. Acompanhado de seus camaristas e Ministros, às 8 horas da noite, o Monarca assiste à iluminação eléctrica no boulevard Villa Isabel” (Renault 1982: 190).

Aragão (1997:38), entretanto, sustenta que a iluminação do local só teria sido realizada após as festividades de 24 de outubro de 1909, quando do calçamento e ajardinamento da praça 7 de Março, em decorrência das atividades de uma comissão de moradores que, em 19 de fevereiro de 1910, fundaria a Associação Beneficiadora de Vila Isabel.

Os anúncios de apresentações de sua casa de espetáculos, o Teatro Vila Isabel, destacavam a elegância, o charme e o requinte do bairro. Segundo Renault (1982: 197), a imprensa com frequência referia-se a ele como “um teatro elegante, formado por um elenco ativo”. Além disso, o autor exemplifica a seguir:

“Algumas casas de espetáculo nos são pouco conhecidas. O cronista do folhetim chama a atenção para o que deve ser a abertura do Teatro de Vila Isabel, que se denomina Théâtre d'Été. Dessa estréia participa a Companhia de Teatro Lírico Francês e o público disporá de bonde (com música) para ida e volta”. (Renault 1982: 62).

As corridas de cavalos faziam parte do cotidiano e do lazer da comunidade do bairro e adjacências. O Jockey Clube de Vila Isabel realizava corridas para os apreciadores do esporte e do jogo.



Figura 25 - Av. Boulevard 28.
Fonte: Arquivo Nacional em Abreu (1987)

Mas Vila Isabel é conhecida, também, por ter sido o berço do jogo do bicho. Em 5 de janeiro de 1888 foi inaugurado pelo Barão de Drumond o Jardim Zoológico de Vila Isabel, no Caminho do Goiabal (atual rua Visconde de Santa Isabel). A sua proposta era criar um zoológico moderno, com fauna e flora classificada e com exposições anuais de animais e plantas. Além de

conseguir verba para manutenção junto à câmara municipal, o barão conseguiu isenção de impostos e direitos aduaneiros de importação de plantas e animais. A fama e o conseqüente lucro fizeram com que a verba de manutenção fosse suspensa, o que levou o barão a encontrar dificuldades para manter o zoológico. “Até que um dia, ao passar pela rua do Ouvidor, conheceu o mexicano Manuel Ismael Zevada, que explorava, ali na rua, um jogo chamado jogo das flores” (Aragão 1997: 27). Depois de aprender como funcionava o jogo, Drumond achou neste a solução para a manutenção do zoológico e encaminhou uma petição ao Conselho de Intendência Municipal, solicitando permissão para serem instalados jogos públicos mediante pequena contribuição. A petição foi aceita e, em 13 de outubro de 1890, foi instalado o jogo do bicho.

“Realizou-se ontem, como tínhamos anunciado, a inauguração da nova empresa do Jardim Zoológico. Às 3 horas da tarde partiram do Rocio em direção a Vila Isabel, dois bonds especiais dessa companhia, levando os convidados daquela empresa, sendo precedidos de uma banda de música. Chegados ali foram os convidados recebidos pela administração do Jardim, que gentilmente acompanhou-os na visita geral. Às 5 horas desceu a caixa que continha a figura do animal que deu aos donos dos bilhetes respectivos os 20\$ de prêmio. Após a vitória do avestruz a vitória do estômago. Deu-se começo pois a um lauto e profuso banquete de 100 talheres, havendo por esta ocasião brindes de saudações recíprocas. À festa compareceram muitas distintas senhoras, representantes da imprensa e outros muitos convidados”. (Diário do Comércio, 4 de julho de 1892 apud Weguelin 1998).

O jogo se processava da seguinte maneira: cada ingresso vendido para visitar o Zoológico dava direito a um cupom, que trazia a estampa e o nome do animal para concorrer a um sorteio, que concedia ao ganhador um prêmio vinte vezes maior que o valor pago pelo ingresso. Como ele custava mil réis, o ganhador recebia vinte mil réis. Toda manhã, logo cedo, o barão de Drumond

escolhia uma estampa com a figura de um dos 25 bichos que faziam parte do jogo e colocava esta estampa, em um quadro de enormes proporções à porta principal do jardim zoológico. Uma vez o quadro içado, ninguém tinha acesso a ele. Esse quadro era de madeira e trancado à chave. Às 15 horas, o próprio barão de Drumond acionava o dispositivo, exibia o bicho sorteado sem causar dúvida a quem assistia o sorteio. O jogo ganhou popularidade rapidamente e, crescendo cada vez mais junto à população, foi proibido através do Decreto nº 133, de 10 de abril de 1895, que rescindia o termo aditivo que permitiu o jogo. (Aragão 1997: 27-28).



Figura 26 - Charge Revista Ilustrada (1893/1895)
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

O período compreendido entre os anos de 1890 a 1915 corresponde ao momento de maior abertura de ruas e divisão das terras na área do antigo distrito do Grande Andaray, que abrigava a Fazenda dos Macacos, dentre outros bairros da região, posteriormente denominados Andaraí, Grajaú, Vila Isabel e parte da Tijuca. É importante destacar, porém, que Vila Isabel é um

bairro que se desenvolveu a partir de sua vocação fabril. Além da Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, objeto de nossa pesquisa, várias indústrias se instalaram no bairro ao longo do tempo, como a Fábrica do Sabão Russo, Fábrica Sabonete Santelmo, Fábrica de Barcos, Fábrica de Vidros Scarrone, Fábrica de Uniformes Militares Moraes Alves, Fábrica de Móveis Walter Soares, Fábrica de Cerveja Portugal e Indústria de Bebidas Amazônia Ltda.

Estavam lançadas as bases para a plena ocupação do que, no início do século XX, viria a ser conhecido como o bairro de Vila Isabel, consolidado no período que vai de 1920 a 1937, quando ocorreu a ocupação final dos últimos lotes do bairro.

Outra vocação reconhecida de Vila Isabel é a arte. A Vila, como é carinhosamente chamada pelos seus moradores e freqüentadores, é berçário de grandes poetas e compositores, compondo um papel importante no cenário do samba e da boemia carioca. A lista de figuras ilustres nascidas no bairro conta com os nomes de: Noel Rosa (que imortalizou o bairro em suas composições), Orestes Barbosa, Pixinguinha, João de Barro “Braguinha”, Martinho da Vila, Francisco Alves, Aldir Blanc, Nei Lopes, Neguinho da Beija-flor (embora atrelado a Nilópolis, nasceu na casa de saúde Nossa Senhora de Lourdes) e Jorge Dória.

Segundo Fonseca (2002: 74), hoje em dia, de acordo com as estatísticas municipais, o bairro ocupa uma área de 1.303 ha, com 6.564.265 m² de área construída, dos quais 5.141.862 m² para uso residencial. Sua população é de aproximadamente 180.000 habitantes. Atualmente Vila Isabel tem seus limites definidos administrativamente pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: a

partir da Serra do Engenho Novo, passa pela Rua Barão de Bom Retiro até a Rua Teodoro da Silva, descendo por esta até as escadarias da Igreja de Santo Antônio da Lisboa. A partir dela segue em linha reta até a Rua Maxwell, ao longo da qual se estende até a Rua Agostinho de Menezes e a Rua Barão de Mesquita. O bairro chega até a Av. Maracanã, na qual compreende um pequeno trecho até a Rua Ribeiro Guimarães.

4.2. A Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial

Construída em 1885 nas terras do Comendador Zenha, a Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial foi sem dúvida um dos maiores empreendimentos do bairro. Segundo Gaspar (2003) a fábrica, uma das mais antigas da cidade, recebeu duas expansões após sua inauguração: uma em 1898, e outra em 1911, tendo a sua frente Manoel Salgado Zenha e Francisco Tavares Bastos.



Figura 27 – Vista da Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial – 1898
Fonte: Borges, D. et Hespanhol, M.S. A Vila Isabel de Drummond a Noel: Rio de Janeiro, 1987

Este não foi o único empreendimento têxtil do bairro. Outras indústrias, a maioria também do setor têxtil, foram criadas na região, como por exemplo: a Companhia América Fabril e a Fábrica Botafogo (onde recentemente foi construído o shopping Tijuca).

A energia para o funcionamento das atividades da Fábrica Confiança era fornecida pelas águas do Rio Joana, que movimentava suas caldeiras para a produção. Essas águas eram coletadas de um açude construído onde é, atualmente, a Rua Artidoro da Costa. Em 1894, foi construído um novo açude, maior do que o anterior, no local onde é, atualmente, a Rua Piza e Almeida. Somente anos mais tarde, é que a luz elétrica veio a ser introduzida. Guimarães (2000:27) afirma que, em 1885, a Fábrica Confiança funcionava com 400 teares; e que em 1894 foi acrescentada uma quantidade considerável de novos teares. Em 1905, a Fábrica Confiança já comportava um número bem superior ao do ano de sua inauguração, tornando-se a primeira no Brasil a trabalhar com 1.600 teares (Aragão 1997; Gerson 2000; Guimarães 2000). Além disso, em 1903, já possuía uma escola para os filhos de seus trabalhadores (Aragão 1997; Gerson 2000) e, desde a última década do século XIX, duas das suas vilas operárias (Vila Maxwell e Vila Senador Soares).



Figura 28 – Fábrica Confiança
Fonte: Fotos do Arquivo Nacional



Figura 29 – Fábrica Confiança
Fonte: Fotos do Arquivo Nacional

A Fábrica Confiança ocupava grande parte da Rua Maxwell e tornou-se rapidamente uma das mais importantes da cidade, com um alto nível de produção, possibilitando a seus funcionários e diretores moradia em suas vilas operárias, próximas ao local de trabalho (Guimarães 2000). A construção dessas vilas operárias insere-se no quadro vivido pela sociedade carioca ao final do século XIX, já descrito no capítulo anterior, que trata do processo de substituição das moradias insalubres pelas chamadas moradias higiênicas, e pela política empresarial de construção de casas objetivando o controle físico, moral, higiênico, e também o lucro, através dos aluguéis a seus funcionários.

Depois do ano de 1927, a fábrica iniciou um período de crises com a queda da bolsa de valores em Nova Iorque, e, em 1929, as vendas caíram vertiginosamente. Como consequência, vários funcionários foram demitidos e a falência da fábrica foi decretada em 1930. Entretanto, segundo Guimarães (2000: 29), a família Menezes, em 1933, vinda de Recife e tendo como diretor o

presidente Sr. Joaquim Lacerda de Menezes, passou a dirigir a fábrica, trazendo de Pernambuco muitos funcionários e tornando-a uma das mais importantes do país.



Figura 30 – Sala dos teares da Fábrica Confiança.
Fonte: Fotos do Arquivo Nacional.



Figura 31 – Vista lateral da Fábrica Confiança.
Fonte: Fotos do Arquivo Nacional

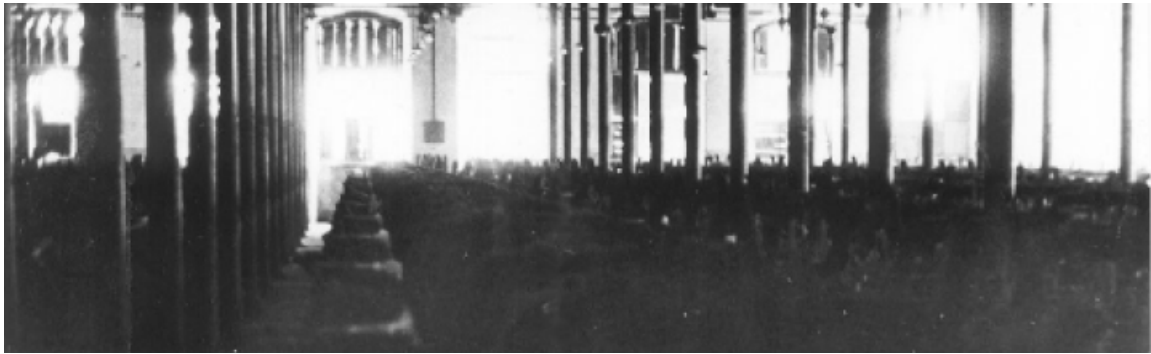


Figura 32 – Interior da Fábrica Confiança
Fonte: Arquivo Nacional

Ainda Guimarães (op. cit.), em trabalho realizado entrevistando antigos funcionários e filhos de funcionários que moravam nas vilas operárias da Fábrica Confiança, demonstra que o Sr. Menezes inaugurou uma nova maneira de administrar a fábrica, ao trazer funcionários de sua confiança de Recife e, principalmente, repartindo parte dos lucros da empresa com seus funcionários. O depoimento coletado de um antigo funcionário chamado Djalma Santos Nunes atesta este procedimento:

“...Meu pai trabalhava lá, em Recife, e trabalhava numa fábrica deles também. Eles trouxeram muita gente de lá pra cá” (...) “veio um bocado de funcionários na frente. Sem dúvida ele mandou os funcionários mais experientes” (...) “a participação existia nos moldes comuns. Era feito no pagamento. Você fazia por produção, e quanto mais você produzia, mais você recebia. O Seu Menezes dava gratificação para os seus funcionários. O Natal da fábrica era uma coisa fora de série.” (Guimarães op. cit.: 30).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a fábrica foi a única fornecedora de tecidos para a confecção de uniformes das Forças Armadas do Brasil e teve nesse momento, sob administração do Sr. Menezes, seu melhor período. Entretanto, depois da guerra os lucros voltaram a cair, e, com o seu falecimento, passou por nova decadência. Em 1964, a fábrica foi vendida novamente para o grupo paulista J. J. Abdala, que não conseguiu reerguê-la. Finalmente, depois de 85 anos de funcionamento, a fábrica deixou de operar,

deixando diversos trabalhadores desempregados e um vazio no dia-a-dia do bairro.



Figura 33 – Fila de funcionários à porta da Fábrica após seu fechamento em 1964
Fonte: Arquivo Nacional



Figura 34 – Fila de funcionários à porta da Fábrica após seu fechamento em 1964
Fonte: Arquivo Nacional

O prédio da antiga Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, com sua imponente chaminé, hoje supermercado Extra-Boulevard, foi durante seus 85 anos de funcionamento (e continua sendo) um referencial no bairro de Vila Isabel. Seus moradores o consideram o maior símbolo da região, sendo a sua história ainda conhecida por muitos. A seguir, mapa atual de localização do bairro de Vila Isabel e outro apontando a Fábrica Confiança e suas nove vilas operárias.

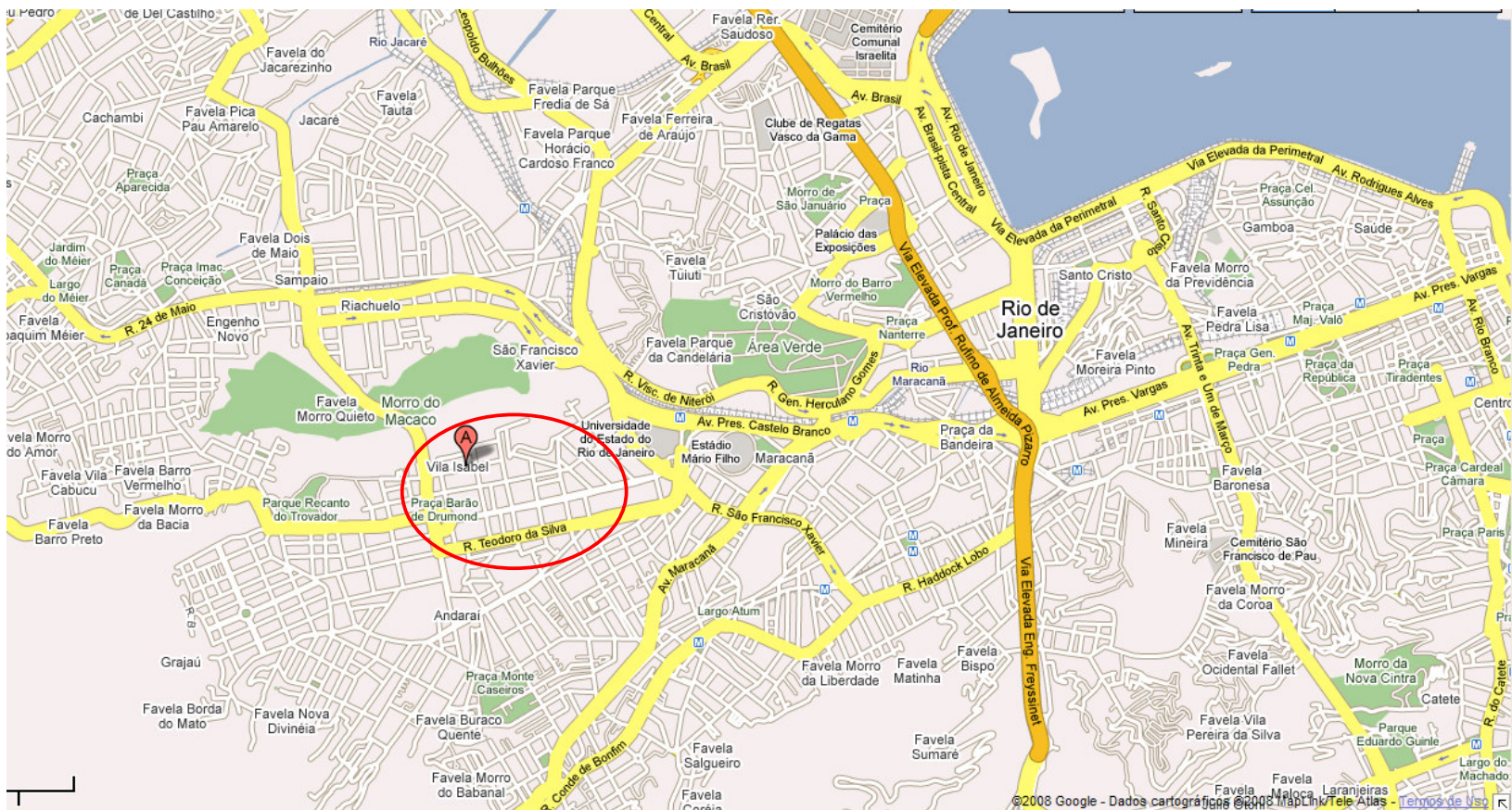


Figura 35 – Bairro de Vila Isabel na cidade do Rio de Janeiro
Fonte: Google Maps 2008



Figura 36 – Vista de Vila Isabel. Ao centro a Fábrica Confiança
Fonte: Google Maps 2008



Figura 37 – Fábrica Confiança e a marcação das Vilas operárias.
Fonte: Google Maps 2008

Noel Rosa, considerado por muitos a maior expressão da música popular brasileira e nascido no bairro (nasceu na Rua Teodoro da Silva, 392), imortalizou a Fábrica Confiança em uma das suas canções mais conhecidas:



Figura 38 – Noel Rosa
Fonte: Nossa História Dezembro 2004

Três Apitos

Noel Rosa

Quando o apito da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você
Mas você anda
Sem dúvida bem zangada
E está interessada
Em fingir que não me vê

Você que atende ao apito
De uma chaminé de barro
Por que não atende ao grito tão aflito
Da buzina do meu carro?

Você no inverno
Sem meias vai pro trabalho
Não faz fé com agasalho
Nem no frio você crê
Mas você é mesmo
Artigo que não se imita
Quando a fábrica apita
Faz reclame de você

Sou do sereno
Poeta muito soturno
Vou virar guarda noturno
E você sabe porque
Mas você não sabe
Que enquanto você faz pano
Faço junto do piano
Estes versos prá você

Nos meus olhos você vê
Que eu sofro cruelmente
Com ciúmes do gerente impertinente
Que dá ordens a você

4.3. As vilas operárias da Fábrica Confiança

Segundo levantamento realizado por Lobo (1989), Carvalho (1995), Guimarães (2000), Fonseca (2002), a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, após ter sido incorporada pelo Engenheiro Arthur Sauer, conseguiu o direito de construir 3000 casas para operários. Segundo Carvalho (op. cit.), a Companhia de Saneamento foi a responsável pela construção das vilas operárias da Fábrica Confiança e sua obra iniciou-se em 1889, tendo sido a primeira etapa concluída em 1892, chegando a alojar mais de mil pessoas.

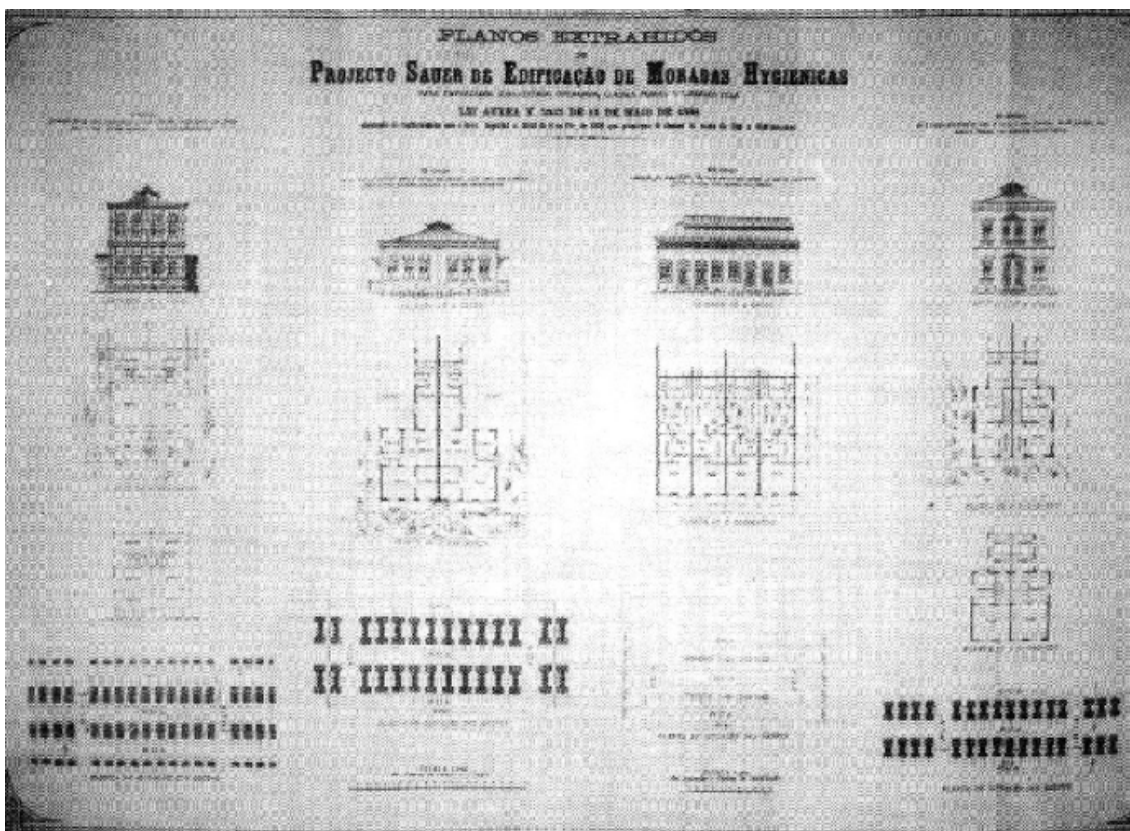


Figura 39 – Projeto Sauer de edificações de moradas para empregados subalternos, operários, classes pobres e libertos pela Lei Áurea N. 3353 de 1888.
Fonte: Arquivo Nacional, em Vaz (2002)

De acordo com Lobo (1989), o projeto de Arthur Sauer foi aprovado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 1887 e apresentava inovações, tais como: lavanderia a vapor para cada grupo de 30 pessoas e uma escola primária sempre que houvesse um mínimo de 30 crianças. Na análise do projeto levou-se em consideração a qualidade do material de construção, a obrigatoriedade da existência de um porão para evitar umidade, a espessura das paredes, o arejamento, o pé direito dos andares etc. Entretanto, informações contrárias fornecidas por Benchimol (1992) não deixam clara a existência de moradias já em 1887, quando a Fábrica Confiança foi inaugurada, e levanta dúvida quanto à construção das vilas por parte da Companhia do engenheiro Sauer. Apresentaremos a seguir, as vilas operárias da Fábrica Confiança utilizando não o critério cronológico para seqüenciá-las, mas a mesma ordenação criada por Guimarães (2000) e também utilizada por Fonseca (2002) no intuito de manter uma padronização entre os trabalhos já realizados sobre estas habitações.

Vila 1

Situada na Rua Souza Franco, compõe o primeiro grupo de vilas construídas para os funcionários da fábrica, e sua construção, segundo Guimarães (2000) e Fonseca (2002), data da última década do século XIX. As quatro casas que compõem este grupamento residencial possuem pátio frontal e pequena área interna, com duas salas, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço. Estas casas têm seu piso elevado em média 50 cm com relação ao nível da rua e pé-direito de aproximadamente 4 m de altura.

As fachadas das casas são compostas de escada de acesso, uma porta principal e duas janelas correspondentes à sala da frente. Possuem platibanda¹¹, arquitrave¹² e cornija¹³ apoiada sobre mãos francesas¹⁴. Os detalhes são realçados pela cor marrom. O pátio frontal é cercado por gradil de ferro fundido sobre muro de alvenaria.



Figura 40 – Foto da vila 1
Fonte: Foto do autor (2008)

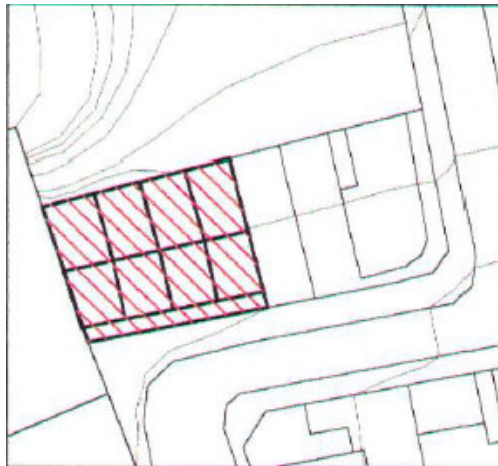


Figura 41 - Planta de situação da vila 1
Fonte: Guimarães (2000)

¹¹ Grade ou muro que contorna a plataforma de um edifício.

¹² Viga saliente na superfície das paredes, assentadas horizontalmente sobre colunas ou pilares.

¹³ Moldura ou conjunto de molduras salientes que servem de arremate superior a elementos arquitetônicos ou ao edifício.

¹⁴ Escoras inclinadas, pregadas em ambas as extremidades.

Vila 2

Este grupo de habitações, localizado na Rua Artidoro da Costa nº 160, contém as menores casas dentre todas as vilas . Foi também o último grupo de moradias erguido para os funcionários, e sua construção data de meados da década de 1950. As casas são compostas de dois quartos, sala, cozinha e banheiro. O pé-direito é também o mais baixo de todas as casas do conjunto de vilas, medindo aproximadamente 2,60 m. Em função da proximidade entre o forro e a cobertura, estas casas possuem pouco conforto térmico em relação às outras, para os dias mais quentes do ano. O piso fica no mesmo nível da rua e o acesso ocorre atualmente por um portão de ferro. Após o portão, encontramos uma primeira casa à esquerda, a qual forma com sua própria parede uma espécie de corredor que, percorrido, dá acesso às outras casas desta vila.

As fachadas dessas casas são extremamente simples, quando comparadas às das demais. São compostas apenas de janela, porta e beiral¹⁵ de 60 cm. Segundo Guimarães (2000), nesta vila encontra-se a maior quantidade de moradores sem qualquer ligação com a fábrica. Ou seja, poucos são parentes de ex-funcionários e na sua grande maioria ocuparam as casas por meio de invasões ou foram levados a essa situação pela Agro-Imobiliária, com o intuito de esvaziar a Vila Operária Confiança de ex-funcionários e descendentes e/ou parentes destes.

¹⁵ Parte do telhado que se prolonga além das partes externas. Última fiada do telhado.



Figura 42 – Foto da vila 2
Fonte: Rego (2006)



Figura 43 - Planta de situação da vila 2
Fonte: Guimarães (2000)

Vila 3

Situada também na Rua Artidoro da Costa, no nº 138, é um dos grupos mais significativo do conjunto, contando com onze casas. Segundo levantamento feito por Guimarães (2000), Fonseca (2002) e Rego (2006), as casas localizadas ao lado direito da entrada da vila, foram construídas por volta da década de 1920, já as da esquerda, em período pouco posterior. Entretanto, nenhum dos autores sabe precisar o período de construção das mesmas. As casas, principalmente as de frente para a rua, são espaçosas, originalmente com dois quartos, duas salas, cozinha, banheiro e área. Posteriormente, quase todas sofreram modificações internas, chegando-se a construir um segundo pavimento nas casas com frente para a Rua Artidoro da Costa. Com ele, elas passaram a apresentar até 5 quartos, grande cozinha e dependências, ou então jirau com quarto e banheiro, mas sem que estas modificações fossem notadas em suas fachadas, o que não teria sido permitido por se tratar de imóveis tombados pelo município. As outras casas são de dois quartos. Já as casas do lado direito da vila possuem porão alto, pé-direito com aproximadamente 3,50m e rua interna arborizada.

As casas do lado esquerdo da vila, por terem sido construídas depois, são um pouco menores, têm fachadas mais simples e não possuem porão alto. As fachadas dessa vila apresentam porta, duas janelas (quarto e sala da frente), escada de acesso e beiral de 60 cm, além de vãos para ventilação dos porões, quando existentes. Possuem poucos frisos se comparadas às casas voltadas para a rua, apenas vergas e ombreiras dos vãos e arquitrave. Já nas casas da esquerda, este detalhe sobre as janelas não é encontrado.

Existem também três casas voltadas para a Rua Artidoro da Costa, entre os nºs 138 e 160. Estas casas têm em comum com a vila 3 a mesma fachada da casa voltada para a rua dessa vila, do lado esquerdo. São casas de sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço. Todas elas têm características de fachada próximas às da vila 3, porém um pouco mais complexas. Estas apresentam uma porta e duas janelas com vergas e ombreiras, frisos marcando os pilares frontais, cornija apoiada sobre mãos francesas, platibanda e frontão em arco com um brasão ovalado ao centro.



Figura 44 – Foto da vila 3
Fonte: Foto do autor (2008)



Figura 45 - Planta de situação da vila 3
Fonte: Guimarães (2000)

Vila 4

Este grupo, situado na Rua Artidoro da Costa nº 106, tem casas iguais às do lado direito da vila 3 e 4 m de pé-direito. Essa vila foi construída também na década de 1920. Ela é composta de 12 casas, sendo duas de frente para a rua. Segundo levantamento realizado pelo DGPC (Departamento Geral do Patrimônio Cultural), órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro, responsável pelo patrimônio cultural da cidade, as diferenças dessas casas em relação às internas são as duas janelas, escada de acesso, arquitrave e beiral de 60 cm, além de ser possível ver a cobertura em telha francesa, por não haver platibanda, existindo também uma uniformidade no porão.



Figura 46 – Foto da vila 4
Fonte: Foto do autor (2008)



Figura 47 - Planta de situação da vila 4
Fonte: Guimarães (2000)

Vila 5

Este é o grupo mais complexo em termos tipológicos e está situado na esquina das ruas Artidoro da Costa e Piza e Almeida. Faz parte também do primeiro grupo de vilas construídas na última década do século XIX. É composto de duas vilas que se cruzam internamente formando praticamente uma quadra. Para uma melhor compreensão de nossa análise separamos a vila 5 em duas partes: vila5a e vila 5b.

As vinte casas externas dessa vila (vila 5a) são todas de dois pavimentos (tipo sobrados), com duas salas, cozinha, banheiro e área de serviço no térreo e dois quartos e circulação no segundo pavimento. Apresentam também pé-direito alto, de aproximadamente 4 m e piso no nível da rua. Estas casas são as de melhor espaço interno, pois também apresentam bom quintal, onde quase todas as famílias construíram uma nova residência para os filhos que casavam, oficinas ou quarto de costura. Estas construções, em geral, não são acréscimos às casas existentes, sendo considerados anexos, com pouca ou nenhuma ligação física com a casa principal.

As fachadas dos sobrados, tidos como símbolo da Vila Operária da Fábrica Confiança, apresentam em suas casas, no térreo, portas e janela, com ombreiras, vergas e sobreverga, arquitrave sobre vãos e frisos verticais em alto relevo nas arestas do conjunto. No segundo pavimento, duas janelas com ombreiras, vergas e sobreverga, arquitrave, cornija e platibanda.

As casas internas dessa vila (vila 5b), em número de vinte, já que seis foram demolidas após falência da fábrica e tentativa de retirada dos moradores, têm padrão diferente das de rua (sobrados). São casas de um pavimento, com duas salas, dois quartos, pequenos banheiros, cozinha e área de serviço em conjunto. Também contam com pé-direito alto, de aproximadamente 4,50m e piso nivelado com a rua. As casas internas da vila 5 têm fachadas mais simples do que os sobrados. São compostas por porta e janela com apenas um friso envolvendo-as, além de beiral. Esta vila teve seis casas demolidas, sendo hoje esse espaço utilizado como área de lazer.



Figura 48 – Foto da vila 5
Fonte: Foto do autor (2008)



Figura 49 – Foto da vila 5
Fonte: Foto do autor (2008)



Figura 50 - Planta de situação da vila 5 (casas internas a esquerda e sobrados a direita)
 Fonte: Guimarães (2000)

Vila 6

Situada na Rua Maxwell, este é o grupo mais desfalcado de suas casas originais, devido ao desvio do Rio Joana feito pela prefeitura, durante os anos 1960, que demoliu todas as casas voltadas para ele. Foi construído em meados da década de 1920, e conta atualmente com doze casas. Todas possuem piso elevado, pé-direito alto de aproximadamente 4,50m, duas salas, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço. As fachadas desta vila contam com porta e janela com ombreiras, vergas e sobre verga, arquivadas, cornijas e platibanda.



Figura 51 – Foto da vila 6
Fonte: Foto do autor (2008)



VILA 6 - R. Maxwell

Figura 52 - Planta de situação da vila 6
Fonte: Guimarães (2000)

Vila 7

Situado entre as ruas Maxwell, Senador Soares e Araújo Lima, este grupo compreende um total de 20 casas externas e 8 casas na rua interna fechando a quadra e separando as casas da Vila Operária Confiança das outras externas ao conjunto. Essas casas foram construídas no final do século XIX. Todas são compostas de dois quartos, duas salas, banheiro e cozinha, área de serviço, pé-direito de aproximadamente 4m e piso elevado. A casa da esquina da Rua Maxwell com a rua Araújo Lima, apesar de ter o mesmo número de cômodos que as outras casas dessa vila, tem áreas maiores e fachada acompanhando o formato da esquina em curva.

Sua fachada tem a singularidade de ser a única a apresentar cantaria¹⁶ na parte baixa e também nas vergas e ombreiras. Além disso, as casas dessa vila apresentam frisos em baixo relevo acima das pedras de cantaria. Os detalhes dessa vila são: verga, sobreverga, obreiras, arquitrave, cornija e platibanda.

¹⁶ Alvenaria de pedras, talhadas uma a uma, de modo a se agruparem perfeitamente sem necessidade de material ligante.



Figura 53 – Foto da vila 7
Fonte: Foto do autor (2008)

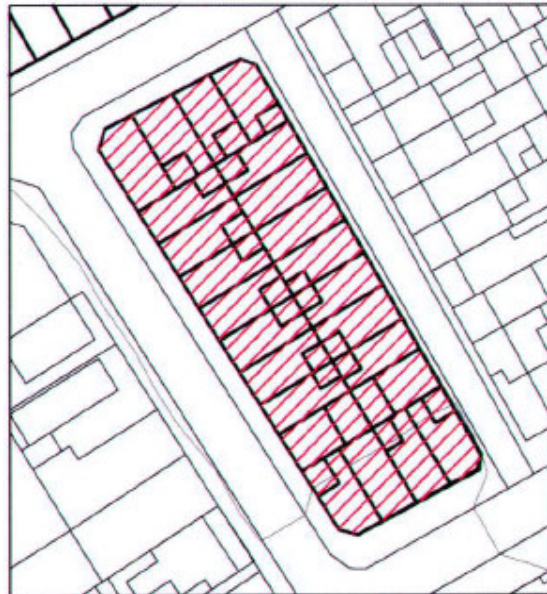


Figura 54 - Planta de situação da vila 7
Fonte: Guimarães (2000)

Vila 8

Essa é a maior das vilas desse conjunto e está situada à Rua Silva Telles nº 120, esquina com a Rua Maxwell. Foi construída também no final do século XIX. Apresenta, atualmente, vinte e seis casas internas e sete externas, remanescentes do projeto original, já que outras 27 foram demolidas para o realinhamento do Rio Joana.

Hoje ainda são utilizadas as casas internas, mas as externas foram todas demolidas, com raras exceções, como algumas da Rua Silva Telles e da Rua Maxwell. As casas são de dois quartos e duas salas, banheiro e cozinha com áreas de serviço, piso no nível da rua e pé direito alto com aproximadamente 4m. Como é comum em todas as casas do conjunto, as salas estão voltadas para a frente das casas, mas neste caso há a integração destas com a rua interna da vila, com o conseqüente prolongamento da área social das moradias para o espaço social comum e maior integração entre os moradores com seus vizinhos. Essa situação é vista com maior clareza nesta vila que nas demais.

As fachadas destas casas não apresentam muitos detalhes. Uma porta e janela, vergas e ombreiras e beiral de 60 cm. Algumas casas, por causa das antigas cheias do Rio Joana e das chuvas fortes que ainda ocorrem, possuem contentores de água, geralmente em alvenaria, em suas portas.



Figura 55 – Foto da vila 8
Fonte: Rego (2006)



Figura 56 - Planta de situação da vila 8
Fonte: Guimarães (2000)

Vila 9

Ainda na Rua Silva Telles nº 95, podemos encontrar a última vila do conjunto, com duas casas voltadas para a rua e sete voltadas para a rua interna. Segundo levantamento de Guimarães (2000), Fonseca (2002) e Rego (2006), esta vila foi construída após o desvio do Rio Joana por volta da década de sessenta, mas não se sabe o momento preciso. Ela é também conhecida como Vila da Compota, pois diante dela, no terreno onde hoje se encontra a Igreja Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, existia um açude da fábrica e no terreno ocupado atualmente pela igreja passava o Rio Joana.

As casas são compostas de dois quartos, duas salas, banheiro, cozinha e área e possuem pé-direito de aproximadamente 4m. Depois de algumas modificações, algumas ficaram com dois pavimentos e quatro quartos, além de banheiros e área de serviço maiores e algumas vezes coberta. Na época das reformas algumas fachadas foram modificadas, mas em virtude do tombamento, tiveram que retornar às suas características originais.



Figura 57 – Foto da vila 9
Fonte: Foto do autor (2008)



Figura 58 - Planta de situação da vila 9
Fonte: Guimarães (2000)

4.4. Análise da distribuição do espaço das casas das vilas operárias

Dentre as diversas formas de abordagens de uma estrutura arquitetônica existe a leitura física ou corporal. Nela, por meio do estudo do deslocamento dentro de um edifício, é o próprio corpo que decodifica os discursos que este lugar representa. Outra possibilidade consiste em utilizar uma série de ferramentas conceituais, para produzir uma leitura formal desses edifícios, utilizando sua planta como ponto de partida. (Knights 1994; Hillier e Hanson 1984 apud Zarankin 2002).

As condições materiais contribuem para a estruturação das relações sociais e existe uma relação direta entre os princípios geradores, as práticas e a organização do mundo material. O entendimento das rotinas cotidianas das pessoas é construído tendo como referência o mundo material, a arquitetura e o movimento através desses espaços livres (Barret apud Senatore 2002). Neste caso, a análise espacial envolve a integração de dois corpos de

evidência, o arqueológico e o histórico. Ambos podem ser interpretados como formas de discurso (Johnson 1996 apud Senatore 2002) ou, como defendemos, como representação desses discursos que serviram como forma de manipulação de um determinado grupo, o operariado. Partindo da análise das plantas baixas, buscamos integrar a nossa pesquisa mais um elemento na compreensão da ideologia subjacente à construção das vilas operárias.

Através da pesquisa desenvolvida por Zarankin (1999a) em edifícios residenciais na cidade de Buenos Aires, tomamos conhecimento de métodos utilizados na arqueologia para fazer estudos comparativos entre distintas estruturas arquitetônicas (Hillier e Hanson 1984, Blanton 1994, Markus 1993, Zarankin 1999a, 2002). Desta forma, resolvemos empregar em nossa pesquisa os índices de “escala”, “integração” e “complexidade”, desenvolvidos por Blanton (op. cit.), os quais, por sua vez, necessitam da aplicação do modelo “Gamma”, desenvolvido por Hillier e Hanson (1984) e difundidos na arqueologia sul-americana por Zarankin (1999b).

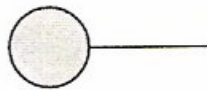
O “modelo Gamma” proposto por Hillier e Hanson (1984) permite que se estabeleça uma base concreta para discutir a representação, quantificação e interpretação da configuração espacial de edifícios e estruturas arquitetônicas. Assim, mediante a análise de variáveis como forma, função e organização espacial, é possível obter-se um panorama básico sobre o modo como os mecanismos de controle e poder encontram-se presentes em uma determinada estrutura. (Zarankin 2002: 86).

Power and control determine the spatial location of individuals and groups – with respect to the outside, to each other, to authority, hierarchy and resource control are the instrumental means through which the relationships are translated into built form – Markus 1993 apud Zarankin 2002).

Assim como Zarankin (1999a, 1999b, 2002), em nossa pesquisa utilizaremos o modelo “Gamma” apenas como uma ferramenta para melhor entendermos e processarmos as plantas das casas das vilas que queremos estudar. Assim, para entendermos as diferentes edificações, vamos decompor as plantas em diferentes nós¹⁷ (nodes) e estabeleceremos as comunicações entre estes (edges). O resultado será um esquema que possibilitará realizar quantificações, a comparação e principalmente inferências sobre as características da residência.

Um dos aspectos que estamos interessados em observar com esse modelo diz respeito às características de circulação da estrutura arquitetônica. Desta maneira, distinguem-se duas formas de configurações espaciais, distributivas e não-distributivas.

Espaços não distributivos são aqueles cuja circulação de entrada e saída só é possível por uma única via.



Já os espaços distributivos são aqueles cuja circulação de entrada e saída pode ser efetuada por mais de uma via.



¹⁷ Maior número possível de espaços físicos circunscritos, delimitados dentro de uma estrutura arquitetônica.

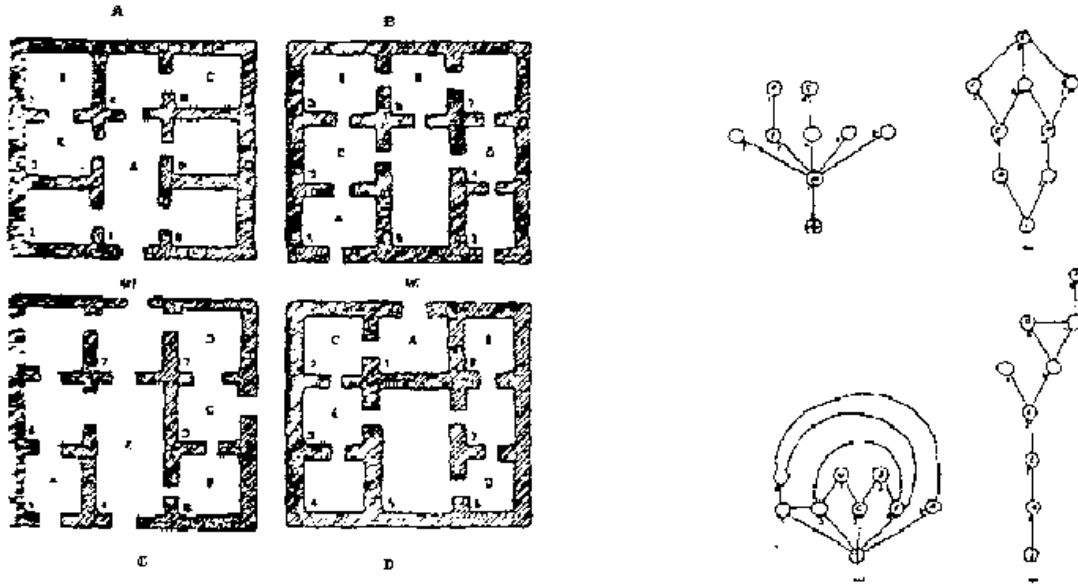


Figura 59 – Exemplo da aplicação do método de análise Gamma
 Fonte: Hillier e Hanson 1984 apud Zarankin 2002: 87

Por exemplo, os casos B e C apresentados por Hillier e Hanson são distributivos, e os casos A e D não-distributivos. As chamadas estruturas não-distributivas caracterizam-se por apresentar altos valores de conexões baixas (uma ou duas conexões por nó – espaço), enquanto que as distributivas, pelo contrário, altos valores de conexões altas (três ou mais por cada nó). Nas estruturas distributivas, poder e controle estão distribuídos de maneira homogênea e possuem, portanto, um caráter mais democrático (Hillier e Hanson 1984, Markus 1993a apud Zarankin 2002). Sendo assim, as estruturas não-distributivas concentram poder e controle, priorizando alguns espaços em relação a outros, de modo a hierarquizá-los.

Outro aspecto que a análise “Gamma” permite levar em consideração está relacionado com o grau de acessibilidade dos espaços dentro de uma estrutura arquitetônica. Esta acessibilidade é medida em função da profundidade dos espaços em relação ao exterior. O resultado demonstrará o isolamento ou a dificuldade de acesso que cada espaço apresenta. Segundo

Zarankin (2002: 89), as interpretações sugeridas vão desde uma situação ligada à proliferação de idéias sobre a intimidade, até a materialização de uma arquitetura de controle e desigualdade.

“A utilização do modelo Hillier e Hanson não consiste simplesmente em uma tarefa mecânica de tradução de projetos em esquemas gráficos, mas, pelo contrário, trata-se de um trabalho delicado que implica tomada de decisão por parte do pesquisador e a explicitação dos critérios usados nesse processo”. (Grahame 1995 apud Zarankin 2002: 89).

No caso da nossa pesquisa, a utilização deste modelo servirá para uma leitura básica das residências, como forma de complementar o entendimento da lógica de funcionamento das casas. Como não tivemos acesso ao interior das moradias, utilizaremos as plantas realizadas pelo levantamento feito por Guimarães (2000), que por sua vez também não é completo. O autor não teve acesso permitido a todas as residências, e com isso não pôde registrar todos os tipos existentes.

Este modelo, por outro lado, produz algumas distorções e limitações, como por exemplo, a impossibilidade de se diferenciar a funcionalidade de cada espaço. Para tentar compensar essa deficiência, faremos o cálculo percentual da área (m²) destinada aos quatro principais setores de uma residência: setor social, íntimo, serviço e de circulação. Entretanto, para interpretar o modelo “Gamma” utilizaremos os índices determinados por Blanton (1994).

Esse autor elaborou um modelo comparativo para analisar estruturas arquitetônicas e estudar como diferentes fatores socioculturais e econômicos influem na concepção e uso das unidades domésticas. Partindo do modelo “Gamma” de Hillier e Hanson, ele desenvolveu uma série de índices

denominados: índice de escala (IE), índice de integração (II) e índice de complexidade (IC)¹⁸.

IE : equivale ao número de nós do gráfico. IE = quantidade de nós

II: este se refere à circulação de uma estrutura e mostra o grau de restrição desta área. É obtido dividindo-se a quantidade de nós pela quantidade de portas ou passagens na estrutura. O resultado mínimo possível é um (1), pois qualquer cômodo tem pelo menos uma conexão. Logo, o máximo de restrição é igual a 1, e esta diminui à medida que aumenta o índice de integração . Desta forma, o índice de integração é obtido dividindo-se a quantidade de conexões pela quantidade de nós.

IC: Divide-se em dois tipos (A e B). ICA = quantidade de conexões entre os nós. ICB= acessibilidade de cada nó com o exterior (quantos cômodos são necessários atravessar).

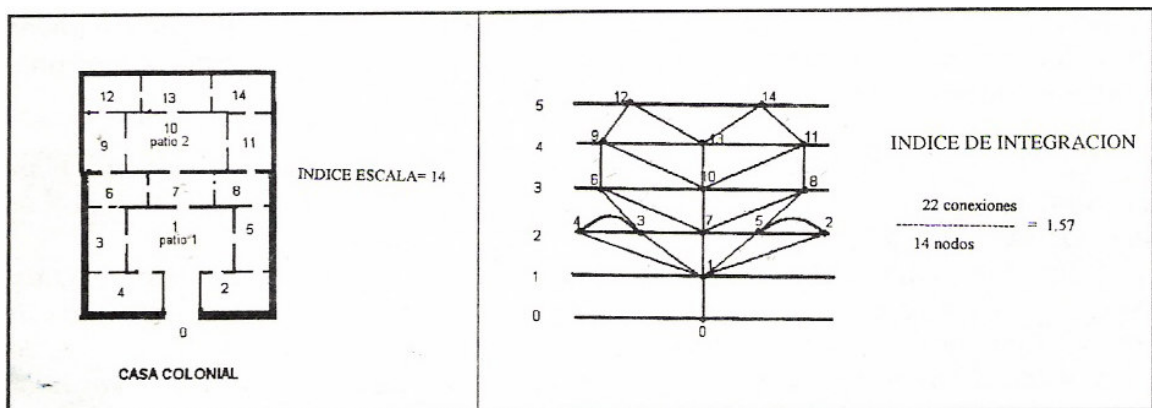
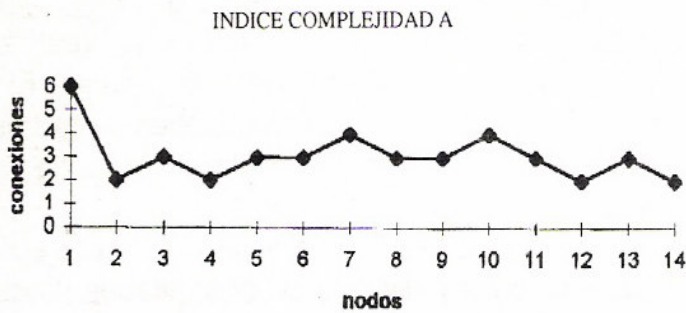
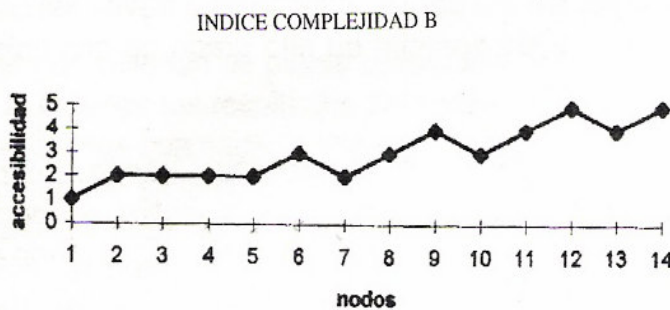


Figura 60 - Exemplo da aplicação do modelo de Blanton
Fonte: Zarankin 1999: 256

¹⁸ Em nosso caso e assim como Zarankin (1999, 2002) aplicaremos com modificações, como por exemplo não considerando o "afora" como nó.



nº nodo	conexiones
1	6
2	2
3	3
4	2
5	3
6	3
7	4
8	3
9	3
10	4
11	3
12	2
13	3
14	2
total 45	



nº nodo	accesibilidad
1	1
2	2
3	2
4	2
5	2
6	3
7	2
8	3
9	4
10	3
11	4
12	5
13	4
14	5
total 47	
promedio 3,3	

Figura 61 - Exemplo da aplicação do modelo
 Fonte: Zarankin 1999: 257

De forma resumida, o modelo permite que das plantas das casas se construa um gráfico “Gamma”, sobre o qual serão aplicados índices. Como as casas foram construídas em épocas distintas, o resultado permitirá uma análise comparativa entre os diferentes tipos residência, bem como observar se ocorreram mudanças significativas ao longo do período em que foram construídas. Conforme assinalou Zarankin (2002), a escolha deste modelo, adaptado ao estudo de caso, implica obter apenas uma aproximação geral, em escala micro (casas), e que poderá ser aperfeiçoada mediante a consideração de outras variáveis, uma vez que utilizaremos apenas algumas residências

como exemplo. Devendo-se contudo, em outra oportunidade, levar em consideração outros fatores, como a escala macro (vilas e fábrica).

Vila 2

A vila 2, como citado anteriormente, possui a fachada mais simples se comparada às das outras vilas, composta somente de porta e janela. Cada casa possui uma área total construída de apenas 29,94 m². Destes, 31% são destinados ao setor de serviço, 32% destinados ao setor social e 37% destinados ao setor íntimo. Ao analisarmos a planta, percebemos que, embora não exista um corredor, o eixo central de circulação da residência divide exatamente o setor íntimo (quartos) do setor social (sala e cozinha) indo em direção à área de serviço ao fundo. Trata-se de uma residência não-distributiva, como indica o resultado do índice de integração de 1 (ou seja, uma média de uma única passagem ou conexão por cômodo). O gráfico de conexões permite uma melhor avaliação, mostrando claramente que os valores mais altos de conexões correspondem apenas à sala e à cozinha, sendo que a primeira controla a circulação de toda a residência. Entretanto, a sala localiza-se em frente ao quarto teoricamente destinado ao quarto de procriação, ou seja, deste quarto é possível não apenas controlar a circulação de toda a casa, apenas abrindo-se a porta, como também se pode ter o controle visual da rua pela janela. O segundo quarto, possivelmente destinado aos filhos, além de não possuir janelas, fica de frente para a cozinha e próximo à área de serviço. Por esses motivos, não apenas dele se tem um menor controle visual da casa, como também nenhuma visibilidade para o exterior. O índice de complexidade B, de 2,5, significa que é necessário atravessar uma média de 2,5 cômodos

para sair do edifício. Entretanto, o alto grau de confinamento da estrutura é demonstrado pelo gráfico do índice de integração, onde é possível verificar que mesmo não dispondo de um corredor, a casa foi projetada em profundidade, tendo apenas dois cômodos fora desse eixo principal. Além disso, o gráfico demonstra dois picos, em valores de profundidade altos, 3 (para dois cômodos – cozinha e quarto) e 4 (banheiro) para uma casa com apenas 6 cômodos. A análise Gamma, que indica o tipo de organização espacial, reforça que se trata de uma estrutura não-distributiva. Na maioria dos casos, os nós estão ligados entre si por meio de conexões em que se faz necessário atravessar um para chegar ao outro, não havendo alternativas de circulação.

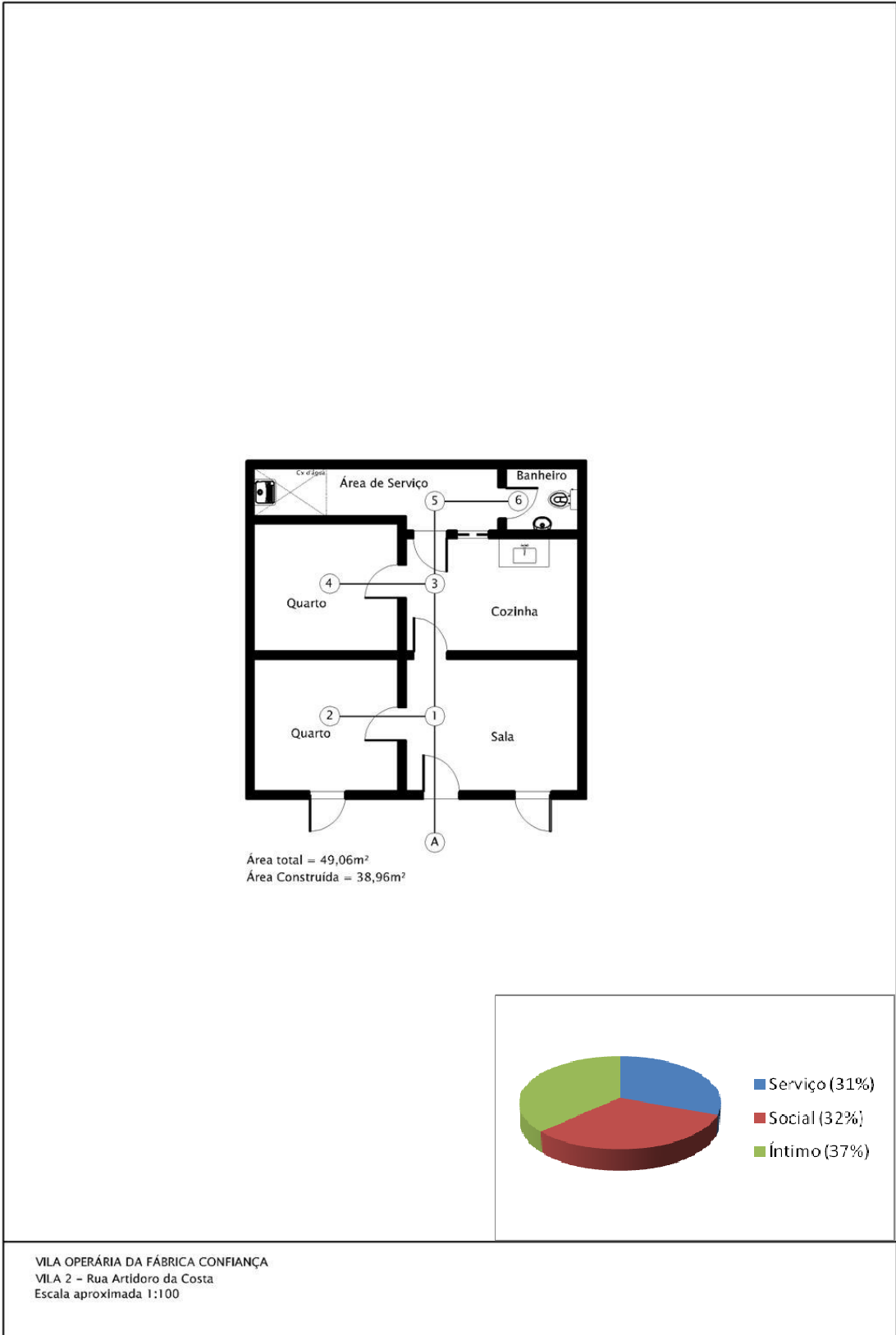
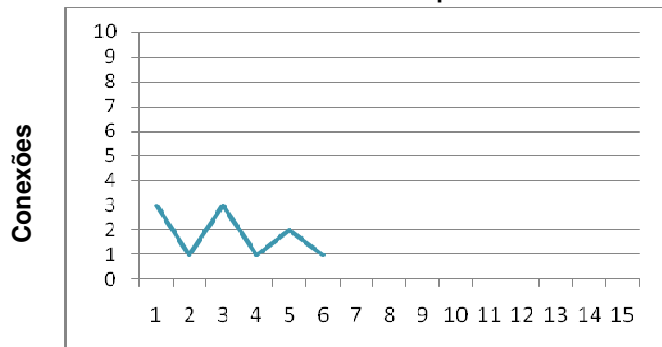


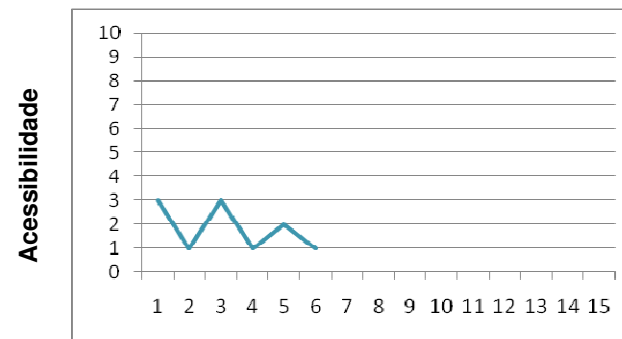
Figura 62 – Planta baixa de uma habitação da vila 2
 Fonte: Guimarães (2000)

Vila 2 - Índice de complexidade A

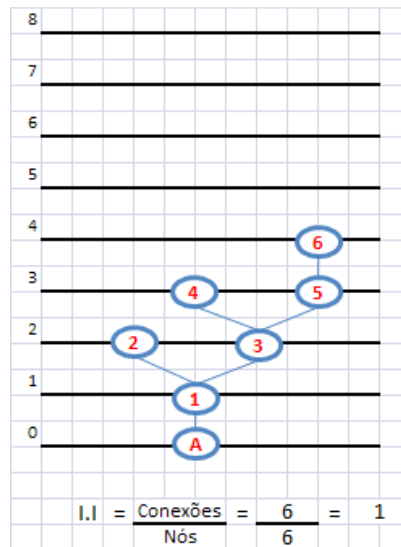


Nº de nós	Conexões
1	3
2	1
3	3
4	1
5	2
6	1
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	11

Vila 2 - Índice de complexidade B



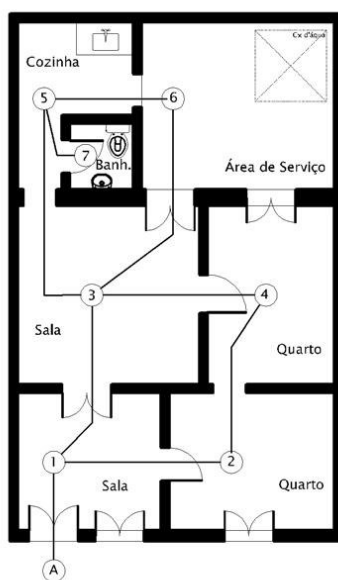
Nº de nós	Acessibilidade
1	1
2	2
3	2
4	3
5	3
6	4
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	15
I. Complex. B = Média	
I. Complex. B	15/6 = 2,5



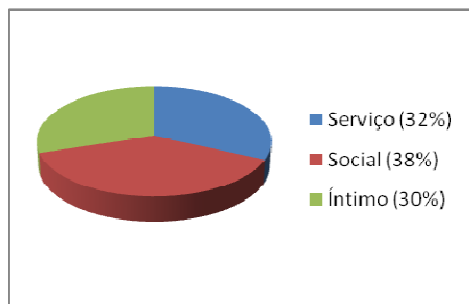
Índice de Escala	Índice de integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
6	6/6 = 1	11	2,5

Vila 3

Com uma área total de 57,83 m², sendo 41,87 m² de área construída, destes, 32% são destinados ao setor de serviço, 38% ao setor social e 30% ao setor íntimo. As casas desta vila apresentam um pé-direito de 3,35 m e porão alto para ventilação. Suas fachadas apresentam porta, duas janelas (quarto e sala da frente), escada de acesso e beiral de 60 cm, além de vãos para ventilação dos porões, quando existentes. Trata-se de uma vila construída na década de 1920 (Guimarães 2000). Observando-se a planta de uma de suas casas, verifica-se a existência de duas salas, sendo que em uma delas está concentrada a maior distribuição da residência, com 4 conexões. Com índice de escala 7, esta residência possui apenas um cômodo a mais que as residências da vila 2. Quanto à organização espacial, podemos destacar que este tipo possui um espaço bem definido (sala) que assume o papel de espaço central, ao qual outros 4 cômodos se conectam. Desta forma, este tipo permite circulações alternativas dentro da residência, não sendo obrigatório atravessar um mesmo caminho para se chegar ao banheiro ou a um dos quartos, por exemplo. O índice de integração é de 1,28, o que confirma essa maior distribuição da circulação. O gráfico das conexões apresenta valores sempre superiores a 2 (ou seja, todos os cômodos possuem ao menos duas formas de entrada e/ou saída). Já o índice de complexidade B, de 2,57 demonstra que a média de isolamento com relação ao exterior pouco foi alterada, se comparada à vila 2. Entretanto, o gráfico Gamma demonstra como as casas desta vila possuem uma maior possibilidade de circulação.



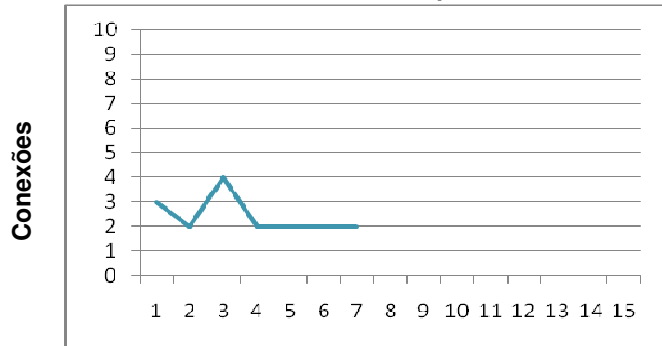
Área total = 57,83m²
 Área Construída = 41,87m²



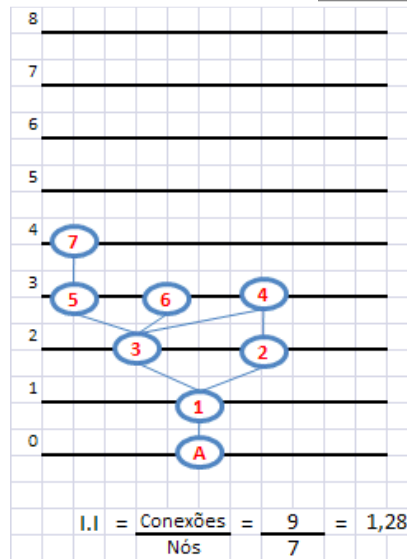
VILA OPERÁRIA DA FÁBRICA CONFIANÇA
 VILA 3 - Rua Artidoro da Costa
 Escala aproximada 1:100

Figura 63 – Planta baixa de uma habitação da vila 3
 Fonte: Guimarães (2000)

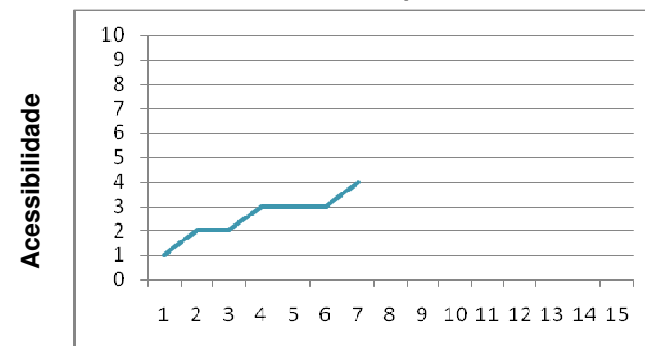
Vila 3 - Índice de complexidade A



Nº de nós	Conexões
1	3
2	2
3	4
4	2
5	2
6	2
7	2
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	17



Vila 3 - Índice de complexidade B



Nº de nós	Acessibilidade
1	1
2	2
3	2
4	3
5	3
6	3
7	4
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	18
I. Complex. B = Média	
I. Complex. B	18/7 = 2,57

Índice de Escala	Índice de integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
7	9/7 = 1,28	17	2,57

Vila 4

Esta vila foi construída também na década de 1920. É composta de 12 casas, com pé-direito de 4 m. As fachadas possuem uma porta e duas janelas com ombreiras, verga e sobreverga sobre a porta e janelas, escada de acesso, arquitrave e beiral de 60 cm. Por não haver platibanda, é possível ver a cobertura em telha francesa. Com 70,66 m² de área total, tem 47,63 m² de área construída. Destes, 39% são destinados ao setor de serviço, 33% ao setor social, e 30% destinados ao setor íntimo.

Apesar de suas plantas possuírem uma configuração aparentemente semelhante às da vila 3, essas casas apresentam uma estrutura não-distributiva. O índice de integração de 1 confirma essa tendência. Desta maneira, fica claro que não existe circulação alternativa. O gráfico de conexões aponta para uma quantidade alta de cômodos (4) com apenas uma porta de acesso.

O índice de complexidade B, de 2,71, indica o alto grau de isolamento dos espaços em relação ao exterior, e o gráfico de acessibilidade, em pirâmides, reforça esta avaliação. Embora suas casas possuam o mesmo número de cômodos que as da vila 3, e a configuração das suas plantas seja quase idêntica, estas residências não possuem um cômodo de distribuição, no caso a sala, nos moldes da mesma vila 3.

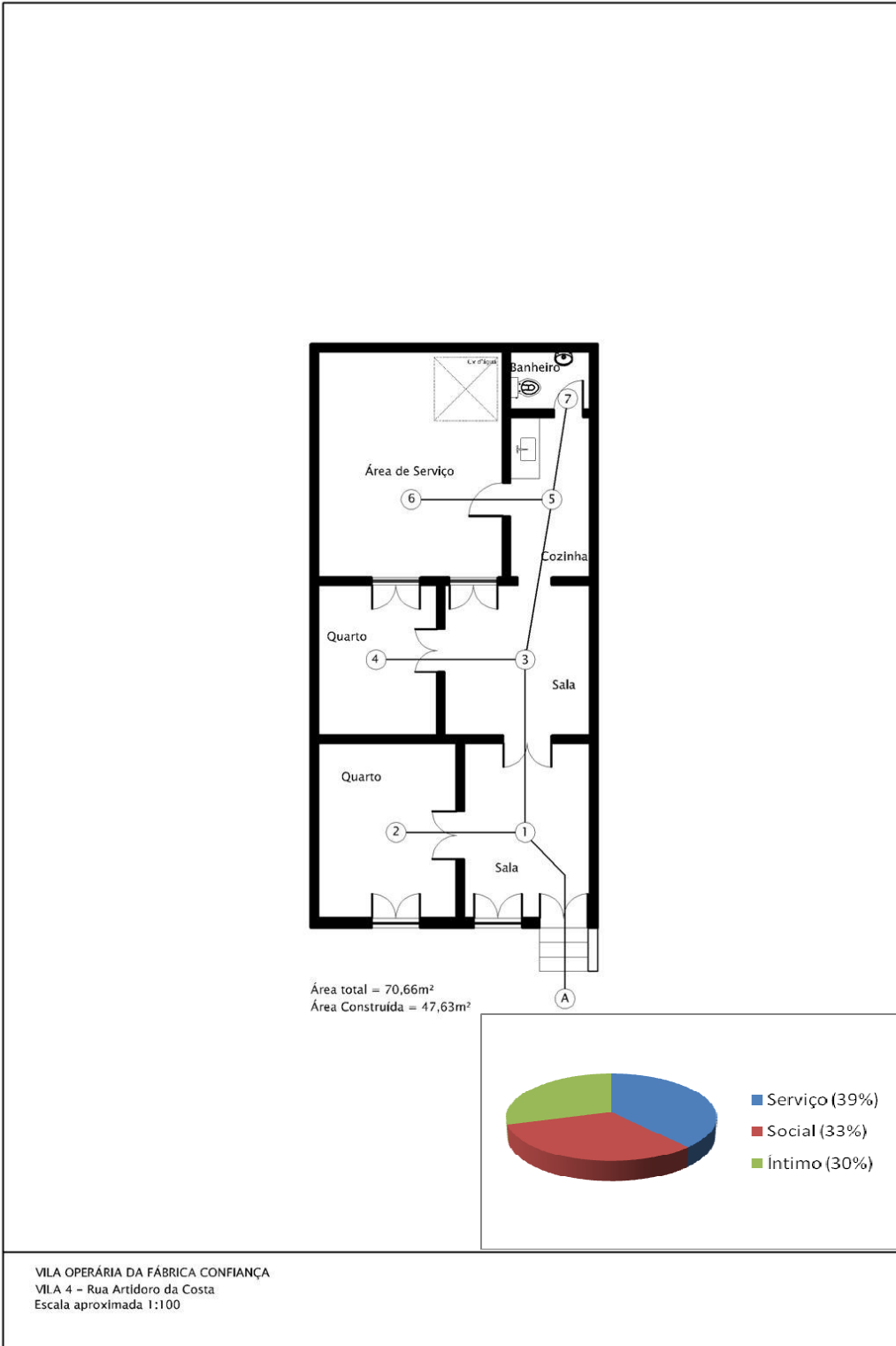
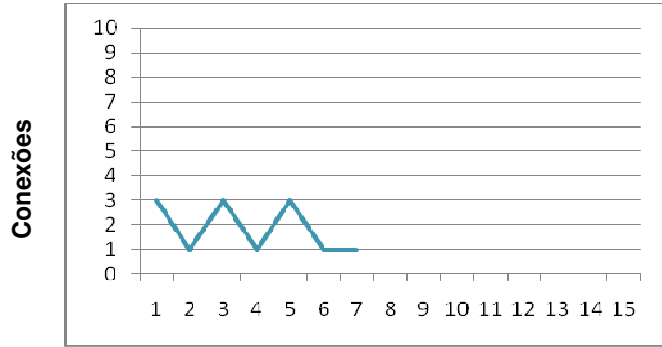


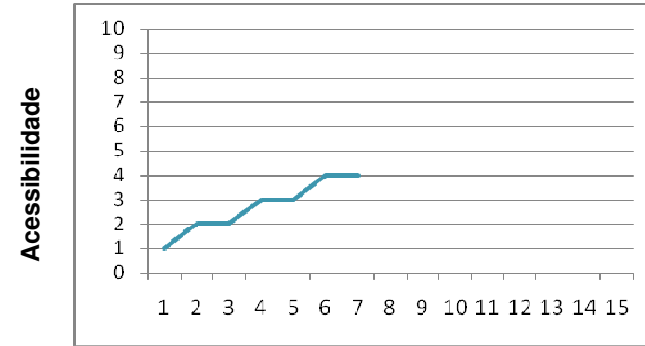
Figura 64 – Planta baixa de uma habitação da vila 4
 Fonte: Guimarães (2000)

Vila 4 - Índice de complexidade A

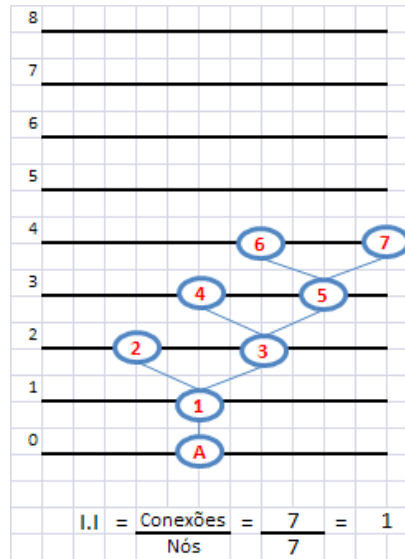


Nº de nós	Conexões
1	3
2	1
3	3
4	1
5	3
6	1
7	1
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	13

Vila 4 - Índice de complexidade B



Nº de nós	Acessibilidade
1	1
2	2
3	2
4	3
5	3
6	4
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	19
I. Complex. B = Média	
I. Complex. B	19/7 = 2,71



Índice de Escala	Índice de integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
7	7/7 = 1	13	2,71

Vila 5a

Este foi o primeiro grupo de vilas construído para os funcionários da fábrica. Suas casas são todas de dois pavimentos (sobrado). Apresentam um pé direito alto, de 4,10 m, e piso no nível da rua. Estas casas são as de melhor espaço interno. Possuem uma área total de 121,8 m² sendo 78,11 m² de área construída. Destes, 36% são destinados ao setor de serviço, 28% ao setor social, 27% ao setor íntimo e 9% são destinados à circulação. As fachadas destes sobrados são tidas como símbolo da Vila Operária Confiança, cada casa apresentando no embasamento térreo uma porta e uma janela, com ombreiras, vergas e sobreverga, arquitrave sobre os vãos, e frisos verticais em alto relevo nas arestas do conjunto. No segundo pavimento, há duas janelas com ombreiras, vergas e sobreverga, arquitrave, cornija e platibanda.

Embora essas casas possuam dois pavimentos e tenham a maior área construída dentre os diferentes tipos, elas têm índice de integração igual a 1 e apenas nove cômodos. Trata-se de uma residência não-distributiva. O alto índice de complexidade B (igual a 3,33) demonstra o alto grau de isolamento e confinamento de seus espaços internos. O gráfico em pirâmide do índice de complexidade A reforça a pouca conectividade dos aposentos. Entretanto, podemos verificar nesta casa a existência de uma escada e um pequeno hall de distribuição, elementos de circulação inexistentes nos demais tipos avaliados.

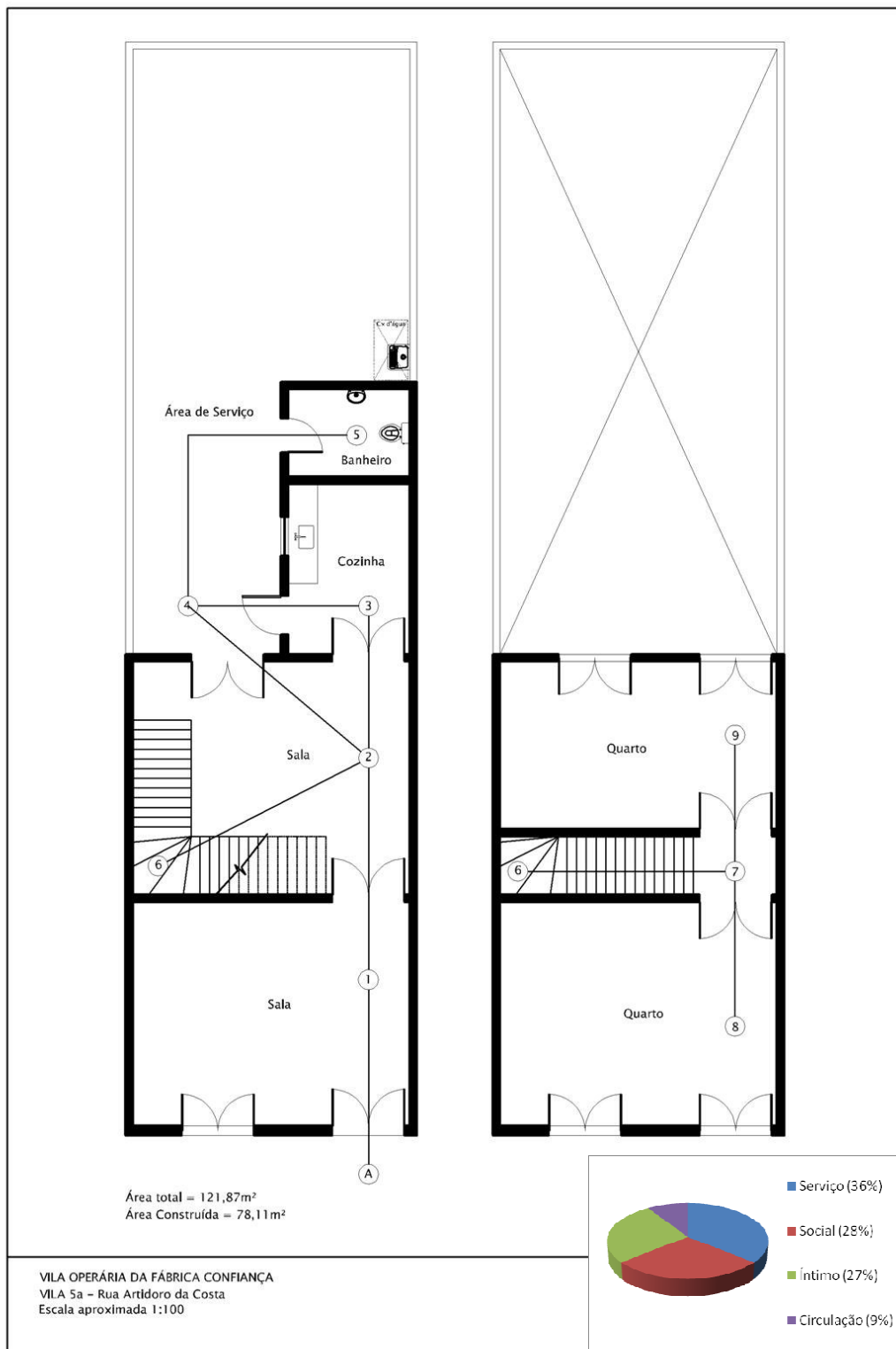
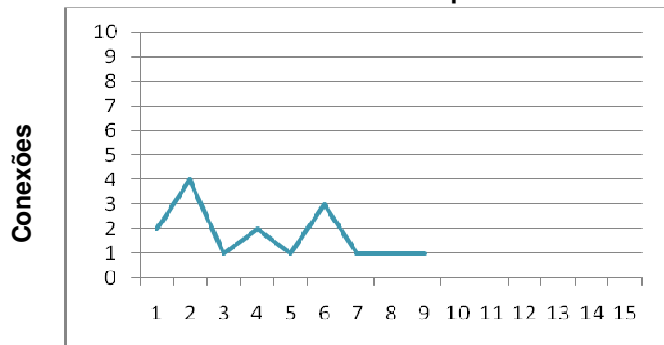


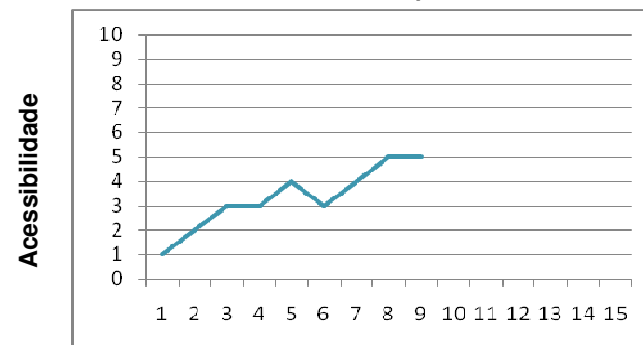
Figura 65 – Planta baixa de uma habitação da vila 5a
 Fonte: Guimarães (2000)

Vila 5a - Índice de complexidade A

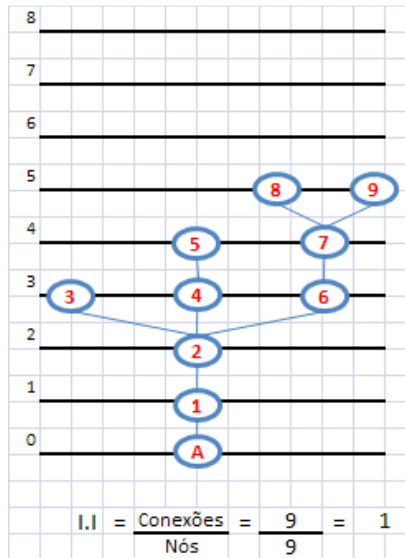


Nº de nós	Conexões
1	2
2	4
3	1
4	2
5	1
6	3
7	1
8	1
9	1
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	16

Vila 5a - Índice de complexidade B



Nº de nós	Acessibilidade
1	1
2	2
3	3
4	3
5	4
6	3
7	4
8	5
9	5
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	30
I. Complex. B = Média	
I. Complex. B	30/9 = 3,33



Índice de Escala	Índice de integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
9	9/9 = 1	16	3,33

Vila 5b

As casas desta vila são internas e têm um padrão diferente das de rua (sobrados). São casas de um único pavimento, com pé direito de 4,40 m, e piso no nível da rua. Suas fachadas são mais simples que as dos sobrados (Vila 5a), compostas por porta e janela com apenas um friso envolvendo-as, além de beiral.

Possuem uma área total de 66,18 m² sendo 33,20 m² de área construída. Destes, 53% destinados são destinados ao setor de serviço, 25% ao setor social, e 22% ao setor íntimo. Da mesma forma que as outras casas térreas de outras vilas, estamos diante, novamente, de um modelo não-distributivo (índice de integração igual a 1). Possuindo sete cômodos, sendo três com apenas uma conexão (acesso) e com índice de complexidade B de 2,85, apresentando pico de 5, fica claro o alto grau de isolamento dos espaços com relação ao exterior.

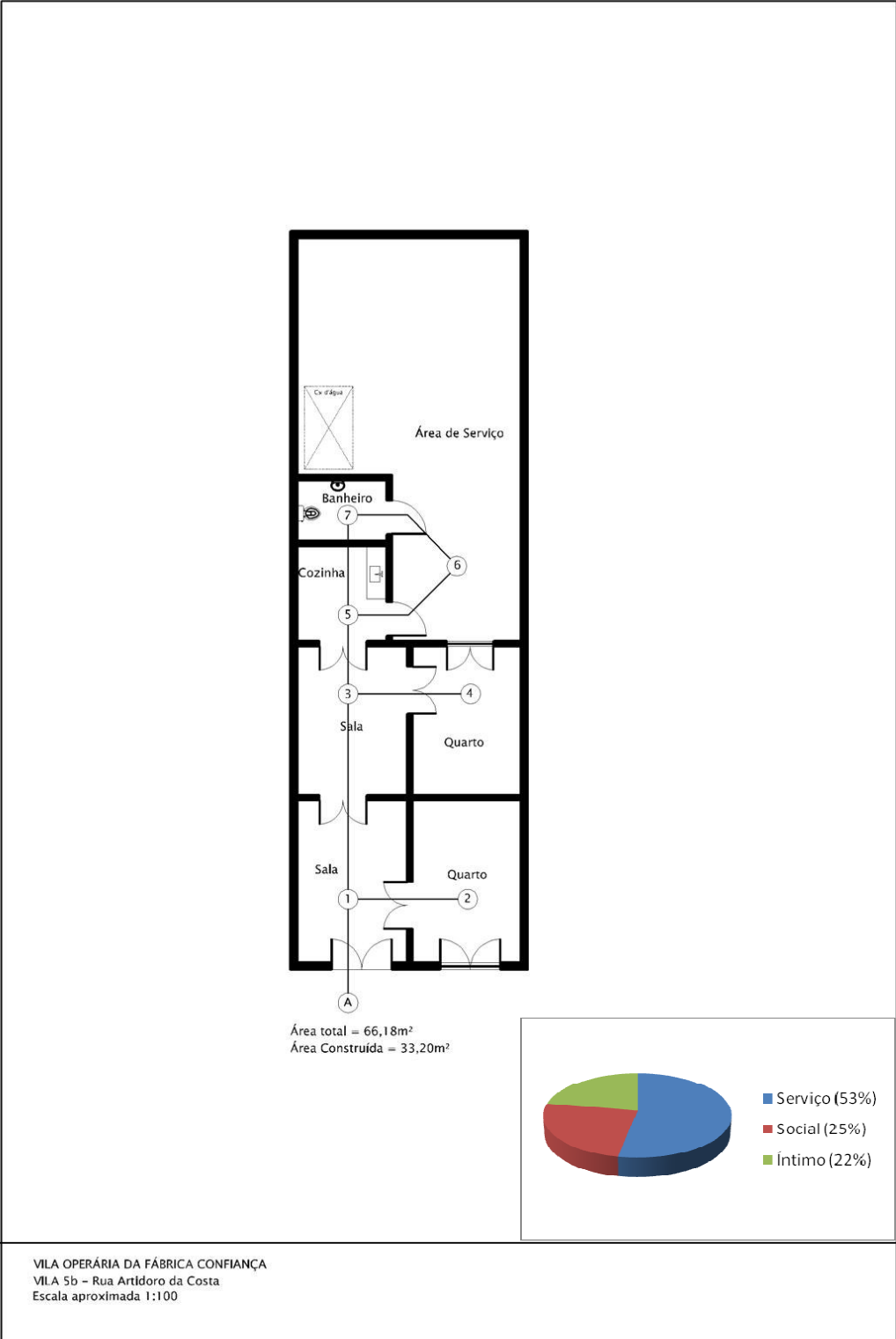
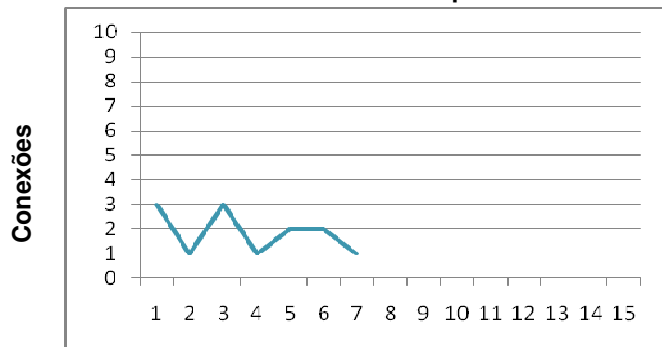
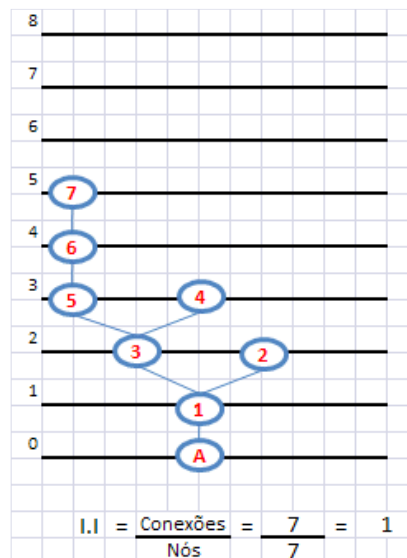


Figura 66 – Planta baixa de uma habitação da vila 5b
 Fonte: Guimarães (2000)

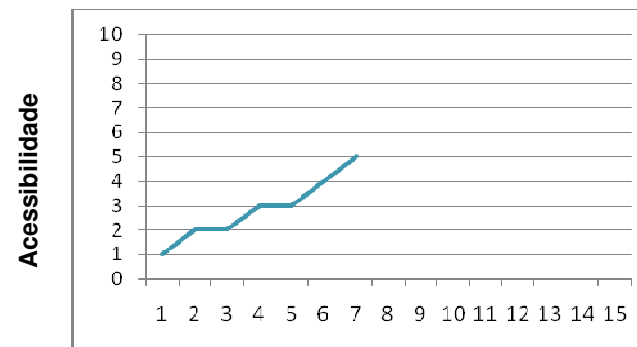
Vila 5b - Índice de complexidade A



Nº de nós	Conexões
1	3
2	1
3	3
4	1
5	2
6	2
7	1
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	13



Vila 5b - Índice de complexidade B



Nº de nós	Acessibilidade
1	1
2	2
3	2
4	3
5	3
6	4
7	5
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	20
I. Complex. B = Média	
I. Complex. B	$20/7 = 2,85$

Índice de Escala	Índice de integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
7	$7/7 = 1$	13	2,85

Vila 6

Estas casas possuem piso elevado, pé direito de 4,40 m e fachadas com porta e janela com ombreiras, vergas e sobrevergas, arquitraves, cornija e platibanda. Construídas na década de 1920, possuem uma área de 135,68 m², sendo destes 76,48 m² de área construída. Destes, 52% são destinados ao setor de serviço, 25% ao setor social, 21% ao setor íntimo e 2% são destinados à circulação.

O índice de integração destas residências é de 1,12 e índice de complexidade A de 17. O gráfico de conexões demonstra que de seus oito cômodos apenas três possuem acessibilidade superior a dois. Já o índice de complexidade B de 3 demonstra a mais alta profundidade dentre todas as vilas, ou seja, é necessário atravessar uma média de três cômodos para alcançar o exterior. O modelo Gamma demonstra uma simetria na casa na parte anterior. Entretanto, à medida que se adentra em direção aos fundos da casa, as restrições aumentam. A área destinada à circulação nesta residência é mínima, representada pelo espaço anterior a entrada da cozinha, que permite uma circulação alternativa para a área de serviço ou para a própria cozinha.

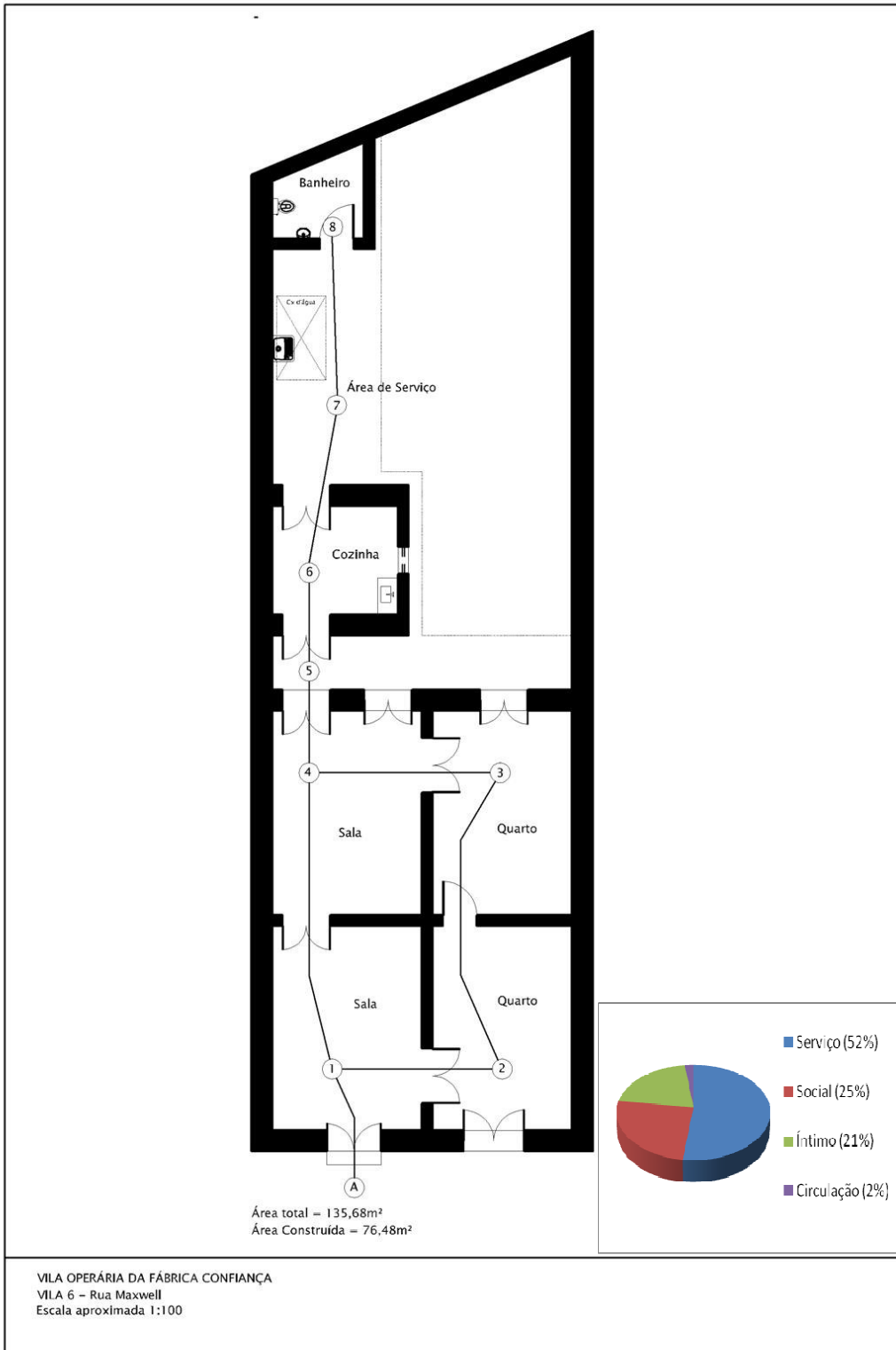
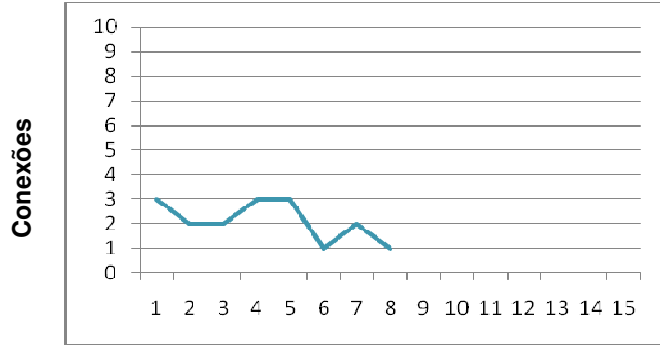


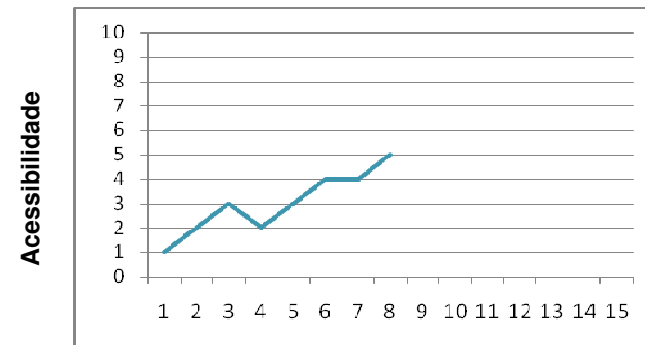
Figura 67 – Planta baixa de uma habitação da vila 6
 Fonte: Guimarães (2000)

Vila 6 - Índice de complexidade A

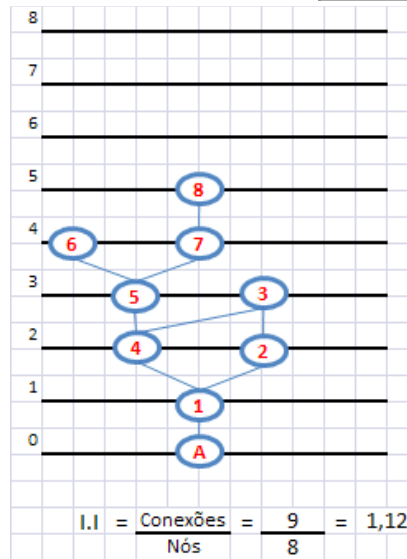


Nº de nós	Conexões
1	3
2	2
3	2
4	3
5	3
6	1
7	2
8	1
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	17

Vila 6 - Índice de complexidade B



Nº de nós	Acessibilidade
1	1
2	2
3	3
4	2
5	3
6	4
7	4
8	5
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	24
I. Complex. B = Média	
I. Complex. B	24/8 = 3



Índice de Escala	Índice de integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
8	9/8 = 1,12	17	3

Vila 7

As casas desta vila foram construídas no final do século XIX, possuem um pé direito de 4,05 m, piso elevado e uma área total de 75,14 m², sendo 51,77 m² de área construída. Destes, 36% são destinados ao setor de serviço, 38% ao setor social e 26% ao setor íntimo.

Sua fachada tem a singularidade de ser a única a apresentar cantaria, vergas e ombreiras além de sobreverga, arquitrave, cornija e platibanda. Possui índice de integração de 1,42. Embora apresente um índice de complexidade A de 19, o gráfico demonstra que, com exceção do banheiro, que possui somente uma conexão, e da cozinha, que possui duas, todos os cômodos têm mais de duas conexões (acessos). Entretanto, o índice de complexidade B, de 2,85, com o pico no gráfico marcando 5, demonstra o alto grau de profundidade desta casa. O modelo Gamma atesta que este tipo de residência, além de possuir a maior opção de circulação entre os cômodos, apresenta a planta mais simétrica dentre todas analisadas.

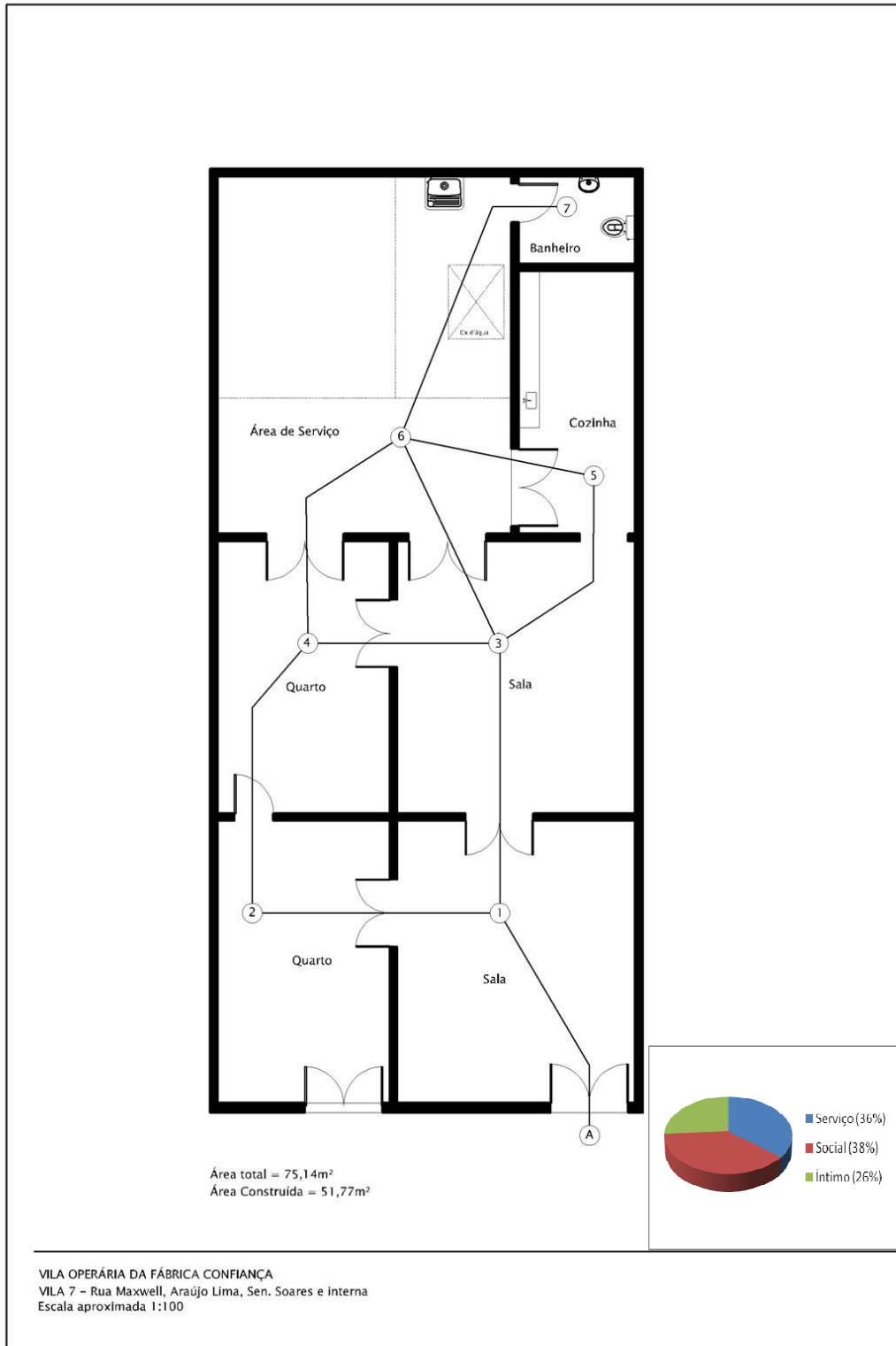
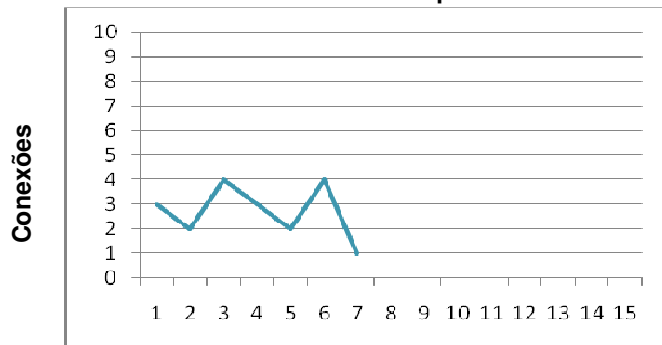


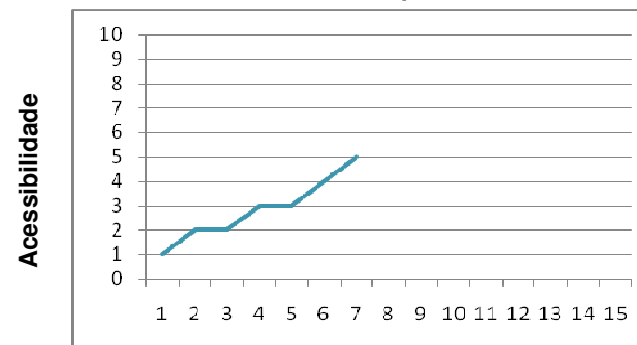
Figura 68 – Planta baixa de uma habitação da vila 7
 Fonte: Guimarães (2000)

Vila 7 - Índice de complexidade A

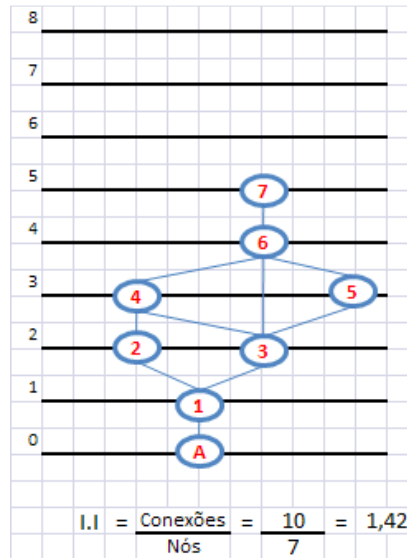


Nº de nós	Conexões
1	3
2	2
3	4
4	3
5	2
6	4
7	1
8	0
9	0
10	0
11	0
12	0
13	0
14	0
15	0
Total	19

Vila 7 - Índice de complexidade B



Nº de nós	Acessibilidade
1	1
2	2
3	2
4	3
5	3
6	4
7	5
8	0
9	0
10	0
11	0
12	0
13	0
14	0
15	0
Total	20
I. Complex. B = Média	
I. Complex. B	20/7 = 2,85



Índice de Escala	Índice de integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
7	10/7 = 1,42	19	2,85

Vila 8

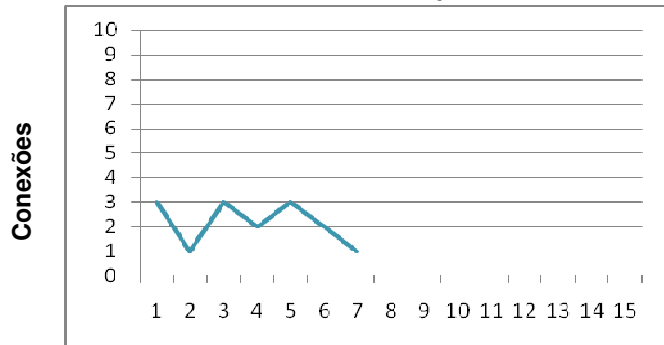
Esta é a maior das vilas, também construída no final do século XIX. A fachada não apresenta muitos detalhes, apenas uma porta e janela, vergas e ombreiras e beiral de 60 cm. Suas casas possuem uma área total de 78,56 m², sendo 42,14 m² de área construída, com destaque para a ampla área de serviço nos fundos da casa. Do total de área construída, 49% são destinados ao setor serviço, 28% ao setor social e 23% ao setor íntimo.

Com índice de integração de 1,14, estamos novamente diante de uma residência não-distributiva. Com índice de complexidade A de 15, e o gráfico de conexões demonstrando formação em pirâmides, fica claro que estamos diante de uma residência de pouca acessibilidade. O índice de complexidade B de 2,71 não é dos mais altos, se comparado com o da vila 7. O gráfico de acessibilidade e o modelo Gamma demonstram o alto índice de profundidade da residência.

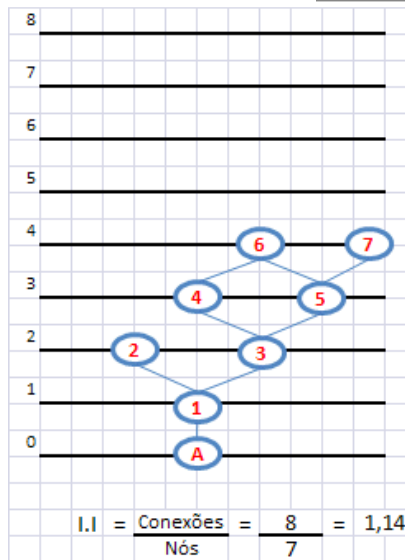


Figura 69 – Planta baixa de uma habitação da vila 8
 Fonte: Guimarães (2000)

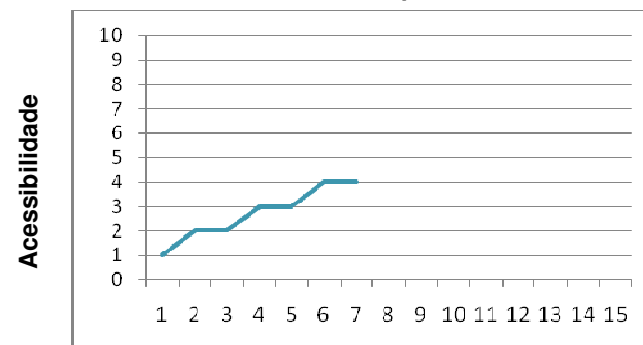
Vila 8 - Índice de complexidade A



Nº de nós	Conexões
1	3
2	1
3	3
4	2
5	3
6	2
7	1
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	15



Vila 8 - Índice de complexidade B



Nº de nós	Acessibilidade
1	1
2	2
3	2
4	3
5	3
6	4
7	4
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
Total	19
I. Complex. B = Média	
I. Complex. B	19/7 = 2,71

Índice de Escala	Índice de integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
7	8/7 = 1,14	15	2,71

Vila 9

As casas desta vila possuem uma área total de 84,82 m², sendo 36,65 m² de área construída. Destes, 57% são destinados ao setor de serviço, 28% ao setor social e 15% ao setor íntimo. Suas fachadas apresentam porta, janelas com ombreiras, vergas, arquitrave e beiral de 60 cm.

Embora de tamanhos distintos, estas casas possuem plantas muito semelhantes às da vila 8, diferindo apenas no tamanho de seus cômodos. Os dados obtidos com o índice de integração de 1, índice de complexidade A de 13 e índice de complexidade B de 2,85 repetem exatamente os resultados anteriores. Sendo assim, estamos mais uma vez diante de uma residência não-distributiva, com alto índice de profundidade média de seus cômodos com relação à área externa.

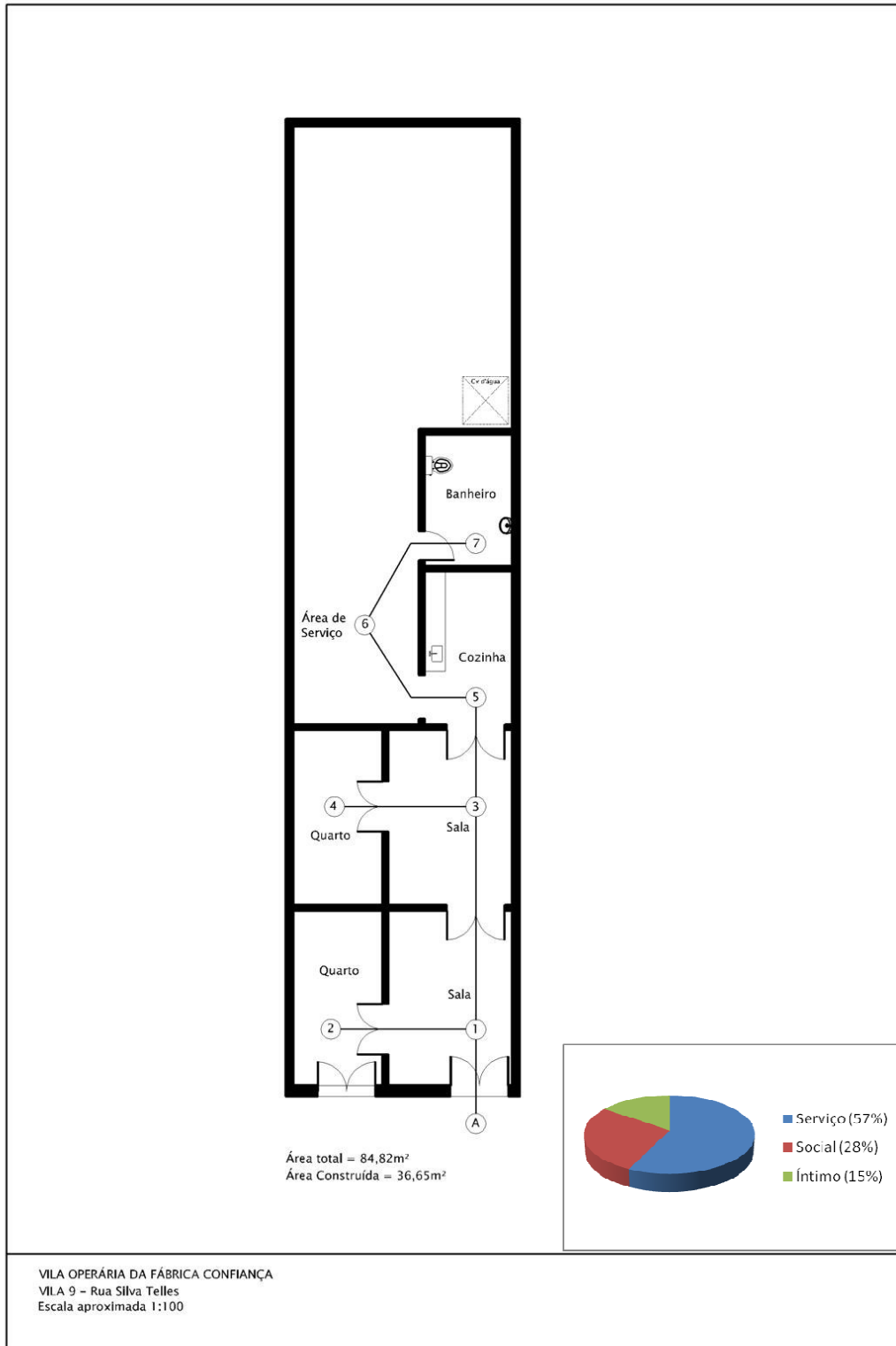
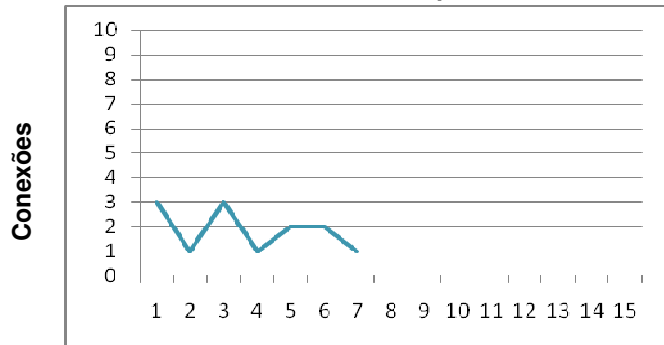
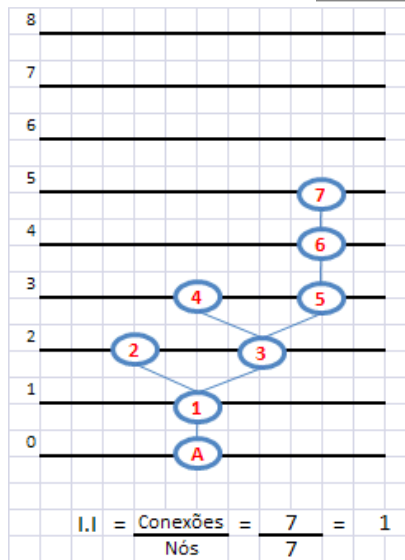


Figura 70 – Planta baixa de uma habitação da vila 9
 Fonte: Guimarães (2000)

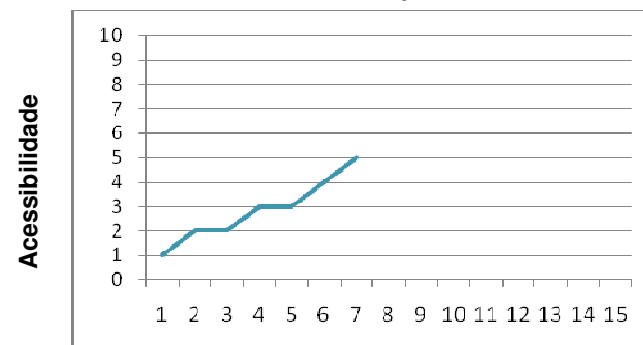
Vila 9 - Índice de complexidade A



Nº de nós	Conexões
1	3
2	1
3	3
4	1
5	2
6	2
7	1
8	0
9	0
10	0
11	0
12	0
13	0
14	0
15	0
Total	13



Vila 9 - Índice de complexidade B



Nº de nós	Acessibilidade
1	1
2	2
3	2
4	3
5	3
6	4
7	5
8	0
9	0
10	0
11	0
12	0
13	0
14	0
15	0
Total	20
I. Complex. B = Média	
I. Complex. B	20/7 = 2,85

Índice de Escala	Índice de integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
7	7/7 = 1	13	2,85

Tabela comparativa do índice de complexidade A de todos os tipos de residências identificados nas vilas da Fábrica Confiança

	Vila 2	Vila 3	Vila 4	Vila 5a	Vila 5b	Vila 6	Vila 7	Vila 8	Vila 9
Nº de nós	Conexões	Conexões	Conexões	Conexões	Conexões	Conexões	Conexões	Conexões	Conexões
1	3	3	3	2	3	3	3	3	3
2	1	2	1	4	1	2	2	1	1
3	3	4	3	1	3	2	4	3	3
4	1	2	1	2	1	3	3	2	1
5	2	2	3	1	2	3	2	3	2
6	1	2	1	3	2	1	4	2	2
7		2	1	1	1	2	1	1	1
8				1		1			
9				1					
10									
11									
12									
13									
14									
15									
Total	11	17	13	16	13	17	19	15	13

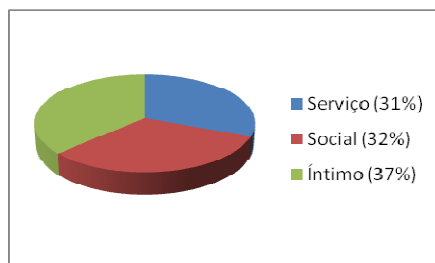
Média	14,89
--------------	-------

Tabela comparativa do índice de complexidade B de todos os tipos de residências identificados nas vilas da Fábrica Confiança

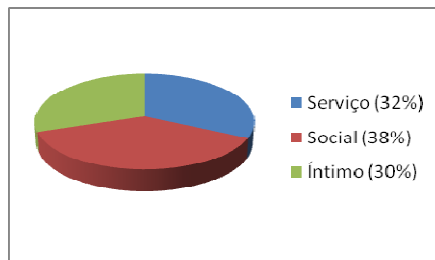
	Vila 2	Vila 3	Vila 4	Vila 5a	Vila 5b	Vila 6	Vila 7	Vila 8	Vila 9
Nº de nós	Acessibilidade	Acessibilidade	Acessibilidade	Acessibilidade	Acessibilidade	Acessibilidade	Acessibilidade	Acessibilidade	Acessibilidade
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
3	2	2	2	3	2	3	2	2	2
4	3	3	3	3	3	2	3	3	3
5	3	3	3	4	3	3	3	3	3
6	4	3	4	3	4	4	4	4	4
7		4	4	4	5	4	5	4	5
8				5		5			
9				5					
10									
11									
12									
13									
14									
15									
Total	15	18	19	30	20	24	20	19	20

Média	20,56
--------------	-------

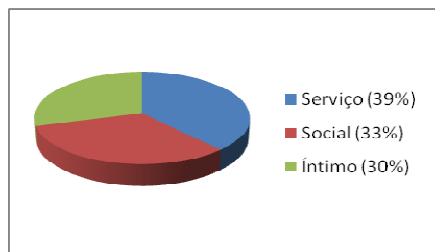
Vila 2	
Serviço	31%
Social	32%
Íntimo	37%



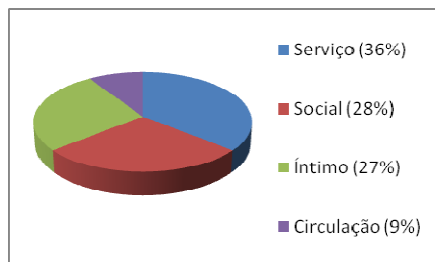
Vila 3	
Serviço	32%
Social	38%
Íntimo	30%



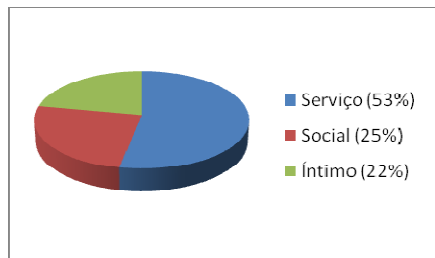
Vila 4	
Serviço	39%
Social	33%
Íntimo	30%



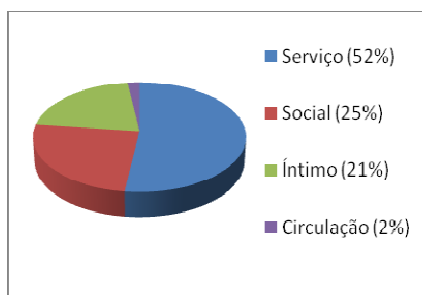
Vila 5a	
Serviço	36%
Social	28%
Íntimo	27%
Circulação	9%



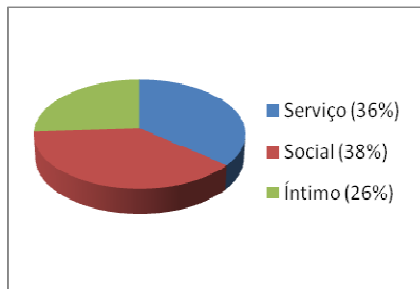
Vila 5b	
Serviço	53%
Social	25%
Íntimo	22%



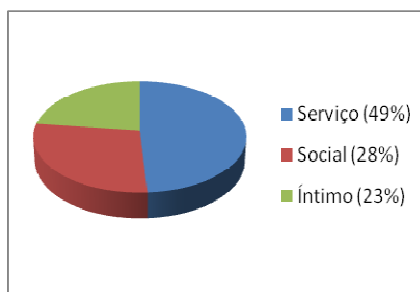
Vila 6	
Serviço	52%
Social	25%
Íntimo	21%
Circulação	2%



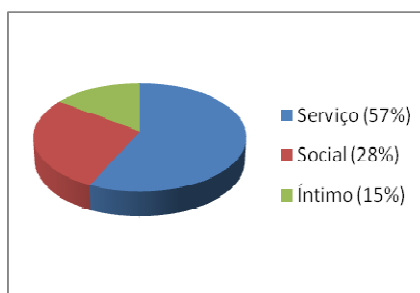
Vila 7	
Serviço	36%
Social	38%
Íntimo	26%



Vila 8	
Serviço	49%
Social	28%
Íntimo	23%



Vila 9	
Serviço	57%
Social	28%
Íntimo	15%



	Índice de Escala	Índice de integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
Vila 2	6	$6/6 = 1$	11	2,5
Vila 3	7	$9/7 = 1,28$	17	2,57
Vila 4	7	$7/7 = 1$	13	2,71
Vila 5a	9	$9/9 = 1$	16	3,33
Vila 5b	7	$7/7 = 1$	13	2,85
Vila 6	8	$9/8 = 1,12$	17	3
Vila 7	7	$10/7 = 1,42$	19	2,85
Vila 8	7	$8/7 = 1,14$	15	2,71
Vila 9	7	$7/7 = 1$	13	2,85
Média	7,2	1,10	14,88	2,81

5. Modernidade, mas nem tanto: considerações finais

Antes de iniciar minha tentativa de interpretação dos diferentes tipos de casas construídas para os operários da Fábrica Confiança, gostaria de destacar dois aspectos importantes, que levaremos em consideração em nossa análise. Parece-nos pertinente lembrar que Gilberto Freyre, ao escrever seu memorável *Casa-grande & senzala*, em 1936, definiu a família patriarcal rural como célula *mater* da formação da sociedade brasileira. - “agrária, escravocrata e híbrida”.

O autor também destacou o rigor do sistema patriarcal à época, ao dizer que, para preservar as mulheres dos olhares e assédios públicos, criavam-se alternativas na construção do espaço doméstico, como as alcovas ou quartos sem janelas no interior da casa. Assim, elas não seriam vistas pelos homens de fora da família, espiando as ruas apenas através das rótulas, vendo sem que fossem vistas.

Da mesma maneira, chamamos atenção para a descrição do engenheiro francês Louis Léger Vauthier (1975), que viveu na cidade de Recife no século XIX, e que teria afirmado com relação às casas brasileiras: “quem viu uma, viu todas”.

É interessante observar que as casas brasileiras, descritas pelos viajantes, apresentavam características comuns: “umas eram simplesmente maiores que as outras, com menos superposições de funções da habitação, mas falando a mesma linguagem” (Lemos, 1979:104). A diferença, segundo o autor, encontrava-se no número e dimensão dos compartimentos, que tinham por finalidade mostrar o poder do dono da casa.

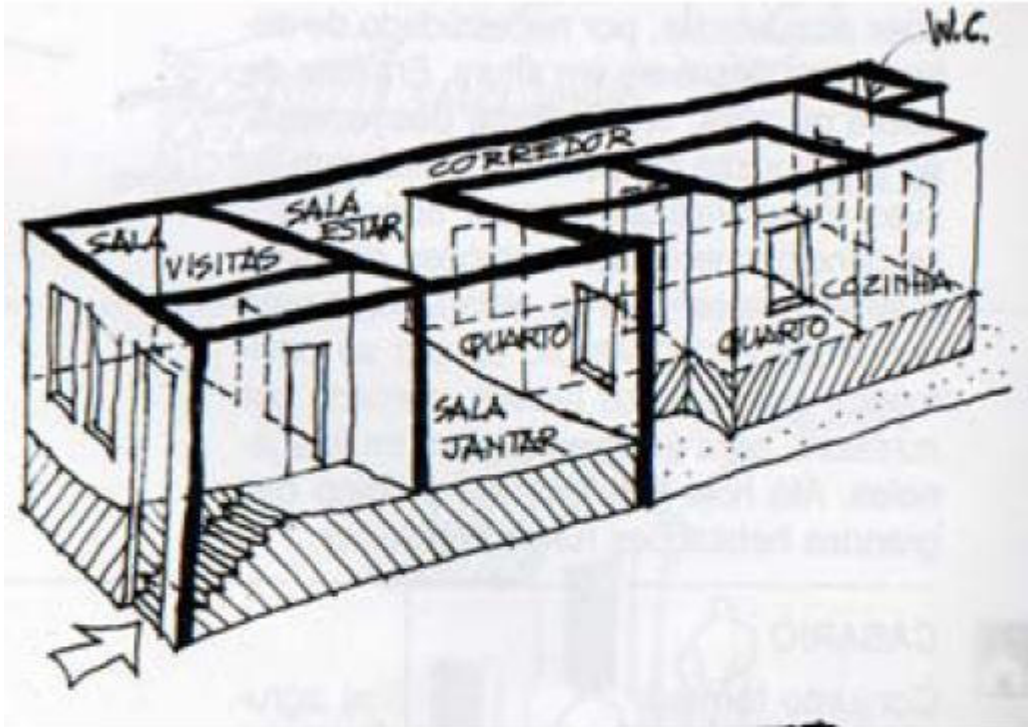


Figura 71: Desenho esquemático da casa colonial
 Fonte: Albernaz, 1998

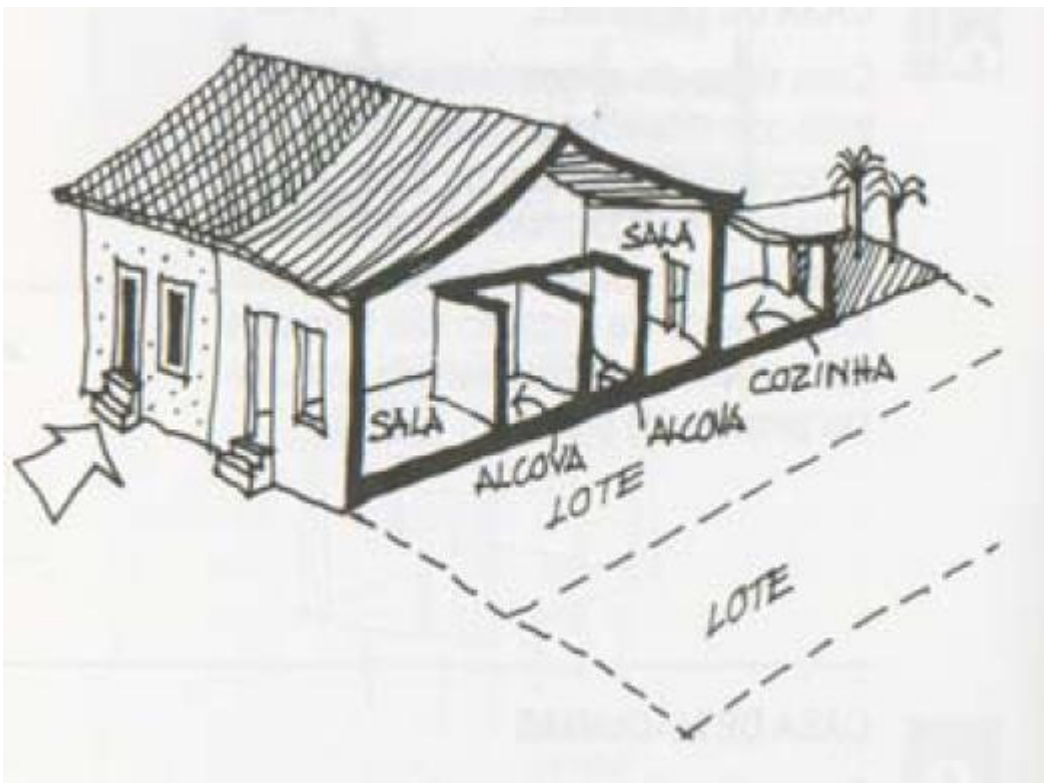


Figura 72: Desenho esquemático da casa Colonial
 Fonte: Albernaz, 1998

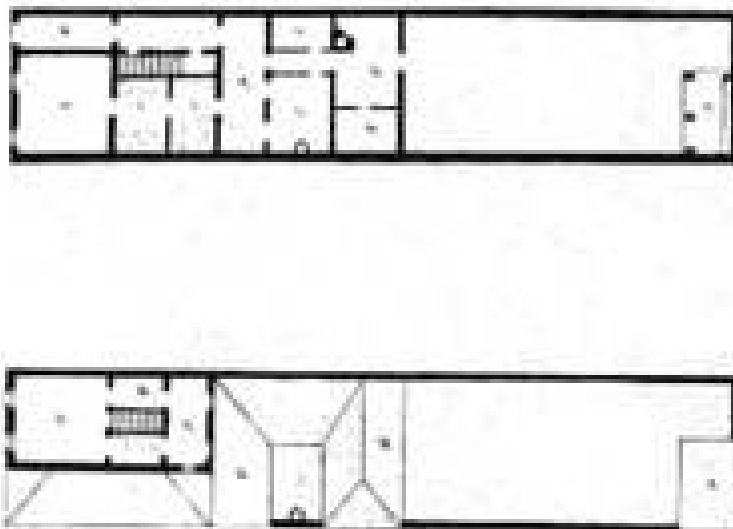


Figura 73: Casa urbana colonial
Fonte: Debret, 1965 - Vol. III

Freyre (1936) recebeu muitas críticas por sua descrição da família brasileira, e muitos autores o acusam de uma generalização a partir de um modelo de passado longínquo, de um nordeste ainda colonial. Porém, outros afirmam que o autor não falava de um modelo e sim de uma “mentalidade”, que ultrapassava de longe o âmbito da família biológica, para se aninhar no seio da própria sociedade colonial, com repercussões até os dias atuais (Almeida 1987). Para Le Goff (1988) a mentalidade estaria situada:

“...ao nível do cotidiano e do automático, da irracionalidade e dos arcaísmos, da afetividade e do inconsciente, daquilo que um determinado homem tem em comum com outros de sua época”. (Le Goff apud Almeida 2001)

Desta forma, para Almeida (2001), o modo de pensar e de agir que Freyre descreveu no âmbito de *Casa-grande e senzala*, e que foi estendido ao Brasil, estaria bem próximo do conceito de mentalidade de Le Goff (1988). Segundo a

autora, trata-se de uma arquitetura mental em que a dominação e a submissão aparecem como uma “doce intimidade”, e a valorização de algumas qualidades dos dominados pelos dominantes (e vice-versa) aparece para que não ocorra, em nenhuma hipótese, uma equivalência entre esses diferentes atores sociais, mas que em última instância acabaram por construir uma estrutura de comportamentos hierarquizados.

O processo de industrialização vivido na cidade do Rio de Janeiro ao final do século XIX, fruto da introdução de um capitalismo embrionário, caracteriza-se dentre outras coisas pela manutenção de antigas formas de relação social. Segundo Pereira de Queirós (apud Andrade Lima 1999: 190): a introdução, no século XIX, de um modo de vida burguês antecedeu a implantação da burguesia propriamente dita.

“Por modo de vida burguês entendemos as formas de comportamento resultantes da ideologia de privação que se consolidou na Europa ao longo do século XIX, paralelamente aos avanços da industrialização, valorizando o individualismo, as fronteiras entre o público e o privado, o universo familiar e a ritualização da vida cotidiana, a acumulação de capital (tanto real quanto simbólico), os critérios de respeitabilidade, a fetichização do consumo e a ascensão social”. (Andrade Lima 1999:190).

O desenvolvimento de uma nova classe empresarial, que se dedicou à obtenção de lucros a partir de uma ideologia baseada no progresso individualista, foi determinante não só para a implantação dos novos meios de produção, mas também para novas formas de controle sobre a força de trabalho. Entre elas a sua ordenação e organização em vilas operárias, com moradias concebidas de modo a reproduzir internamente, também na célula familiar do operário, a ordem e

o controle que regiam o sistema fabril e que, em última instância, asseguravam sua produtividade.

Entretanto, não obstante o projeto das vilas operárias - difundido na Europa e Estados Unidos como um avanço para as classes trabalhadoras - ter sido implantado no Brasil como mais um passo em direção à modernidade, entendemos que no caso em estudo existe uma contradição. A análise das plantas das vilas operárias da Fábrica Confiança permite constatar a permanência de formas tradicionais do Brasil colônia na concepção dessas moradias, justo no momento em que a então capital do país se abria para a modernidade. Ou seja, é possível identificar elementos que demonstram a perduração de uma mentalidade senhorial e anacrônica nas classes burguesas em ascensão, no que diz respeito à concepção do espaço doméstico reservado às classes operárias.

O discurso sanitarista do final do século XIX e início do século XX, que pregava a construção de moradias higiênicas, iluminadas e ventiladas, e a erradicação de cômodos insalubres, como as alcovas, restringiu-se, no caso das vilas operárias, à tímida introdução de alguns elementos, como porões altos e banheiros privativos para cada habitação. As plantas demonstram que apenas o quarto destinado ao chefe de família e sua mulher - este sim, quase sempre contemplado com uma janela voltada para rua - refletia essa preocupação.

Não se observa nas vilas operárias a materialização desse discurso. Pelo contrário, o segundo quarto, em alguns casos sem janelas, é uma sobrevivência das velhas alcovas. Apenas os sobrados de dois andares possuem quartos secundários com janelas que se abrem para a área externa. Nas demais habitações, quando esse elemento se faz presente, ele aparece sempre voltado

para uma área interna da casa. O banheiro, por sua vez, embora presente, está sempre ao fundo da casa, à semelhança das ‘casinhas’, (privadas externas isoladas, muito comuns na área rural), uma composição de todo distanciada do padrão da casa burguesa.

Esta configuração de moradia está longe de representar um modelo higiênico, e pode ser entendido como uma sobrevivência da concepção da antiga casa brasileira, à qual Vauthier e Freyre se referiam, onde o controle era exercido pelo patriarca, e os filhos (as) eram confinados em alcovas.

Assim como Vauthier, podemos afirmar que nessas vilas quem viu uma, viu todas. Embora as primeiras casas tenham sido construídas ainda no final do século XIX, e as últimas por volta da década de 1920, foi mantida a mesma lógica colonial de concepção do espaço doméstico.

Com a ideologia do trabalho agora livre e assalariado, mantinha-se a necessidade de controle da força de trabalho, agora reforçada. Esse controle sustentou a lógica da falta de privacidade e o confinamento das classes subalternas por parte da burguesia, tal como na velha ordem escravocrata, pelas classes dominantes. Houve a operação daquilo que Eisenberg (1977) chamou de “modernização sem mudança”, onde se alteravam as formas de produção, as relações de trabalho, mas mantinham-se as formas de controle.

Na sociedade industrial, a diferenciação tornou-se desejada pelos que se viam ameaçados por uma suposta igualdade social e a arquitetura foi mantida como um instrumento poderoso para afirmação da superioridade de uns e conseqüente inferioridade de outros. Podemos perceber uma grande diferença entre o discurso e a prática burguesa no que se refere à construção da moradia

para as classes subalternas. É à luz desta perspectiva que entendemos a construção das vilas operárias, onde o discurso sanitarista pouco foi aplicado, na prática. Sendo assim, ainda que o discurso higiênico norteasse essas construções, a antiga idéia de confinamento das camadas destinadas ao trabalho, oriunda do período colonial, continuou presente.

No mesmo período em que foram construídas as vilas operárias, foram erguidos os primeiros edifícios de apartamentos para as camadas mais favorecidas na cidade do Rio de Janeiro, os quais possuíam os chamados “quartos *de creadas*”, afastados dos apartamentos dos proprietários e concentrados nos últimos pavimentos, sendo caracterizados por espaços minúsculos e pouco arejados. Em um segundo momento, em que ocorre a valorização dos últimos pavimentos dos edifícios, o quarto destinado à empregada passa a ser construído dentro do próprio apartamento, e novamente verificamos a repetição do modelo de confinamento, com a construção de quartos de dimensões mínimas, sem janelas, com pouca ventilação e sem nenhuma iluminação natural.

O darwinismo social, fruto da onda cientificista do século XIX, forneceu as justificativas necessárias para a exploração do homem pelo homem. E nesse quadro, a utilização da arquitetura e a manipulação da paisagem se tornaram ferramentas importantes para legitimação da burguesia que ascendia como fruto do poder industrial (Leone 1984, Kent 1990, Johnson 1996).

McGuire (1991a, 1991b), em estudo realizado no Condado de Broome, Nova Iorque, demonstrou como a manipulação da paisagem foi utilizada por dois dos maiores industriais da história dos Estados Unidos, Jonas Kilmer e George

Johnson, possibilitando que o autor pudesse interpretar como a paisagem serviu ao mesmo tempo como um modelo 'para' e um modelo 'de' ação social.

As elites de Binghamton conscientemente utilizaram a paisagem para reforçar e materializar sua visão de mundo, e também para possibilitar o estabelecimento de um ambiente físico de interação. Desta forma, ela pode ser manipulada para estimular a interação entre grupos em alguns contextos, e desencorajá-los em outros. A oposição entre novas e velhas formas criaram uma tensão e uma dinâmica contínuas que não foram totalmente controladas por aqueles que as criaram.

Jonas Kilmer tornou-se um dos maiores industriais de Binghamton, sendo considerado o homem mais rico do país no final do século XIX. Kilmer criou uma paisagem altamente hierarquizada, estabelecendo a sede de sua empresa em um proeminente ponto da rua principal, de onde dominava a visão da estação de trem. Assim, todas as pessoas que chegavam à localidade deparavam-se com seu palácio industrial. Também construiu uma mansão no lado oeste do rio Chenango, distante de suas fábricas, negócios e trabalhadores. Entretanto, a classe trabalhadora da cidade vivia em casas multi-familiares superlotadas, feitas de madeira. Na manipulação da paisagem cultural realizada por Kilmer, verificou-se a ideologia da relação de classes fruto do darwinismo social do século XIX.

Por outro lado, George Johnson colocou em prática sua visão de democracia industrial no Condado de Broome. Sua família representava uma metáfora para a empresa, onde todos os trabalhadores faziam parte de uma grande família. Ao construir duas vilas operárias, Johnson pôde erguer uma nova paisagem cultural que possibilitou a representação de uma democracia industrial.

Para isso, criou vilas que pouco diferiam entre si e, principalmente, de sua residência. Ele defendia que operários e patrões deveriam viver como amigos e vizinhos em uma comunidade de interesse mútuo. Oferecia a seus funcionários atendimento médico gratuito, café da manhã a preços baixos, tendo feito inúmeras doações ao Condado, dentre elas parques e carrosséis. Com isso, criou uma paisagem cultural que mistificou a realidade das relações de classes na sua empresa, através da negação da existência de diferenças de classes.

A exemplo do que observou McGuire (1991), o modelo de casas das vilas da Fábrica Confiança imposto aos funcionários reflete não apenas a necessidade de controle e fixação da mão-de-obra perto do lugar de produção, mas a manipulação de uma paisagem industrial para a legitimação de uma burguesia industrial. Entretanto, em função das especificidades do processo de introdução do capitalismo no Rio de Janeiro, em uma sociedade ainda fortemente impregnada por concepções do período escravista, as vilas operárias da Fábrica Confiança demonstram a hibridação de dois conceitos: de um lado, a imposição do modelo de família nuclear burguesa; e de outro, a perduração da mentalidade de confinamento das classes subalternas, uma sobrevivência do Brasil colonial.

Com exceção da vila 7, que reúne elementos diferenciados como a decoração de fachada em cantaria, a existência de porão alto para ventilação e um espaço mais distributivo dentre todos os tipos analisados (1,42), não foi possível observar, através da análise de suas plantas e fachadas, uma diferenciação significativa entre esses espaços. Ainda que algumas casas tenham incorporado novos elementos (como os porões altos, etc.) o que estamos valorizando neste trabalho é a perduração do modelo da velha casa brasileira,

demonstrado pelo arcaísmo das plantas estudadas. A metodologia empregada demonstrou de forma clara que, embora aparentemente diferentes, a distribuição e a circulação das residências são bastante semelhantes. Ou seja, em sua grande maioria são espaços não-distributivos por excelência.

O índice de integração, em pelo menos cinco tipos de residência, corresponde a 1. O índice de complexidade A, oscila sempre entre 11 e 19, com uma média de 14,88. O índice de complexidade B varia de 2,5 até 3,33 sendo a média do nível de acessibilidade ao meio externo de 2,81.

Finalmente, o modelo Gamma demonstra que em quase todos os tipos analisados não existem meios alternativos de circulação, sendo quase sempre obrigatório atravessar todos os cômodos para se chegar ao final da casa, ou sair dela. Isto significa a inexistência de um espaço de distribuição nessas moradias que, quando existente, corresponde invariavelmente a uma sala posicionada logo à frente do quarto de procriação. Cabia aos ocupantes desse quarto o controle da casa, e dele era possível exercer uma vigilância sobre quem entrava e saía da residência, bem como o que se passava na rua.

Além disto, verifica-se que foi acionada, neste caso estudado no Rio de Janeiro, uma estratégia de utilização da arquitetura como forma de constituição de uma unidade ou “família” operária, que em muito se assemelha ao segundo momento vivido pelo capitalismo norte-americano e descrito por McGuire (1991). Joaquim Lacerda de Menezes, oriundo do Recife, ao assumir a direção da fábrica em 1933, trouxe funcionários do nordeste de sua confiança e introduziu a participação nos lucros e a bonificação mediante produtividade entre os funcionários no Rio de Janeiro, tornando a fábrica uma das mais importantes no

cenário nacional. Segundo Guimarães (2000) os funcionários demonstravam grande admiração pelo senhor Menezes, que assim como Johnson em Broome, era tido como o pai de uma grande família operária.

Ou seja, acreditamos que no caso da Fábrica Confiança a arquitetura residencial foi o meio pelo qual patronato induziu o operariado a acreditar em um esperado sentimento de família fabril, onde todos se encontravam supostamente em igualdade de condições, além de contarem com a proteção paternalista de seu empregador¹⁹.

Entretanto, operários se distribuem por funções distintas, ocupam cargos diferentes e têm salários proporcionais à importância das tarefas que desempenham dentro de uma mesma fábrica. Todas essas diferenças, no entanto, foram apagadas no democratismo das vilas construídas à sombra de um ideal de igualdade imaginada, parte importante do ideário do capitalismo então emergente no país. No Rio de Janeiro, assim como em Broome - e mais especificamente no bairro de Vila Isabel - a arquitetura residencial das vilas operárias foi utilizada como uma forma de mascarar diferenças e hierarquias existentes não só entre funcionários e patrões, como também entre os próprios funcionários.

Essa falsa idéia de igualdade, transmitida pela arquitetura homogênea das vilas operárias e pela indistinção material (e simbólica) de suas residências, foi mais uma das estratégias utilizadas para aplacar a indisciplina do operariado nas

¹⁹ Zarankin, em comentário realizado durante a defesa desta dissertação, chamou atenção para a diferença entre os estilos arquitetônicos utilizados na construção da fábrica (art nouveau) e vilas operárias (neo-colonial). O art nouveau, símbolo de modernidade, estaria evidenciado no tipo de arquitetura da Fábrica enquanto que o arcaísmo das residências em estilo neo-colonial reforçaria a perduração da velha concepção de moradia.

primeiras décadas do século XX. Enquadrado e confinado nas vilas, ele foi induzido a reproduzir sobre sua família - pela sugestiva disposição interna do seu espaço doméstico - as mesmas táticas de controle que sobre ele eram exercidas. Ao naturalizá-las, o patronato procurou atenuar o risco da sua contestação, fundamental para uma exploração mais eficiente da sua força de trabalho.

Com o capitalismo entrando em sua nova etapa e com a expansão vertiginosa da classe operária, a função das vilas operárias de regularizar as relações do mundo fabril perdeu sentido, ante a introdução de novas formas de controle e a diminuição crescente do espaço disponível no ambiente urbano. A valorização da moradia determinada pela especulação imobiliária, assim como as novas leis trabalhistas resultantes do embate entre o operariado e os industriais; e principalmente, a lei do inquilinato, que garantia a permanência dos operários, mesmo desempregados, nas casas das vilas de fábrica, acabaram contribuindo para o esgotamento deste modelo e decretando o fim da produção e manutenção deste tipo de moradia nos grandes centros urbanos.

Referências Bibliográficas

Abreu, M., **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

Albernaz, M. P., **As Vilas: Uma Contribuição à História da Arquitetura Popular no Rio de Janeiro Através do Estudo de Espaço Urbano**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1985

Albernaz, M. P.; Lima, C. M., **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**, São Paulo: Vicente Wissenbach Editor, 1998.

Almeida, A. M., **Pensando a família no Brasil: da colônia á modernidade**, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo - UFRJ, 1987.

Andrade Lima, T., **Em huevo de La serpiente: Uma arqueologia del capitalism embrionário en el Rio de Janeiro del siglo XIX**, In: Sed Non Satiata; Teoria Social en La Arqueología Latinoamericana Contemporánea, Zarankin, A. e Acuto, F. (eds), Buenos Aires: Del Trident, 1999.

Aragão, N. H., **Vila Isabel terra de poetas e compositores**, Rio de Janeiro: Editoria Conquista, 1997.

Ariès, P., **História Social da Criança e da Família**, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Azevedo, A., **O cortiço**, São Paulo: Editora Atica, 1999.

Batalha, C., **Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária**, In: Cadernos do AEL, n. 11 e 12, Rio de Janeiro, 2000.

Benchimol, J. L., **Pereira Passos: um Hausmann Tropical**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

Benévolo, L., **As origens da urbanística moderna**, São Paulo: Lisboa, 1979.

Blanton, R., **Houses end Households**, New York: Plenum Press, 1994.

Blay, E. A., **Dormitórios e Vilas Operárias: O Trabalhador no Espaço Urbano Brasileiro**, In: Valladares, Habitação e Questão, Prado. L. (org), Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Boaventura Santos, S., **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**, São Paulo: Cortez, 2000.

Bonduki, N., **Habitação Popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo**, In: Valladares, Habitação e Questão, Prado. L. (org), Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Bonduki, N., **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**, São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

Bourdieu, P., **A economia das trocas simbólicas**, São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

Bourdieu, P., **Poder Simbólico**, Lisboa: Difel, 1994.

Brandão Lopes, J. R., **Sociedade Industrial no Brasil**, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

Brandão Lopes, J. R., **Crise do Brasil Arcaico**, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

Braudel, F., **A dinâmica do capitalismo**, Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

Cardoso, F. H., **Empresário industrial e desenvolvimento econômico do Brasil**, São Paulo: Difel, 1964.

Carvalho, J. M., **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Carvalho, L. A., **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro (1886-1906)**, Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense (UFF), 1980.

Carvalho, L. A., **Habitações Populares: Rio de Janeiro: 1866-1906**, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

Chalhoub, S., **Cidade febril: cortiços e epidemias da Corte Imperial**, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Choay, F., **O Urbanismo: utopias e realidades**, São Paulo: Perspectiva, 2003.

Debret, J. B., **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, São Paulo: Martins, v.3, 1965.

Deetz, J., **In Small Things Forgotten**, New York: Anchor Books, 1977.

De Decca, E., **O Silêncio dos Vencidos**, São Paulo: Brasiliense, 1989.

Decca, M. A. G., **A Vida fora das Fábricas. Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934**, Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1987.

Del Brenna, G. R., **O Rio de Janeiro de Pereira Passos – Um cidade em questão II**, Rio de Janeiro: Index, 1985.

Descamps, C., **As Idéias Filosóficas Contemporâneas na França**, Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

Eisenberg. P., **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Engels, F., **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**, Lisboa: Editora presença, 1975.

Fausto, B., **A Revolução de 1930**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

Fausto, B., **Trabalho urbano e Conflito Social**, São Paulo: Difel, 1983.

Fausto, B., **História do Brasil**, São Paulo: EDUSP, 9ªed, 2001.

Fonseca, W. B., **Vila Residenciais no Município do Rio de Janeiro: Propostas Para o Desenvolvimento de Projetos**, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2002.

Foucault, M., **Microfísica do poder**, 22ª Ed, São Paulo: Paz e Terra, 1979.

Foucault, M., **Vigiar e Punir**, 2ª Ed., Petrópolis: Vozes, 1983.

Foucault, M., **O uso dos prazeres**. In: História da Sexualidade, Rio de Janeiro: Graal, v.2, 1984.

Freyre, G., **Casa-grande & senzala – Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**, Rio de Janeiro: Schimidt Editor, 2 edº, 1936, 1974.

Funari, P. P. A., Order Jr, C. E., Schiavetto, S. N. O., **Identidades, discurso e poder: Estudos da arqueologia contemporânea**, São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

Gaspar, M. V., **A Vila de Isabel, Amélia e Drumond**, In: Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca, Santos, A. M., Leite, M. P. e Franca, N. (org), Rio de Janeiro: IBASE, 2003.

Gerson, B., **História das ruas do Rio**, Rio de Janeiro: Lacerda, 5º Ed, 2000.

Giddens, A., **A Constituição da Sociedade**, São Paulo: Editorial Presença/Livraria Martins Fontes Editora, 1984.

Goldenstein, M., Zaperllan, M. N., Alves, M. L. O., **Manutenção e Controle da Força de Trabalho pela Moradia**, In: Cadernos nº12, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, USP, São Paulo, 1979.

Gomes, A. M., **A invenção do trabalhismo**, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

Grieco, B. Z., **A arquitetura residencial de Antonio Januzzi**, Dissertação de Mestrado, Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: PROARQ, 2005.

Guerrand, R-H., **Espaços Privados**, In: História da vida privada 4 – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra, Perrot, M. (org), São Paulo: Companhia das Letras, v.4, PP. 325-411, 2003.

Guimarães, T. C. C., **Autogestão na Preservação do Patrimônio Cultural: O caso da Vila Operária Confiança**, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2000.

Harouel, J. L., **História do Urbanismo**, Campinas: Papyrus, 1990.

Hillier, B., Hanson, J., **The Social Logic of Space**, Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

Hobsbawm, E. J., **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Hobsbawm, E. J., **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Hobsbawm, E. J., **Tempos interessantes: uma vida no século XX**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Hodder, I., **Simbols in Action**, Londres:Cambridge University Press, 1982.

Hodder, I., **Postprocessual archaeology**, In: Advances in Archaeological method ad theory, v.8, New York: Academic Press, 1985.

Hodder, I., Shanks, M., Alexandri, A., Buchli, V., Carman, J., Last, J., Lucas, G., **Interpreting Archaeology; Finding meaning in the past**, Londres: Routledge, 1995.

Johnson, M., **An Archeology of Capitalism**, Oxford:Blackwell, 1996.

Kent, S., **Domestic Architecture and the Use of Space**, New Direction in Archaeology, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Lamarão, S. T. N., **Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro,

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação, Divisão de Editoração, 1991.

Le Goff, J., Nora P., **As mentalidades: uma história ambígua**, In: História – Novos objetos, Pierre Nora e Jacques Le Goff (eds), Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, pp. 68-83 , 1988.

Leone, M., **Interpreting Ideology in Historical Archaeology: the William Paca Garden in Annapolis, Maryland**, In: Ideology, Power and Prehistory, Miller, D. e Tilley, C. (eds), Cambridge: Cambridge University Press, pp. 25-35, 1984.

Leite Lopes, J. S., **O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Leite Lopes, J. S., **Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma forma de servidão burguesa**, In: Leite Lopes et alli, **Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação** , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a.

Leite Lopes, J. S., Machado da Silva, L. A., **Introdução: Estratégias de Trabalho, Formas e Dominação na Produção e Subordinação Doméstica de Trabalhadores Urbanos**, in Leite Lopes et alli, **Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação** , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979b.

Leite Lopes, J. S., **Cultura e Identidade Operária: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora**, Rio de Janeiro: Editora Marco Zero – Museu Nacional, UFRJ, 1987.

Lemos, C. A. C., **Arquitetura brasileira**, São Paulo: Melhoramentos, 1979.

Linhares, H., **Contribuição á história das lutas operárias no Brasil**, São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

Lobo, E. M. L., **História do Rio de Janeiro: No capital comercial ao capital industrial e financeiro**, Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

Lobo, E. M., **Questão Habitacional e o Movimento Operário**, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.

Lobo, E. M. L., **Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, a conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970**, Rio de Janeiro: Access Editoria, 1992.

Luz, N. V., **A luta pela industrialização do Brasil**, São Paulo: Editoria Alfa Omega, v.3, 1975.

Machado, A. J., **Devoção e caridade. Irmandades religiosas no Rio de Janeiro imperial (1840-1889)**, Dissertação de mestrado em História, Niterói: UFF, 1995.

Maram, S. L., **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920**, Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1979.

McGuire, R., **Building Power in Cultural Landscape of Broome County, New York**, 1880 to 1940. The Archaeology of Inequality, McGuire, R. e Paynter R. (eds), Blackwell, Cambridge, Massachusetts, 1991.

McGuire, R., Paynter R., **The Archaeology Of Inequality**, Blackwell, Cambridge, Massachusetts, 1991.

Markus, T., **Buildings and Power; Freedom and Control in the Origin of Modern Buildings Types**, Oxford: Blackwell, 1993.

Novo Dicionário Eletrônico Aurélio de Língua Portuguesa, 3ª edição, 2004.

Oliveira, F., **A Economia Brasileira – Crítica á Razão Dualista**, São Paulo: Brasiliense, 1972.

Patterson, T. C., **History and the post-processual archaeologies**, In: Man, pp. 555-566, London, 1989.

Pearson, P., Richards, C., **Architecture and Order. Approaches to Social Space**, Londres: Routledge, 1994.

Peters, M., **Pós-Estruturalismo e filosofia da diferença**, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Pinheiro, P. S., Hall, M. M., **A Classe Operária no Brasil (1889-1930)**, Vol II – Condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e o Estado, São Paulo: FUNCAMP, 1979.

Pinheiro, P. S., **Estratégias da ilusão**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Prado Junior, C., **História Econômica do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 12^o Ed, 1970.

Prado Junior, C., **Formação do Brasil Contemporâneo**, São Paulo: Brasiliense, 1997.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Habitação, **Novas Alternativas: projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Borrelli Gráfica e Editora, 2003.

Rago, L. M., **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar : Brasil 1890-1930**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Rego, F. R. V., **Vila Operária Confiança: Memória, Trabalho e Preservação do Espaço Arquitetônico e Social (1933-1993)**, Dissertação de mestrado – Centro de Ciência Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), 2006.

Renault, D., **O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Rocha, O. P., Carvalho, L. A., **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920 / Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro – 1886-1906**, Rio de Janeiro: Secret. Mun. de Cultura, 1986.

Rolnik, R., **De como São Paulo virou a capital do capital**, In: Valladares, Repensando a habitação no Brasil, Prado. L. (org), Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.

Rybczynski, W., **Casa – Pequena história de uma idéia**, Rio de Janeiro: Record, 1996.

Samson, R., **The Social Archaeology of Houses**, Edimburgh: Edimburgh University Press, 1990.

Santos, M., **A Divisão do Trabalho Social como Nova Pista para o Estudo da Organização Espacial e da Urbanização nos Países Subdesenvolvidos**, In: Espaço e Sociedade, Petrópolis: Vozes, 1979.

Senatore, M. X., **Discursos iluministas e ordem social: representações materiais na colônia espanhola de Floridablanca em San Julián (paragônia, século XVIII)**, In: Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Senatore, M. X. e Zarankin, A. (org), Buenos Aires: Del Tridente, PP.87, 2002.

Stein, S. J., **Grandeza e decadência do Café no Vale do Paraíba**, São Paulo: Brasiliense, 1961.

Stein, S. J., **Origens e Evolução da Indústria Têxtil**, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

Teixeira, A., Ribeiro, A. C., **A habitação no movimento operário**, XXXII Reunião Anual SBPC, Rio de Janeiro, 1980.

Thompson, E. P., **A formação da classe operária inglesa**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.3, 1988.

Trigger, B., **História do Pensamento Arqueológico**, São Paulo: Odysseus, 2004.

Valladares, L. P., Figueiredo, A., **Habitação no Brasil: uma introdução à literatura**, Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

Varon, C. M. F., **A História se Repete: as Vilas Operárias e os Conjuntos Residenciais dos IAPs no Rio de Janeiro**, Dissertação de Mestrado, FAU/USP, São Paulo, 1988.

Vauthier, L. L., **Casas de residência no Brasil**, In: Arquitetura Civil I. São Paulo: FAU-USP/MEC-IPHAN, 1975.

Vaz, L. F., **Modernidade e Moradia – Habitação Coletiva no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

Vieira, W., **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860-1930)**, Dissertação de Mestrado em História Econômica, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2000.

Weguelin, J. M., **O Rio de Janeiro Através dos Jornais**, São Paulo: USP, 1998.

Willey, G., Sabloff, J., **A history of American Archaeology**, San Francisco: W. H. Freeman, 1993.

Zarankin, A., **Casa Tomada; sistema, poder y vivienda domestica**, In: Sed Non Satiata; Teoría Social em La Arqueologia Latinoamericana Contemporánea, Zarankin, A. e Acuto, F. (eds.), Buenos Aires: Del Tridente, pp.239, 1999a.

Zarankin A., Acuto, F., **Teoría Social em La Arqueologia Latinoamericana Contemporánea**, Buenos Aires: Del tridente, 1999b.

Zarankin, A., **Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista**, Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)